ESTADO DO AMAZONAS

MENSAGEM

à

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

apresentada pelo Excelentíssimo
Senhor Governador

DANILO DUARTE DE MATTOS AREOSA

— 1968 —

MENSAGEM

à

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

apresentada pelo Excelentíssimo
Senhor Governador

DANILO DUARTE DE MATTOS AREOSA

na abertura da Sessão Legislativa
de 1968

nº 542

BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO
MANAUS - AMAZONAS

AmM
353.9
A489m

SENHOR PRESIDENTE,

SENHORES DEPUTADOS:

Submisso ao inciso XV do artigo 43, seção II, — "Das atribuições do Governador", do capítulo IV da nova Constituição do Estado do Amazonas, promulgada a 15 de maio de 1967, honro-me em remeter mensagem a Vossas Excelências, quando são abertos os trabalhos da eminente Assembléia Legislativa do Estado na primeira parte da sessão legislativa de 1968, e devo dizer aos nobres representantes do Povo em legítima outorga, com assento nessa Casa, que o dever constitucional de vir expor-lhes a situação do Estado é muito grato à minha formação e aos meus princípios, como à minha vocação democrática, pois considero e cultivo o diálogo como fundamento e essência da boa ordem política e, ainda, alicerce e substância da boa moral administrativa.

Nesta oportunidade, estou a dirigir-me a Vossas Excelências com pauta nestas minhas convicções e nesta minha certeza, e venho para afirmar-vos, por igual, e para reconhecer que na ilustre Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas encontrei o mesmo sincero propósito e leal intenção vóltados para o entendimento, para a colaboração com a finalidade e o objetivo do bem comum. A afirmativa em condições de julgamento com franqueza e lisura cabe perfeitamente a esta altura do meu mandato e do mandato de Vossas Excelências, coincidentes, pois, decorridos exatamente um ano e um mês desde quando juntos iniciamos a nossa caminhada, já é corretamente possível aferirmos eu do comportamento de Vossas Excelências e Vossas Excelências ,do meu, e certo é que, se honestos e verdadeiros somos na nossa apreciação, devemos admitir que houve, do alvorecer do nosso Govêrno conjunto até hoje, perfeita coordenação, fiel vinculação entre os Podêres do Estado.

Quando pela primeira vez me dirigi em mensagem ánua a Vossas Excelências, a 15 de março de 1967, na abertura da sessão legislativa e da legislatura, que então se iniciava, — e eram decorridos apenas 45 dias do mandato que me foi conferido pelo povo, lidimamente representado pelo augusto Plenário desta Casa, — dizia eu que o imperativo democrático do diálogo constitui dever dos que governam, e com a experiência que já amealhei de administrar a coisa pública, não tenho porque modificar, sequer alterar, por mais ligeira a alteração, a minha idéia e o meu conceito. Foi o diálogo abertamente franco, liberal, genuino nas suas raízes e no seu sentido, que nos permitiu, a mim e a Vossas

Excelências, aos Podêres Executivo e Legislativo do Estado do Amazonas, chegarmos até aqui aonde chegamos, atravessando quadra tormentosa da história econômico-financeira do Estado, enfrentando crise que, nem por ser crise de crescimento, foi menos áspero e menos dificil. E chegamos com sofrimentos, é certo, mas sem que perdêssemos nosso brio e nossa confiança comuns.

CONCEITO DE DEMOCRACIA

Democracia, segundo o notável Harold Laski, na sua "Encyclopaedia of the Social Sciences", é dêste modo explicada: "Nenhuma definição de democracia pode compreender adequadamente a vasta história que o conceito sugere. Para alguns, democracia é forma de govêrno; para outros, um ambiente de vida social". O Professor Aderson de Menezes, culminância do magistério superior do Amazonas, explica democracia como: "... o ambiente em que um govêrno de feitio constitucional garante, com base na liberdade e na igualdade, o funcionamento ativo da vontade popular, através do domínio da maioria em favor do bem público, sob a fiscalização e crítica da minoria atuante". ("Teoria Geral do Estado"). Esta, estou seguro, a definição que aceitamos, eu e Vossas Excelências, e esta a democracia que procuramos praticar, conforme ensina o douto Pontes de Miranda, em "Democracia, Liberdade e Igualdade — Os Três Caminhos": "Democracia, para o sociólogo, é a existência da atuação do povo na formação do povo na formação da ordem estatal. É preciso que tal atuação seja efetiva, nos fatos e não só de direito. Para o jurista, portanto, quando se escreve sôbre drieito constitucional, democracia é a existência de regras jurídicas que dêem ao povo o direito de autar na formação da ordem estatal. Para a arte política, é duplo o problema: a escrita dessas regras e a adoção de medidas e planos que efetivem o direito a atuar". Ou, mais concisamente, porém não menos lùcidamente, como esclarece o professor Henoch Reis, outra glória do magistério universitário amazonense, Ministro do Tribunal Federal de Recursos: "A Democracia, na sua expressão mais ampla, mais bela, e na sua realização integral, é o anseio dos povos amantes da liberdade".

A democracia que aceitamos e praticamos é esta, que tão admiràvelmente conceituada foi naquela primeira Constituição escrita, aparecida na Virgínia, em 1776, consagradora de princípios fundamentais como. o direito a vida, liberdade, à segurança pessoas e à propriedade; e reconhecimento do povo como fonte e titular do poder. Esta democracia, sinônimo e interpretação da liberdade, é a que entendemos e é a que praticamos, nós eu e Vossas Excelências, como chefes que somos e responsáveis pelo exercício de Podêres do Estado, e do fato inconteste nos orgulhamos, sendo justo e lícito que nos orgulhemos.

PLANO DE GOVÊRNO

Ao iniciarmos, neste auspicioso março de 1968, a segunda etapa do Govêrno que nos foi deferido, a mim e a Vossas Excelências, pelo povo sobera-

no em sua vontade, tenho satisfação em comunicar-vos — Senhor Presidente, Senhores Deputados — que o Poder Executivo do Estado do Amazonas, de minha responsabilidade e de minha autoridade, sente-se em maiores condições de confiança e — por que não dizer? — de esperança para enfrentar a crise de crescimento, que nos vem envolvendo, e isto em decorrência do fato de haver-se armado para corrigir seus efeitos, enfrentando-a com instrumental hábil e apto, suficiente. Quero referir-me ao Plano Quinquenal de Govêrno do Estado do Amazonas, que recentemente decretei e vai a partir de hoje ser efetivamente aplicado como roteiro e diretriz na administração dos negócios públicos do Estado.

Apresentando-o, escrevi, dirigindo-me ao povo, estas palavras no seu pórtico:

"A preocupação, mais do que a preocupação, o propósito em convicção e consciência, de apontar, de situar o homem como centro, como motivo e como meta de quaisquer planos ou programas de transformações sócio-econômicas, e a idéia de estabelecer diretrizes fundamentais para a solução de tôda uma constelação de problemas, oriundos da necessidade de domar, de domesticar o meio ambiente a fim de satisfazer à demanda e às aspirações do mesmo homem, — êsse binômio criatura-condição orientou, desde o primeiro momento, o compromisso e a tarefa político-administrativa do meu Govêrno.

Dentro dessa perspectiva de entendimento do dever e da responsabilidade, encontrei-me com o imperativo de elaborar êste instrumento de planejamento, que, fugindo aos critérios tradicionais das soluções improvisadas, empíricas, pretendo venha possibilitar ao dever e à ação da administração pública o comprometimento real e efetivo com a pesquisa da problemática estadual e o encontro das indispensáveis soluções.

Como vêem Vossas Excelências e podem constatar com sua clarividência, com sua atilada e previdente capacidade de perceber e de aquilatar, o homem, a valorizçaão do homem, o estímulo à sua possibilidade de produzir, de gerar, de criar bens que aufira a comunidade, de que o povo participe, desde que a sua produtividade ativada, encorajada pelo atendimento e satisfação de suas necessidades mínimas estruturais, — o homem é o fim e o alvo do meu Govêrno, é o seu motivo e o seu assunto, a sua deliberação e a sua decisão. O homem, o seu direito à vida, à liberdade, à segurança pessoal, à propriedade.

Será pela valorização do homem, pela humanização da sua maneira de vida, que poderemos realmente dar partida à nossa arrancada objetiva, concreta, pelo desenvolvimento, e neste particular eu me oriento e me dirijo pelos caminhos abertos no terreno das relações humanas por essa inigualável bússola, essa estrêla-guia fulgurante que é a encíclica "Populorum Progressio", com a qual S.S. o Papa Paulo VI exorta-nos a combater a miséria e lutar contra a injustiça, ensinando-nos:

"As excessivas disparidades econômicas, sociais e culturais provocam, entre os povos, tensões e discórdias, e põem em perigo a paz. Combater a miséria e lutar contra a injustiça é promover não só o bem-estar mas também o

progresso humano e espiritual de todos e, portanto, o bem comum da humanidade. A paz não se reduz a uma ausência de guerra, fruto do equilíbrio sempre precário das fôrças. Constrói-se, dia a dia, na busca de uma ordem querida por Deus, que traz consigo uma justiça mais perfeita entre os homens".

"São os povos os autores e primeiros responsáveis do próprio desenvolvimento. Mas não o poderão realizar isolados. Fases dêste caminho do desenvolvimento que leva à paz são os acordos regionais entre os povos fracos a fim de se apoiarem mùtuamente, as relações mais amplas para se entreajustarem e as convenções mais audazes, entre uns e outros, para estabelecerem programas comuns".

"De todo o coração, encorajamos Nós as organizações que tomaram a peito esta colaboração no desenvolvimento e desejamos que a sua autoridade progrida. Pede esfôrço e sacrifício êste caminho para mais humanidade; mas mas o próprio sofrimento, aceito por amor dos nossos irmãos, é portador do progresso para tôda a família humana".

"Neste caminhar, todos somos solidários. A todos, quisemos Nós lembrar a amplitude do drama e a urgência da obra que se pretende realizar. Soou a hora da ação: Estão em jôgo a sobrevivência de tantas crianças inocentes, o acesso a uma condição humana de tantas famílias infelizes, a paz do mundo e o futuro da civilização. Que todos os homens e todos os povos assumam as suas responsabilidades".

A AUTORIDADE E A RESPONSABILIDADE

Nós, eu e Vossas Excelências, estamos a assumir a nossa parcela de responsabiildade, estamos a empenhar no combate e na luta sagrados a autoridade que nos foi deferida, cuidando com tôda a nossa possibilidade de ânimo, de esfôrço, de capacidade, da porção da vinha que recebemos a incumbência de cultivar. Aqui em nosso Estado do Amazonas, visando aos invioláveis direitos, aos mais sentidos pleitos do nosso povo, temos, eu e Vossas Excelências, consciência em nossa sinceridade de autocrítica de que não medimos sacrifício, não economizamos privação de nós próprios, não poupamos trabalho que coubesse, com o fim de oferecer aos que governamos, aos de cujas fazendas cuidamos e cujos patrimônios devemos zelar, ao menos um pouco daquele muito a que têm sem dúvida direito de acesso e participação.

Tendo o homem, a sua humanização no meio ambiente, a sua valorização econômica, social, política e cultural, como motivo e alvo do meu Govêrno, parte, dêsde os primeiros passar a dirigir o Estado, e com a ajuda elevada de Vossas Excelências, para enfrentar resoluta e decididamente o nosso mais sério problema comum, — o do homem em presença do espaço, do povo disseminado na vastidão territorial, com a incumbência exigentíssima de ocupar o vazio, e não apenas ocupá-lo mas fazê-lo render, amanhá-lo, transformá-lo em fonte de produção de riquezas e de felicidade, enfim, civilizá-lo. Voltou-se então, o meu Govêrno parra ir ao encontro da demanda e dos reclamos das popu-

lações do interior do Estado, tão abandonadas e esquecidas, tão só deixadas na luta e no seu sofrimento, e que são, não obstante, a base sôbre a qual se levanta a nossa estrutura física, ao mesmo tempo são exemplo e modêlo de brio e tenacidade, de persistência e vigor moral.

Nesta decisão do Govêrno de encarar de frente a problemática do interior do Amazonas tenho encontrado de parte de Vossas Excelências a cooperação sem a qual não poderia dar expansão ao meu propósito, pelo menos não poderia com a extensão e a profundidade atingidas no curto estágio de tempo de um ano: tôdas as leis que pedi a esta nobre Casa, e que de alguma maneira facilitariam a minha tarefa, concederam-nas Vossos Excelências, Senhor Presidente, Senhores Deputados,

Os benefícios recolhidos aí estão a proclamar-se por si próprios, não se faz mister apontá-los a dedo, — no campo das comunicações, dos transportes, da eletrificação, da educação, da saúde, da agro-pecuária da habitação, da segurança, da justica social.

ONTEM COMO HOJE E AMANHÃ

Em mensagem que dirigi ao Povo do Amazonas, na passagem do ano de 1967 para 1968, disse eu :

Foi êste primeiro ano, amazonenses, um ano particularmente penoso, um ano áspero e duro, severo e exigente, no correr do qual muito mais vos pedi do que vos dei. Pedí-vos ordem e disciplina, pedí-vos muito esfôrço e muito ânimo, pedí-vos em uma palavra, sacrifício, e vós me respondestes com a vossa admirável atitude coletiva de continência de moderação, de capacidade de serdes modestos e sóbrios, e oferecestes, dêste modo, ao Brasil, um não menos admirável exemplo de seriedade, de civismo, de consciência e responsabilidade petriótica, nesta hora nacional de transformação para a redenção.

Do nosso lado, não obstante as dificuldades, o meu Govêrno enfrentou com convicção do seu dever a conjuntura, e as mesmas privações, a mesma abnegação que vos pedi, eu as pratiquei com meus auxiliares na Administração.

Mas não foi, amazonenses, êste ano árduo e custoso, não foi êle de ócio e de inutilidade. Ao contrário, cumprimos uma tarefa de preparação, de apresto, que reputamos valiosa, modelamos as armas e ferramentas da infraestrutura, com as quais pretendemos a partir de agora lançar a arrancada pelo progresso e pelo desenvolvimento.

Disse-vos, amazonenses, que, neste ano de penas e de asperezas, não ficamos inertes e inativos no Govêrno, e vós bem sabeis que é rigorosamente verdade o que vos afirmo. Tivemos as nossas vistas voltadas para o Interior. Alí, como o entendemos, estão as maiores reservas do Estado. O Amazonas, no seu presente estágio econômico, por excelência produtor de bens primários, tem na sua região hinterlandina e no extrativismo — tem e ainda terá por algum tempo — a fonte fundamental de sua existência. A Capital de Manaus, no particular, depende da hinterlândia para sobreviver. Em troca dos bens da civilização,

da cultura, da política, da saúde, da administração, da justiça, da segurança, que para lá envia, Manaus recebe do Interior a fôrça e o poderio da sua produção de matérias primas, base e substância da nossa riqueza comum.

Há duas maneiras de ampliar, de aumentar, de estimular e desenvolver a capacidade produtiva da hinterlândia. O meu Govêrno inclinou-se pela primeira, por aquela que me pareceu mais adequada e que mais ao nosso alcance estava: dar à produção hinterlandina condições de infraestrutura, visando a fazê-la crescer e aprimorar-se pelo oferecimento de facilidades técnicas, científicas, sociais e econômicas. E por êste meio estaria atingindo o segundo processo, que diz respeito a mais crédito e melhor crédito, crédito em quantidade e qualidade, em volume e acessibilidade.

PRIMEIRO A INFRAESTRUTURA

O problema do desenvolvimento e do aperfeiçoamento da produção de riquezas em bens e serviços como a minha experiência e a minha prática o situam, é um problema global, não é setorial, e há que ser encarado como um todo, como um contexto, como um conjunto, como um quadro; e assim equacionado, e assim examinado embora a solução seja na ordem de parcelas, mas não de fragmentos, conforme as possibilidades e as prioridades. E por assim situar-me eu em face do complexo do problema é que o ataquei pela parte da obra de dar infraestrutura ao Interior, partindo dos alicerces para o erguer do edifício, após.

Não tenho porque retirar uma linha sequer, ou modificar, ou alterar porção mínima embora do que está aí traçado, e atrevo-me a dizer que igual deve ser o pensamento, igual deve ser a condição de Vossas Excelências, visto que a Assembléia Legislativa do Estado até ao presente tem se mostrado sensível a esta posição assumida e a esta direção tomada pelo Executivo.

ANO DE DECISÕES E DE DEFINIÇÕES

Dentro dêste nosso esquema, dentro dêste quadro que proponho eu e propõem Vossas Excelências, de valorizar o homem do interior, de polarizar, e imantar o homem do interior atraindo-o para a obra de preparação da arrancada do desenvolvimento, creio não ser excessivo lembrar a Vossas Excelências que êste ano de 1968, por estarem marcadas no seu correr eleições dos órgãos políticos administrativos nos Municípios, é um ano de sérias e importantes decisões e definições, um ano que podemos explicar como essencial para a implantação do nôvo Amazonas, que estamos procurando edificar, — nôvo em mentalidade, nôvo em labor, nôvo de concepção nova e de operosidade nova, limpo de demagogia, livre de corrupção, realístico e objetivo.

É missão e é obrigação dos comandados políticos, das lideranças políticas, das direções partidárias, orientar as áreas eleitorais que têm a responsabilidade cívica e o dever moral de esclarecer, de bem informar, no sentido de que

as urnas, no pleito de Novembro, sejam realmente o cadinho a fundir metal duro e preciso para o aprimoramento nos moldes da criteriosa e grave missão de governar. O poder de grupos, o prestígio que se não adquire pagando com retidão e austeridade, mas comprando como o manipulamento do jôgo de influências ou com o dinheiro de contado, — tais desprincípios devem ser postergados, e para sempre postergados do processo político-eleitoral, a fim de que falem as mesmas urnas com eloquência e bom timbre, autenticamente ecoando a vontade e a escolha do povo, que sabe o que quer, e sabe o que pode ter.

MENSAGEM

Encerrando estas palavras, com as quais levo a Vossas Excelências a exposição sucinta das atividades, das obras, dos serviços, dos atos e dos fatos pertencentes à alçada do Poder Executivo, no exercício administrativo de 1967, mais adiante amplamente desenvolvidos nos Relatórios parciais das Secretarias de Estado e outros órgãos do Govêrno, não quero e não devo concluir esta minha mensagem à Assembléia Legislativa sem uma justa e respeitosa homenagem ao Poder Judiciário, o terceiro vértice dêste triângulo equilátero que é o Estado na ordem política — constitucional, sob o comandamento da democracia, livre e plenamente funcionando, — no centro do qual, eixo e ponte de equilíbrio, está o Povo, que governa soberano, por si mesmo e para si próprio.

HARMONIA DOS PODÊRES DO ESTADO

Uma eloquente prova e um alto testemunho da harmonia político-administrativa entre os três Poderes constituídos, no Estado do Amazonas, podem aqui ser apresentados, não devem ficar afastados do conhecimento do Povo. É que, durante o período legislativo de 1967, o Poder Executivo, em matéria de sua competência, enviou ao Legislativo um total de 150 proposições, acompanhadas de mensagens justificativas; destas, 152 foram por Vossas Excelências aprovadas e transformadas em leis do Estado; duas foram retiradas por inicaitiva do próprio Executivo, para reformulação de seus têrmos em virtude de fatos novos surgidos; e uma foi retirada da pauta de discussão, voltando à Comissão de Serviço Público da Assembléia.

O fato comparece para demonstrar sobejamente, ainda, a lisura e integridade do comportamento de Vossas Excelências no desempenho de seus austeros mandatos, não procrastinando de maneira alguma quando o Executivo recorre ao Legislativo para armar-se de instrumentos legais que venha a aplicar em benefícoi da comunidade.

A seguir, Senhor Presidente Senhores Deputados, passo a ilustrar a minha exposição com uma apreciação dos Relatórios setoriais do Serviço Público do Estado.

SECRETARIA DE FAZENDA

A Secretaria de Estado de Fazenda é o órgão por excelência da execução da política financeira do Govêrno, e o fluxo ou refluxo de sua arrecadação, comparados com os gastos compatíveis da despesa pública, dão a posição mais aproximada possível da finança estadual, como se verifica do conciso mas claro e exato Relatório de seu titular, o senhor FRANCISCO MONTEIRO DE PAULA, com desempenho capaz e esclarecido no cargo desde Julho de 1967.

Para que se tenha idéia certa dos efeitos negativos, na exercício financeiro passado, da aplicação do Impôsto de Circulação de Mercadorias, no Estado do Amazonas, em confronte com a aplicação do Impôsto de Vendas e Consignações, aqui sejam mostrados algarismos, que falam mais alto do que quaisquer palavras. Enquanto, em 1966, a arrecadação geral do Estado, sob a vigência do IVC, alcançou, entre impostos e taxas. NCr$ 28.030.142,00, em 1967, com o ICM em vigor desde 1.º de Janeiro, a arrecadação geral do Estado não foi além de NCr$ 16.738.727,00, havendo pois, uma diferença contra o exercício passado de NCr$ 11.291.915,00, — querendo significar que a queda da receita foi da ordem de 40,28%.

A Secretaria de Estado de Fazenda igualmente participa, a alguns aspectos, do desenrolar da política econômica do Govêrno, e foi com o seu assessoramento e da Comissão de Desenvolvimento Econômico do Estado de Amazonas (CODEAMA) que o Executivo formulou a Lei n.º 691, de 28 de Novembro de 1967, relativa à circulação, dentro do Estado, dos produtos 'in natura' —, lei pioneira, com a finalidade, atingida, de beneficiar o homem do interior em seu trabalho e seus negócios, pela qual foi transferida a responsabilidade do impôsto ao primeiro adquirente de produção primária, sempre estabelecido nas praças exportadoras de Manaus, Itacoatiara e Parintins.

A crédito da Secretaria de Fazenda é de consignar, ainda, o convênio firmado entre êste órgão e o Banco do Estado do Amazonas S. A., pelo qual passou o Banco a agente exclusivo arrecadador de tributos do Estado em Manaus e nas cidades do Interior do Estado onde mantém agências: Itacoatiara, Parintins, Maués, Manacapuru e Bôca do Acre.

SECRETARIA DO INTERIOR E JUSTIÇA

Confiada à capacidade, competência e inteligência do professor doutor LÚCIO FONTE DE REZENDE, esta Pasta tem uma das mais miportantes funções a desempenhar no complexo político-administrativo, cujas atividades abrangem relações com o Poder Judiciário, pela Procuradoria Geral de Justiça, a Segurança Pública, pelas Policias, Militar e Civil, estando ainda a seu cargo a Imprensa Oficial e a Divisão do Arquivo Público.

Com relação à Imprensa Oficial, à Delegacia Especializada de Trânsito e ao Departamento de Segurança Pública, pretende-se levar a efeito, no correr de 1968, e dentro dos recursos financeiros disponíveis, um programa ob-

jetivando reaparelhar êstes organismos, no sentido de que possam melhor executar suas funções.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Uma das metas principais do meu Govêrno, relaciona-se com o setor educacional, pois entendo que nenhum programa de desenvolvimento poderá ser levado a efeito, com maior amplitude, se não estiver calcado, apoiado e sustentado pela educação.

Confiada ao doutor ANTÔNIO VINÍCIUS RAPOSO DA CÂMARA, a Secretaria da Educação e Cultura vem procurando modificar o panorama educacional de nossa terra, onde a situação se apresenta bastante dramática, a exigir um acurado estudo e imediatas soluções.

Levantamento realizado em Maio de 1966, na cidade de Manaus, mostra-nos que 18,1% da população da Capital eram analfabetos, que 38,5% possuiam o curso primário incompleto, que 14,1% tinham curso primário completo que 16,3% apresentavam o primeiro ciclo ginasial incompleto Disso resultava que 87,3% da população de Manaus possuiam um grau de instrução abaixo do curso médio (1.º ciclo), evidenciando, concomitantemente, a necessidade de uma urgente modificação dêsse panorama educacional da população da Capital do Estado.

Nesse sentido, no relatório do titular da Secretaria da Educação e Cultura, é mencionada uma série de providências que o Estado pôde realizar, num esfôrço que continua e continuará, como está descrito no Plano Quinquenal do Govêrno, através do qual procuraremos executar medidas objetivas tendo em vista a necessidade inadiável da preparação de contingentes numerosos da população escolar.

Preocupa-me, sobremodo, o panorama educacional do Interior do Estado, e espero que, com a vigência do Plano Quinquenal, melhores condições sejam levadas aos municípios hinterlandinos, principalmente pela criação de novos estabelecimentos de ensino primário, permitindo assim que, em 1969, nenhuma criança, em idade escolar, deixe de frequentar uma escola por falta de vaga.

Registro com satisfação a inauguração, em Dezembro de 1967, em Parintins, de mais uma unidade escolar, à qual foi dado o nome sôbre todos ilustre de Waldemar Pedrosa.

SECRETARIA DE SAÚDE

Um outro setor, êste entregue ao pulso jovem de um técnico eficiente, do doutor JOSÉ LEITE SARAIVA, que ocupa lugar de relêvo em nossa administração, é o da Saúde, quando se sabe que as precárias condições de saúde do povo constituem obstáculos para a arrancada do desenvolvimento.

Vossas Excelências não desconhecem o quadro dramático que ocorre no setor médico-sanitário de nosso Estado, onde ainda muita coisa está por

fazer. Temos deficit de leitos hospitalares, sendo gritante a falta de médicos para um atendimento satisfatório a tôda a população.

No decorrer de 1967, procuramos, dentro das disponibilidades orçamentárias pôr em execução algumas providências com vistas a oferecer à população serviços médico-hospitalares mais eficientes, e para tanto foram proporcionadas melhores condições de trabalho nos hospitais mantidos pelo Estado, que é responsável pela manutenção de cêrca de 80% dos leitos existentes, num total de 3.500.

O Plano Quinquenal de Saúde, elaborado pela Secretaria de Saúde, fixa as diretrizes que o Estado adotará nestes próximos anos, objetivando sanar as falhas e deficiências que encontramos na esfera da Saúde Pública; e é instrumento técnico de excelente composição.

Ênfase especial será dada à programação para o interior, para o que já foi criada a Superintendência dos Serviços Médicos do Interior do Estado do Amazonas, fruto de mensagem enviada pelo Executivo e transformada em lei por Vossas Excelências.

Além de superintender e controlar os serviços de assistência médico-sanitária do interior do Estado, êste órgão realizará estudos capazes de permitir de imediato a determinação dos principais focos epidemiológicos causadores do alto índice de mortalidade verificado no interior, incidências muitas das quais até hoje sem causa determinada.

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS

Coube a esta Pasta, dirigida pelo jovem engenheiro JOÃO AUGUSTO SOUTO LOUREIRO, executar as obras de construção de novos próprios públicos bem como a restauração, recuperação e ampliação de outros já existentes.

Apesar das limitações financeiras, decorrentes de fatôres já do conhecimento de Vossas Excelências, os quais determinaram uma queda brusca na receita estadual, da ordem de 40,28 por cento, as obras programadas foram constrangidas a sofrer um processo gradualístico, retardando o término de algumas, que estavam previstas para o ano de 1697.

Não obtante, a Secretaria de Viação e Obras Públicas executou uma série de obras em imóveis do Estado, além de ter concluído a construção de dois Grupos Escolares, na Capital e no Município de Parintins, estando em fase final a edificação do prédio onde funcionará, a partir dêste ano, o Ginásio Estadual "Marquês de Santa Cruz", localizado no bairro de São Jorge.

Subordinados a Secretaria de Viação e Obras Públicas, estão o Serviço de Transportes Coletivos e a Olaria do Estado, através de cujos relatórios parciais, que integram esta exposição, são focalizados os trabalhos desenvolvidos por êstes dis órgãos subsidiários.

Dentro do programa de obras públicas, empenhar-se-á êste Govêrno dentro dos recursos financeiros disponíveis, no prosseguimento da construção do Estádio Vivaldo Lima, iniciada durante a gestão do meu antecessor. Além

de resolver por vários anos o problema de acomodações, esta obra dotará Manaus de uma praça de esportes compatível com o crescimento de nossa Cidade e indo ao encontro dos anseios de nossa população.

SECRETARIA DE PRODUÇÃO

Na economia rural amazonense, destaca-se, ainda, com relativa importância, o extrativismo, dominante predatório. O povoamento, tìpicamente irregular e descontínuo, efetuou-se e ainda permanece confinado às várzeas que margeiam os rios, representando apenas 1% da superfície da região.

Em 1965, de acôrdo com o Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura, a área ocupada pelas principais culturas agrícolas no Amazonas somou 51 mil hectares. A juta, como principal produto do Estado, coube a proporção de 68% da área cultivada e 76% do valor gerado, enquanto a mandioca, em segundo lugar, contribuiu com 17% da área e 14% do valor. Como se vê, os demais produtos em conjunto significaram tão sòmente 15% da área cultivada e 10% do valor da produção agrícola amazonense.

Dirigida pelo competente profissional doutor HUGO BEZERRA BRANDT, a Secretaria de Produção, através da execução do Programa Setorial de Desenvolvimento Agropecuário do Amazonas (PRODAPAM), inserido no Plano Quinquenal, objetivará impulsionar a agricultura e a pecuária, e promover o povoamento de áreas desocupadas do Estado, mormente dos grandes contingentes de 'terra firme' e a fixação do homem. "

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Sob o comando do doutor ALBERTO DE REZENDE ROCHA, homem de larga experiência em funções públicas tanto na esfera estadual, como na federal, a Secretaria de Planejamento tem relações diretas com as demais atividades que constituem o todo da administração, para formulação dos programas, elaboração de projetos, cabendo-lhe a coordenação e supervisão dos programas governamentais.

Para o equacionamento do problema do abastecimento de água de Manaus, que vinha se arrastando ha longos anos, sem uma solução definitiva e, sobretudo, realística, o Secretário Sem Pasta para a Coordenação e o Planejamento, por delegação da Chefia do Executivo Estadual, acompanhou todos os entendimentos que resultaram na elaboração do projeto de viabilidade técnica e financeira do nôvo sistema de abastecimento de água da Capital amazonense, cujas obras de construção foram iniciadas.

Empenha-se, agora, êste setor, para a execução de dois importantes projetos: a implantação da rêde de esgotos de Manaus e o saneamento dos igarapés que cortam a cidade Capital do Estado do Amazonas.

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

Ao Departamento de Estradas de Rodagem do Amazonas, confiado à reconhecida capacidade profissional do Coronel-Engenheiro MAURO BOLIVAR CARIJÓ, cabe a responsabilidade do planejamento e execução do Plano Rodoviário do Estado, bem como a manutenção em condções normais de tráfego, das estradas implantadas, objetivando à complementação do tradicional sistema fluvial de ligação entre os diversos núcleos existentes no Estado.

As metas do DER-Am, no que se refere às estradas de rodagem, estão dimensionadas com a implantação, na vigência do Plano Quinquenal, de .... 1.515 km. de novas rodovias.

Com prioridades absolutas, figuram as obras delegadas pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem:

1 — Ligação Manaus-Careiro-Humaitá-Pôrto Velho.

2 — Ligação Manaus-Alalau-Caracaraí-Rio Branco (trecho Manaus-Alalau). ....

A construção dessas rodovias tem como ponto fundamental a vinculação rodo-administrativa a Brasília, e permitirá a integração do Estado do Amazonas e do Território Federal de Roraima ao sistema rodoviário nacional, completando-se efetivamente a integração administrativa e política do País e rompendo o Amazonas, o isolamento em que ainda se encontra, por falta de uma ligação terrestre com o resto do Brasil.

Êste velho anseio do povo amazonense, será concretizado ainda durante o mandato do honrado Presidente da República, Marechal ARTHUR DA COSTA E SILVA.

SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA COM CAPITAL MAJORITÁRIO DO ESTADO

Não seria completa esta exposição, como pretendo que seja, se aqui não aparecessem as sociedades de economia mixta, regidas pela lei das sociedades anônimas, nas quais, todavia, por deter o Estado do Amazonas capital majoritário, exerce influência que me satisfaz dizer benéfica, podendo, pois, referidas sociedades, em seu regime político, serem entendidas como para-estatais. Refiro-me às Centrais Elétricas do Amazonas S. A. .... (CELETRAMAZON), à Companhia Amazonense de Telecomunicações ..... (CAMTEL) e à Companhia de Habitação do Amazonas (COHAB-Am), por meio das quais está o Govêrno realizando obra infraestrutural imprescindível para o objetivo do desenvolvimentoo nas áreas da eletrificação, básica para que se alcance o estágio de transformação do potencial primário regional em manufaturados de valor muito mais alto, intrínseca e extrínsecamente: das comunicações em condições de técnica aperfeiçoada; e da habitação humanizada, significando bem-estar, tranquilidade e segurança de maneira de vida, — êsses três organismos vêm funcionando em ação dinâmica e construtiva, quer na

Capital, quer no Interior.

Quando voltar eu à presença de Vossas Excelências, dentro de sessenta dias, para cumprimento do imperativo do inciso XIV d oart. 43 da Constituição do Estado, de nôvo ventilarei, e mais demoradamente, a debater com o Plenário da Assembléia matéria relativa ao título presente.

Cabe também, nesta parte, uma menção especial ao papel relevante que vem desenvolvendo o Banco do Estado, cuja Diretoria, comandada pela experiência, descortinio e capacidade profissional de STEPHESON MEDEIROS, cumpre uma função de estímulo e fomento às atividades comerciais, industriais e agro-pecuárias de nosso Estado, através de uma política creditícia ajustada às necessidades e peculiaridades de nossa região.

SECRETARIA DE IMPRENSA E DIVULGAÇÃO

No correr do ano de 1967, a Secretaria de Imprensa e Divulgação, órgão do Gabinete do Governador do Estado, estêve, a princípio, sob a orientação do doutor MÁRIO JORGE COUTO LOPES, e posteriormente foi confiada a um moço apto, idôneo, o doutor SÍNVAL GONÇALVES, que continua a ter desempenho à altura neste órgão principalmente compatível, por sua própria natureza e finalidade, à informação, ao esclarecimento e às comunicações de massas. A êste contexto de obrigações vem a SID dando cabal e satisfatória execução, sem de modo algum destoar do esfôrço e do ânimo de realizar, de efetivar, de funcionar, que é a tônica da Administração estadual amazonense.

CASAS CIVIL E MILITAR

Os serviços do Gabinete do Governador, na sede e eixo do Executivo estadual, — o Palácio Rio Negro — desdobram-se em dois setores de ação, a Casa Civil e a Casa Militar. A primeira, centro de convergência e enfeixamento de exigentíssimas tarefas, tem papel e função cómo órgão essencialmente de assessoramento do Chefe do Executivo para todo serviço civil estadual; e a segunda é a sua réplica na esfera militar. A Casa Civil está sob a chefia do criterioso e digno especialista em estudos jurídicos e sociais que é o doutor JOÃO MARTINS DA SILVA, advogado culminante e professor destacado, tendo como sub-chefe um outro bacharel em direito de realce e eficácia, o doutor ÉROS PEREIRA DA SILVA.

Depende da Casa Civil, a esta subordinado e estreitamente vinculado o Serviço Social do Palácio Rio Negro, que durante o ano de 1967, desenvolveu intensas atividades, no atendimento de uma média mensal de 1.300 pessoas, das camadas humanas mais desprotegidas, fornecendo-as auxílios os mais diversos, tais como: internamentos, passagens aéreas e fluviais, material escolar, remédios e outros. Vale ressaltar o atendimento às vítimas da última enchente que abrangeu 14 municípios, às quais o Estado prestou assistência, dentro dos recursos financeiros disponíveis. A política do bem estar social,

que constitui preocupação relevante da atual administração, prosseguirá com maior ênfase nos próximos ans, com a execução de um programa inserido no Plano Quinquenal.

Na Casa Militar funcionam, desde muito tempo, como chefe, o coronel THEMISTOCLES HENRIQUES TRIGUEIRO, e como sub-chefe o tenente-coronel ALCIMAR GUIMARÃES PINHEIRO, ambos oficiais superiores zelosos, da Policia Militar do Estado do Amazonas. Seu trabalho de todos os dias e de cada dia é pontual e diligente, inclusive relacionadamente à segurança interna no Palácio do Govêrno.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRÇAAO E SERVIÇO PÚBLICO ——— DO AMAZONAS ———

Órgão eminentemente técnico, vem o DASPA, de ano para ano, assumindo papel a cada estágio mais importante na vida administrativa do Estado, quer no plano relativo ao pessoal, sua preparação, seu aperfeiçoamento, a codificação e disciplinamento de seus direitos e de seus deveres; quer no plano que se entende com o material, as regras econômico-financeiras da sua aquisição, da sua padronizaçãc, das proposituras e soluções sôbre quantidade e qualidade. Em grande parcela, o problema da execução orçamentária do Estado está afeto ac DASPA, e de suas tarefas específicas vem o Departamento dando conta com aprovação dos interessados, o Estado e seus leais e fiéis servidores unidos, através do Govêrno como fator e agente de aglutinação. Está o DASPA sob a rigorosa e cabal direção do bacharel em direito JOSÉ CAITETE DA SILVA FILHO, experimentado técnico fazendário.

No que tange ao aprimoramento do nível de eficiência e capacidade do pessoal do Serviço Público do Estado, o Relatório da direçã do DASPA é peça necessária nesta exposição.

DEPARTAMENTO DE TURISMO E PROMOÇAO

A implantação de uma política de turismo, em bases racionais, objetivando a exploração das potencialidades turísticas do Estado, lançada que foi na administração de meu antecessor, teve prosseguimento e vem ganhando amplitude em nossos dias.

O Departamento de Turismo e Prmoção, confiado ao bacharel JOAQUIM MARINHO, vem dando integral cumprimento a um programa de divulgação orientada sôbre o nosso Estado, visando atrair o interêsse do turista nacional e estrangeiro.

LOTERIA DO ESTADO

Subordinada à Secretaria de Fazenda, a Loteria do Estado vem cumprindo suas finalidades, destinando-se parte de sua receita para a construção

do Estádio "Vivaldo Lima". A aceitação de seus bilhetes por parte do público amazonense, que tem dado apoio a êsse órgão, tem animado a sua atual Diretoria, presidida pelo fazendário Theóflio Marinho Filho, a levar a efeito um programa objetivando ampliar o programa de sorteios, dentro das diretrizes recomendadas pelo Govêrno do Estado.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO AMAZONAS

Órgão estatal de regime jurídico autárquico, o IPASEA, sob a orientação superior do diretor-presidente doutor MANOEL BRAGA DOS SANTOS, membro do Ministério Público do Estado mobilizado por sua propriedade de caráter e espírito para o exercício do cargo mandato.

Para falar da obra do IPASEA realizada nada melhor do que alinhar os algarismos, que nada mais do que a verdade e só a verdade falam.

O Serviço Médico atendeu, no decurso de 1967, a 54.364 segurados e dependentes, inclusive 373 para intervenções cirúrgicas. No Gabinete Dentário foram atendidas 13.952 pessoas. No Gabinete Radiológico, 3.297. No Gabinete de Fisioterapia, para aplicações de raios infra-vermelhos, ultra-violeta e ultra-som, foram atendidos 1.067 segurandos. O Laboratório de Análises Clínicas procedeu a 13.918 exames diversos. Por conta do IPASEA, foram internados em hospitais do Estado 266 associados, com um montante de despesa de..... NCr$ 290.908,21. Na Carteira de Aplicação de Capital foram processados durante o ano, 366 pedidos de empréstimos simples, no montante concedido, nos meses de Agôsto a Dezembro de NCr$ 62.570,00. Pensões concedidas: 39; Auxílios natalidade e funeral, 1.510; êstes atendimentos representando em moeda, o total de NCr$ 466.180,34.

Com um total de 14.054 associados matriculados até Dezembro de 1967, o IPASEA, além de seus serviços em Manaus, mantém Representações atuantes em Parintins e Itacoatiara.

Peço a Deus, na Sua imensurável sabedoria, na onipotência de Sua Generosidade e de Sua Clemência, que a mim me inspira, e inspire a Vossas Excelências, de modo que, com o Seu favor e pela Sua fôrça criadora, possamos desobrigar-nos do juramento que prestamos, de dar ao Amazonas e ao seu Povo, na medida de nossas possibilidades, prosperidade e paz.

Manaus, 28 de fevereiro de 1968.

DANILO DUARTE DE MATTOS AREOSA
Governador do Estado do Amazonas

Departamento de Estradas de Rodagem do Amazonas

O DER-Am. conseguiu, identificado com a nova conscientização de progresso, imprimida pelo Govêrno, partir para a execução de metas planejadas, procurando bàsicamente concentrar seus recursos em pontos definidos, fugindo à dispersão e ao esvaziamento de verbas, com o que pôde ao final dêsse desejo configurar um apreciável panorama de realizações, assim traçado:

1. — ESTUDOS e PROJETOS

Projetou-se e desenhou-se uma ponte metálica para ser construida nas proximidades do Terminal de Asfalto do DER-Am.

Procedeu-se o cálculo da planilha e o desenho de 105 Kms. da Rodovia BR-174 — Manaus divisa com o Território de Roraima.

Projetou-se e desenhou-se, procedendo-se os respectivos cálculos da estrada de acesso ao Quartel do C.I.G.S. (serviços realizados através de convênio).

Execução de projeto completo de engenharia final da Rodovia AM-180, Carauari-Gavião, no Município de Carauari, com uma extensão de 10 Kms.

Projetou-se a modificação de 45 Kms. do greide da Rodovia BR-319 (AM-480), trecho entre Humaitá-Pôrto Velho.

Desenhou-se e procedeu-se o cálculo da planilha de 115 Kms. da planimetria com exploração e projeto da Rodovia BR-319 (AM-060), trecho entre Manaus- Humaitá.

Procedeu-se o desenho de 300 Kms. do perfil longitudinal, com ensaio de 100 Kms. de greide da Rodovia BR-319 (AM-060), trecho entre Manaus-Humaitá.

2. — PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO INICIAL

Como antecedente à implantação de estradas o DER-Am., tendo em vista que as Rodovias BR-174, trecho Manaus-Caracarai-Fronteira com Venezuela e BR-319, trecho Manaus-Pôrto Velho se integrariam as estradas componentes do Plano Preferencial de Obras Rodoviárias do País, e ainda, a delegação a ser atribuida pelo D.N.E.R., — tomou as iniciativas necessárias a execução dos trabalhos de implantação dessas duas importantes obras.

Êste Departamento reconhecendo que os referidos trechos rodoviários se constituiriam em serviços inseridos no Plano Rodoviário Estadual, dinamizou os trabalhos de modo que o Estado do Amazonas possa integrar-se no Sistema Rodoviário Norte-Sul da Amazônia Ocidental. Todavia, para que a implantação da "Manaus-Fronteira com a Venezuela" e "Manaus-Pôrto Velho" ocorra com o êxito desejado, o DER-Am., como primeiro passo procedeu na forma da Legislação vigente e através de concorrência, selecionou os responsáveis para as suas construções.

A execução dos trabalhos no sentido norte, no trecho "Manaus-Alalau", com aproximadamente 284 Kms., compreende topografia e o consequente trabalho de desmatamento, destocamento e limpeza, a cargo da Firma Irmãos Prata Engenharia e Comércio S.A., vencedora da concorrência e em razão de contrato firmado. Por outro lado, isto é, no sentido sul a LASA — Levantamentos Aerofotogramétricos S.A. assumira responsabilidade da execução dos serviços de aerofotogrametria da região Manaus-Pôrto Velho, a fim de que esta Repartição obtivesse um resultado mais perfeito para a implantação de 626 Kms. de estrada, o que fôra conseguido e está servindo de base a realização dos serviços de engenharia final no trecho "Manaus-Humaitá", numa extensão de 193 Kms.

Ainda na BR-319, o Consórcio "Transcon-Berger" constituido pelas Firmas Consultoria Brasileira de Engenharia Ltda. e Louis Berger Engenharia Ltda., assessorado permanentemente por um Grupo de Trabalho do DER-Am., procedeu aos trabalhos que antecederam a implantação do trecho "Manaus-Pôrto Velho", resultando os seguintes serviços: Estudos da Viabilidade Sócio-Econômica da Região, enfocando o incremento populacional e mercado consumidor de produtos que verterão das áreas a serem atingidas pela importante obra; Estudos para obtenção de um "diagnóstico" dos transportes no Estado e suas implicações na política rodoviária estadual; Estudos dos meios de navegação, considerando tipos e capacidade das embarcações, rios e épocas navegáveis; Coletas de dados das condições fluviométricas do Rio Negro, evaporimetria e precipitação dos elementos climatológicos da cidade de Manaus. De tais estudos, chegaram-se às conclusões que justificaram, plenamente, a realização dos trabalhos da estrada "Manaus-Pôrto Velho".

Quanto aos trabalhos a serem necessàriamente executados em 200 Kms. de subtrechos remanescentes da "Manaus-Pôrto Velho" o DER-Am. — igualmente obedecendo preceitos legais — fêz realizar licitação na forma do que dispõe o Decreto-Lei n.º 200, de 25-02-67, tendo sido vencedor

o Consórcio "Transcon-Berger", para a execução dos serviços de estudos e desmatamento do subtrecho "Careiro-Humaitá".

É importante dizer que êste Departamento, com vistas aos trabalhos da BR-174, Manaus-Alalau e BR-319, Manaus-Pôrto Velho, vem prestando o apoio logístico de que necessitam as turmas que se encontram nas respectivas frentes de serviços. Quanto à atualização dos serviços a cargo dos Contratantes-Executores, esta vem ocorrendo normalmente, conforme se deprende dos cronogramas apresentados.

Vencido o estágio das pesquisas para a implantação da "Manaus-Pôrto Velho", o DER-Am. promoveu a execução dos serviços de ligação do subtrecho "Manaus-Humaitá" numa extensão de 193 Kms., a qual fôra atribuída à Firma Irmãos Prata Engenharia e Comércio S.A. vencedora em razão de concorrência pública e instrumento contratual celebrado em 26—04—67.

Vale ressaltar que os serviços de desmatamento do referido subtrecho, já foram concluidos e entregues, tendo obedecido o projeto geométrico recomendado pelo D.N.E.R. Como refôrço aos seus recursos especificos, êste Departamento espera obter do convênio com a SUDAM — através do D.N.E.R. — alguma ajuda financeira para aplicação nas obras da BR-174 e BR-319.

Cuidou-se no mesmo exercício dos planos necessários para a construção de estradas que possibilitem influenciar a prática do Turismo, ressaltando-se entre elas: a) AM—020, Manaus-Encontro das Águas-Lages; b) AM—449, Km. 54 da AM—010 — Puraquequara; e, c) AM—450, Circuito Tarumã-Ponta Negra.

3. — PESQUISAS

O DER-Am. através da Divisão de Pesquisas Rodoviárias, realizou um total de pesquisas para os seus serviços, Consórcio Transcon-Berger e terceiros, como abaixo vai descrito:

1 — Ensaios	3.442
2 — Sondagens	3.852,14m.
3 — Laudos Técnicos	6
4 — Relatórios Técnicos	51

Autorizou e fêz realizar através dêsse Setor de trabalho, em janeiro de 1967, um curso de Solo-Cimento, buscando com isto especializar e colher melhor rendimento de trabalho do Quadro funcional da D.P.R.

4. — CONSTRUÇÃO

Em serviço executado por administração direta, o DER-Am. conse-

guiu concluir a Rodovia AM-010 — Manaus-Itacoatiara (Torquato Tapajós), com a execução de obras complementares de levantamento do greide e conformação da plataforma, numa extensão de 22 Kms. Mesmo concluida a citada Rodovia, na parte de terraplenagem, ainda necessita de alguns melhoramentos.

Na Rodovia AM-480 — Humaitá-Pôrto Velho, realizou-se por empreitada a Firma Irmãos Prata Engenharia e Comércio S.A., 12,5 Kms. de construção.

Procedeu-se o levantamento do greide, por administração direta da Rodovia AM-449 — AM-010 — Puraquequara, sem contudo atingir o projeto definitivo, numa extensão de 4 Kms..

Empreitada a Firma Flávio Espírito Santo, Engenharia Civil em Geral, iniciou-se a construção de uma ponte de concreto sôbre o Rio Preto — Km. 81 da Rodovia AM-010 — Manaus-Itacoatiara, estando a obra em fase de concretagem dos tubolões.

A recuperação da ponte "Benjamim Constant", que fica numa via de acesso à Rodovia AM-010, foi iniciada em novembro de 1967, pela Companhia Siderúrgica Nacional que se compromete realizar a obra no prazo de 240 dias, pelo prêço estimado em NCr$ 600.000,00.

Para a realização dos referidos serviços, a Companhia Siderúrgica Nacional firmou contrato com o DER-Am. e já providenciou levantamento e detalhes, estando os acessos prontos e o vão central em plena execução de serviço. A desmontagem da ponte em tela terá seu início numa oportunidade próxima e o material para êsse fim já se encontra em Manaus.

Para recuperação da ponte "Benjamim Constant" há tarefa de responsabilidade direta e êste Departamento tem empregado mão de obra especializada, executando a retirada do material que constitue o piso e providenciando substituição de peças do escoramento de madeira, com essas providências que permitem a passagem provisória para pedestres.

5. — PAVIMENTAÇÃO

Pelo Setor de pavimentação, o Departamento realizou no exercício de 1967 um total de 25,5 Kms. de pavimentação e 31 de imprimação asfáltica, como abaixo vai descrito:

1.º) 9,5 Kms. de recapeamento asfáltico com 7,00m de largura e 5 cm de espessura de São Jorge a Ponta Negra, na Rodovia AM-450.

2.º) Recapeamento asfáltico, alargamento de atêrros e acostamentos numa extensão de 15 Kms. na Rodovia AM-010 — no trecho Flôres-Ponta da Bolívia, com 7,00m de largura e 5 cm de espessura.

3.º) Recapeamento asfáltico do trecho acesso — Ponte Eduardo Ribeiro-Flôres, numa extensão de 3 Kms. com 7,00m de largura e 5 cm de espessura e mais elevação do greide e serviços de drenagem superficial.

4.º) 35 Kms. de imprimação asfáltica, na Rodovia AM-010 — Manaus-Itacoatiara (Torquato Tapajós).

6. — CONSERVAÇÃO

A programação para 1967 previu a manutenção e tráfego normal, da Rêde Rodoviária existente, para cuja desincumbência foi exigida considerável soma de recursos, seja pelo crescimento acelerado dos quilômetros postos a disposição dos usuários, seja pelas desfavoráveis condições peculiares à região.

Mesmo reconhecendo essas dificuldades para a execução de um programa de tal magnitude, principalmente se considerarmos as modificações legais que se operaram do tocante a distribuição e escalonamento das quotas pelo D.N.E.R., alterando radicalmente a sistemática de distribuição do Fundo Rodoviário Nacional, — o DER-Am realizou nêsse campò o seguinte:

Rodovia AM-010 — Manaus-Itacoatiara

Recuperação de atêrros, 156m³ executados, com o emprêgo de 121 unidades de bueiros tipo ARMCO.

Recuperação de pista com piçarra	38 Kms.
Construção de barracões no Km. 201	150 m²
Construção de barracões no Setor de Flôres	148 m²
Construção de muros de arrimo no Km. 26	1,32 m³
Construção de muros de arrimo no Km. 27	2,40 m³
Recuperação de saias de atêrros	523 m³
Imprimação com asfalto RC-2	145,75 m²
Assentamentos de bueiros no Km. 54	36,20 ml
Limpeza nas laterais de tôda a extensão da Rodovia	361.584,00 m²
Operação tapa buraco em vários trechos da Rodovia	64,84 m²
Plantio de grama no acostamento de atêrros	1.794,33 m²
Drenagem superficial	1.534,20 ml
Desobstrução de bueiros no Km. 225	
Construção de valetas na lateral da pista do Km. 2	120 ml

Rodovia AM-450 — São Jorge Ponta Negra

Limpeza das laterais da pista	116.200 m²
Limpeza das sarjetas	3.495 ml

Em razão da atração turística dessa Rodovia, o Setor de Conservação fêz edificar nas proximidades da praia de Ponta Negra uma praça, tendo-a embelezado com a colocação de bancos, plantio de grama e jardim.

Rodovia de Circuito Tarumã-Ponta Negra

Assentamento de bueiros	20 unid.
Limpeza de laterais	87.600 m²
Limpeza de sarjetas	460 ml
Nivelamento da estrada	10.000 m²
Recuperação do atêrro na pista de rolamento	38,26 m³
Revestimento com piçarra na pista de rolamento	1,070 ml

Estrada do Aleixo

Recuperação total da pista, além de serviços efetuados no Leprosário Antonio Aleixo.

Rodovia AM-070 — Cacau-Pirêra — Manacapuru

Elevação de 60 cm do atêrro do Lago do Miriti.
Passagem provisória no trecho — Km. 40 ao Km. 45.
Limpeza de laterais do Km. 30 ao 49.

Recuperação do Setor do Ariaú Km. 39 e construção de um barracão.
Colocação de marcos de quilometragem.

Rodovia AM-280 — Humaitá-Lábrea

Recuperação da ponte do Igarapé Preto com 12m de vão.
Construção da ponte do Riozinho, com 18m de vão — Km. 80.
Construção da ponte do Rio Itaparamanzinho, com 14m de vão — Km. 90.
Recuperação da passagem do ramal do Rio Itaparanã — Km. 99.
Construção da passagem provisória no Rio Issuã — Km. 126.
Recuperação da Rodovia desde o Km. O até Km. 41.

7. — TRÂNSITO

No início do ano, compreendendo todo o primeiro trimestre, o Setor de Trânsito não vinha acompanhando o andamento acelerado das obras, o que nos chamou atenção para a necessidade da mudança de Direção e dar nova orientação, passando a funcionar dentro dos nossos desejos, com a concretização, entre outros importantes trabalhos, dos abaixo relacionados:

1.º) Construção do Quartel da Polícia Rodoviária em Flôres e mais dois postos de serviços nas Rodovias AM-440 e BR-174.
2.º) Sinalização completa implantada nas Rodovias AM-010 e AM-450.
3.º) Providenciou tôda Legislação, dando orientação moderna e racional

à Guarda Rodoviária, a qual se encontra em fase final para encaminhamento à homologação dêsse Poder Executivo.

4.º) Planejou e realizou um curso de pronto socorro para a Guarda Rodoviária, o qual foi ministrado com grande aproveitamento no Hospital "Getúlio Vargas" do Estado.
Planejou o curso de habilitação teórica e prática para policiamento rodoviário, o qual já iniciado se encontra em curso de realização.

8. — ASSISTÊNCIA AOS MUNICÍPIOS

Para dar cumprimento ao disposto no art. 13 e parágrafos 1.º e 2.º do Decreto-Lei n.º 61, de 21-11-66, que altera a Legislação relativa ao impôsto Único sôbre Lubrificantes líquidos e gasosos, — o DER-Am. procurou equipar-se de meios e ambientes onde pudesse realizar, com eficiência, em estudos, técnica e administração, as relevantes finalidades estabelecidas por aquêle Decreto-Lei.

Pela Lei n.º 581, de 06-6-1967, o Govêrno do Estado, aceitando sugestão dêste Departamento, criou a Divisão de Cooperação e Assistência aos Municípios (D.Co.A.M.), cuja organização administrativa foi planejada e executada dentro das técnicas mais modernas.

Êsse setor de trabalho do DER-Am. tem realizado na sua curta existência, trabalhos relevantes, como abaixo descrevemos:

1.º) Estudou e aprovou os Programas de Atividades dos Municípios de Anorí, Atalaia do Norte, Autazes, Bôca do Acre; Benjamim Constant, Barreirinha, Borba, Careiro, Carauari, Codajás; Coari, Canutama, Fonte Boa, Ilha Grande, Itacoatiara, Ipixuna, Japurá, Lábrea, Maraã, Manicoré, Nhamundá, Nova Olinda do Norte, Nôvo Aripuanã, São Gabriel da Cochoeira, São Paulo de Olivença, Tapauá, Tefé e Urucará.

2.º) Inspecionou as obras rodoviárias dos Municípios de Bôca do Acre, Benjamim Constant, Canutama, Eirunepé, Humaitá, Itacoatiara, Lábrea, Maués, Manicoré e Pauini.

3.º) Enviou ao 1.º Distrito Rodoviário Federal do D.N.E.R. os Relatórios das Comissões de Inspeção aos Municípios de Bôca do Acre, Benjamim Constant, Eirunepé, Humaitá, Itacoatiara, Maués e Manicoré.

4.º) Enviou a todos os Órgãos Rodoviários Municipais, ofício-circular contendo instruções e solicitando providências.

5.º) Enviou ao Município de Carauari uma turma de topografia que fêz os trabalhos de locação, nivelamento e seções transversais na estrada Carauari-Gavião.

6.º) Providenciou junto a Divisão de Estudos e Projetos dêste DER-Am., o projeto da estrada Carauari-Gavião em planta e perfil.

7.º) Colaborou nos estudos para realização de convênio com a Prefeitura de Humaitá e atendeu as solicitações dos senhores Prefeitos de Itacoatiara e Tefé para estudos dos planos de pavimentação de vias de acesso daquelas cidades.

9. — FINANÇAS

Mesmo levando-se em conta a redução das quotas do Fundo Rodoviário Nacional para o ano de 1967, o que nos forçou reformular a programação de obras, dando mais ênfase a realização de estudos de planejamento, de técnica de construção adequada às condições geológicas, climatéricas e de fluxo de tráfego, bem como de viabilidade para estabelecimento do Plano Quadrienal de Estradas, determinado pela Legislação em vigor, — estamos certos da meta atingida naquêle ano, em razão dos cuidados que teve a Direção Geral do DER-Am., determinando compressão de despesas em todos os Setores da Administração, o emprêgo correto das verbas, a concentração dos recursos em pontos definidos, o que nos possibilitou a apreciável realização de trabalhos que atrás foram fielmente expostos e mais, nos permitiu equilibrar as finanças, com um saldo positivo de NCr$ 35.913,30, como abaixo vai demonstrado:

A receita arrecadada foi de NCr$ 1'.968.509,99, conforme descrevemos a seguir:

RECEITAS CORRENTES

Receita Patrimonial	22.616,97
Receita Industrial	65.887,50
Transferências Correntes	13.754.417,02
Receitas Diversas	124.434,50

RECEITAS DE CAPITAL

Alienações de Bens	1.154,00
S O M A ..... NCr$	13.968.509,99

A despesa realizada foi na ordem de NCr$ 13.932.596.69, assim discriminada:

DESPESAS DE CUSTEIO

Pessoal	2.224.651.10
Material	211.275,79
Serviços e Encargos	180.474,35
Conservação da Rêde Rodoviária	578.183,72
Conserv. e Recuperação de Equip. Mecânico	592.880,26
Previdência Social	310.619,26
Salário Família	200.907,32
Inativos	249.320,70

INVESTIMENTOS

Estudos e Projetos	1.981.329,36
Melhoramentos de Estradas	1.244.115,52
Construção de Estradas	4.696.948,63
Aquisição de Bens	164.609,90
Pavimentação de Estradas	1.297.280,78
S O M A ..... NCr$	13.932.596,69

Codeama

— OCORRÊNCIAS PRINCIPAIS DO ANO DE 1967

Ocupam um lugar de destaque, envolvendo, por isso; maior ênfase na enunciação dos fatos relacionados com as atividades da Comissão de Desenvolvimento Econômico do Estado do Amazonas — duas ações eminentemente planificadoras, desenvolvimentistas e administrativas. A primeira, exatamente a de maior vulto, foi a elaboração do Plano Quinquenal de Desenvolvimento do Estado do Amazonas — PLANAL — instrumento de ação coordenadora dos organismos estatais e veículo que irá possibilitar o desenvolvimento pleno da área empresarial, através a criação das chamadas pré-condições necessárias para a demarragem do desenvolvimento econômico, mercê da criação de uma infra-estrutura adequada aos investimentos futuros.

Planificando a ação do Estado em duas Operações básicas: Capital e Interior, o PLANAL reorienta o sentido de nosso progresso econômico e social deflagrando durante o período de vida útil do Plano uma atividade voltada para Manaus e para os quatorze "Pontos de Apoio e Irradiação" devidamente selecionados de acôrdo com as Zonas Fisiográficas da Região.

De 1968 a 1972, portanto, o Estado do Amazonas poderá dar sua adequada resposta do desafio social e econômico que é, sem sombra de dúvidas, a tarefa de desenvolver e projetar o Estado do Amazonas na senda desenvolvimentista.

Devidamente apoiado pela SUDAM, o PLANAL, temos certeza, irá se constituir num realístico instrumento ao longo de cinco anos para consecução dos reais objetivos de nossa terra, através o equacionamento de seus problemas, da apresentação de soluções técnicas, enfim, da realização plena da ,'demarragem" definitiva do Estado ao encontro de seu amplo e definitivo destino nacional.

O sentido, portanto, de integração nacional, regional, estadual, está vincado nos lineamentos do PLANAL, que é, sem favor algum, um evento na programação racional para solução dos problemas da área.

A segunda ação, está de dimensão um tanto menor, mas nem por isso desapercebida seria a revitalização da CODEAMA através a reforma da estrutura administrativa do Órgão, ora em fase de aprovação definitiva na Assembléia Legislativa do Estado. Recriar o órgão, dotá-lo de uma capacitação funcional mais adequada com a multiplicação de seus encargos foi o espírito que presidiu a feitura da nova Lei da CODEAMA. Em síntese: foram criadas três Divisões de apoio básico à Secretaria Executiva (Divisão de Desenvolvimento Econômico, de Documentação e Informação e de Administração), as quais responderão pelos encargos dos setores que formam a atual estrutura administrativa da CODEAMA.

Essa constelação de medidas visa, dentro de um alto sentido de formulação, equacionar de maneira mais racional, os problemas de estrutura administrativa do Órgão, dando-lhe maior capacidade operacional, dentro das

modernas técnicas de administração e de organização racional de trabalho que informam às disciplinas e os instrumentais da moderna ciência da administração.

Situada no plano dos principais eventos da CODEAMA no ano que passou, essa reforma administrativa do órgão, em 1968, vai dotá-lo de maior plasticidade, de uma mobilidade administrativa e técnica mais coerente com os constantes estímulos de deflagração de toda uma atividade criadora voltada para o desenvolvimento.

ATIVIDADES DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS PERTENCENTES À CODEAMA

SETOR DE PROGRAMAS:

TRABALHOS REALIZADOS EM 1967

1 — Estudo de Viabilidade para a implantação de uma Escola Técnica de Nível Médio, em Manaus.
2 — Diagnóstico da Pesca (ainda não publicado)
3 — Estudo sôbre a Rêde Bancária no Amazonas (não publicado)
4 — Estudo dos preços das passagens de transportes coletivos e automóveis de aluguel da cidade de Manaus.

SETOR DE PESQUISAS:

TRABALHOS REALIZADOS EM 1967

1 — Coordenação de pesquisa sócio-econômica realizadas em 11 municipios do interior do Estado (ainda não publicado).
2 — Atualização e análise da Receita Tributária do Estado.
3 — Estudos sôbre a situação dos meios de transportes — Marítimo, Fluvial e Aéreo.
4 — Atualização de dados referente aos principais produtos do Estado do Amazonas.
5 — Informações prestadas à órgãos oficiais e particulares.

TRABALHOS RELABORADOS COM A PARTICIPAÇÃO DOS DOIS SETORES:

1 — Elaboração do Estudo Preliminar para o Plano Quinquenal do Govêrno do Estado do Amazonas.
2 — Elaboração do Plano Quinquenal.

DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO ECONÔMICA

Em maio de 1967 e em julho do mesmo ano, ao Rio de Janeiro, um de nossos assistentes técnicos, naquela Capital, teve oportunidade de contactar com o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação a fim de receber os ensinamentos e técnicas efetivas para reorganização do órgão de Documentação da CODEAMA. Ainda naquela cidade, e em Sao Pãulo, o nosso técnico estreitou intercâmbio entre a CODEAMA e diversos serviços de Documentação, trabalho êsse que consubstancia na doação, a êste órgão, de monografias, bibliografias por parte do Setor de Documentação da Escola Interamericana de Administração Pública, da Fundação Getúlio Vargas; no envio regular de publicações e do boletim de Biblioteca do Ministério da Fazenda; no intercâmbio com o centro de Estudos Fiscais do Instituto Brasileiro de Economia que nos solicitou, para análise, o envio dos balanços patrimoniais de nossas autarquias e emprêsas públicas; na aquisição junto ao Setor de Documentação da Comissão de Reforma do Ministério da Fazenda de publicações sôbre a reforma tributária nacional; no intercâmbio entre a Diretoria de Documentação e Divulgação do Conselho Nacional de Estatística; Na troca de experiências entre a CODEAMA e o Centro de Pesquisas Administrativas da Fundação Getulio Vargas.

Por outro lado, diversas medidas de caráter administrativo vêm se desenvolvendo na fase de implantação no Órgão de Documentação, citando-se entre elas: carastro geral das instituições, entidades de classes e outros órgãos de natureza conômica e desenvolvimentista que operam no Estado; levantamento das firmas industriais do Estado abrangendo o período de 1946 até a presente data, trabalho êsse realizado na Junta Comercial do Amazonas; relação dos escritórios técnicos; lista dos incentivos fiscais do Estado, da União e do Município; estudo e planejamento de um boletim da CODEAMA; organização da biblioteca dêste órgão; estabelecimento de sistema permanente de permuta com as principais bibliotecas de outros Estados;

Por outro lado, adiantamos que ultimada a fase do planejamento físico e adquirido o mobiliário necessário, o órgão de Documentação e Informação Econômica continuará a seguir dentro da nova estrutura da CODEAMA, como um suporte técnico de real valia para o desempenho das finalidades dêste órgão de planejamento.

SETOR DE DOCUMENTAÇÃO:

TRABALHOS REALIZADOS EM 1967

1) Elaboração do CADASTRO INDUSTRIAL DA CODEAMA,
2) Elaboração do cadastro de informações gerais sôbre pessoas que atuam na administração pública, industriais, executivos de indústrias, técnicos, parlamentares, trabalho êsse já iniciado através de recortes de publicações diá-

rias e periódicas e que se encontram no setor;

3) Elaboração do trabalho de **Bibliografias** já publicadas no Boletim Informativo da CODEAMA (n.º 1);

4) Cadastramento minucioso de informes sôbre os órgãos públicos, entidades autárquicas, instituições que operam no desenvolvimento da Amazônia, cuja a pasta já se encontra elaborada no setor;

5) Cadastramento dos técnicos que operam na Amazônia, trabalho êsse que já está iniciado no setor;

6) Cadastramento da movimentação das pesquisas em realização e/ou programadas para a Amazônia, trabalho êsse já iniciado no setor;

7) Organização da pasta referente aos escritórios técnicos locais e de outros Estados do Brasil, trabalho êsse já iniciado no setor;

8) Elaboração de uma coletânea de leis sôbre Incentivos Fiscais para publicação na série "Estudos Específicos" da CODEAMA;

9) Publicação da FÔLHA TÉCNICA DA CODEAMA;

10) Publicação do BOLETIM INFORMATIVO DA CODEAMA;

11) Serviço de recortes de jornais, revistas e outras publicações, no setor, e que tem elaborado as seguintes pastas noticiário da CODEAMA; noticiário sôbre o desenvolvimento da Amazônia; noticiário econômico nacional que interesse à região;

12) Acompanhamento da Legislação Estadual, através do Diário Oficial do Estado;

13) Trabalho de acompanhamento da Legislação publicada no Diário Oficial da União;

14) Acompanhamento constante das modificações que se operam no que concerne à legislação fiscal e tributária da União, do Estado e do Município;

15) Elaboração do serviço de catalogação e classificação já iniciados na Biblioteca da CODEAMA;

16) Elaboração do plano de aquisição de publicações doadas, já iniciado com o intercâmbio proposto nos termos de circular expedida a numerosos órgãos de desenvolvimento de todo o país;

17) Elaboração de pastas específicas destinadas a coletar informações sôbre os diversos órgãos e instituições que operam na área amazônica.

TRABALHOS REALIZADOS EM 1967

1 — Estudo sôbre a viabilidade de implantação de uma Escola Técnica Industrial na cidade de Manaus;

2 — Tese para II Simpósio de Administração Escolar;

3 — Tese A NECESSIDADE DO PLANEJAMENTO ESTADUAL E SUA METODOLOGIA para o Congresso Nacional de Assembléia Legislativa, em combinação com a A.L.E.;

4 — O Plano de Desenvolvimento do Amazonas e os Problemas Sócio-Econômicos da Região; (palestra do Governador Danilo Areosa, aos estagiários

da Escola Superior de Guerra, em combinação com a Secretaria de Imprensa e Divulgação);

5 — Re-edição do Estudo Específico n.º 15: Diagnóstico Sócio-Econômico da Produção Industrial no Amazonas;

6 — Re-edição do Estudo Específico n.º 16: Diagnóstico Sócio-Econômico da Agricultura no Amazonas;

7 — Re-edição do Estudo Específico n.º 17: Diagnóstico Sócio-Econômico da Indústria Extrativa no Amazonas.

CONCLUSÃO

Como se pode depreender da rápida exposição dos fatos acima relatados, as atividades de 1967 da CODEAMA orientaram-se dentro de uma filosofia de ação eminentemente consentânea com nossa realidade; daí acreditarmos no êxito das grandes metas desenvolvidas pela CODEAMA, no presente ano: entre elas a de maior realce, por sua natureza e alcance — o Plano Quinquenal de Govêrno do Amazonas.

Sobremaneira, é animador ter-se encontrado. como base de apoio ao trabalho, o entusiasmo de uma equipe de técnicos jovens, recém saídos das Faculdades, mas que por sua integração à dinâmica geral da problemática da região enquadraram-se perfeitamente na linha geral de comandamento político expresso pela atual administração estadual, que tem na CODEAMA um dos setores de suporte técnico das atividades e dos procedimentos administrativos do Estado.

I — GABINETE DO SECRETÁRIO E DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO

Eminentemente burocráticos, êsses órgãos resumiram suas atividades em remessas e recebimentos de expedientes, expedição de portarias, certidões de tempo de serviço e boletins de concessão de férias, informações diversas e outros afazeres administrativos, cujo resumo está inserto no RELATÓRIO apenso ao presente.

....II — ÓRGÃOS INTEGRANTES DA SVOP

a) Departamento de Obras Públicas (DOP)
b) Serviço de Transporte Coletivo (TRANSPORTAMAZON)
c) Olaria do Estado (OE).

Dêstes órgãos, destaca-se o Departamento de Obras, cuja atividade, no exercício próximo passado, foi bastante produtiva.

III — ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS SOB A JURISDIÇÃO DA SVOP

a) Departamento de Estradas de Rodagem do Amazonas (DER-Am)
b) Departamento de Águas e Esgotos (DAE)

IV — SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA VINCULADAS À SVOP

a) Centrais Elétricas do Amazonas (CELETRAMAZON)
b) Companhia de Habitação do Amazonas (COHAB-AM).
c) Companhia Amazonense de Telecomunicações (CAMTEL)

Apenas vinculadas a esta Secretaria estas Companhias realizaram um trabalho profícuo.

Outrossim, em tempo, ressaltamos a eficiente colaboração prestada pela Direção Geral do Departamento de Obras e suas Divisões, bem como a de todos os servidores desta Secretaria que sem medirem quaisquer sacrifícios, trabalharam diuturnamente buscando a concretização do importante programa de obras que foi executado em 1967.

I — GABINETE DO SECRETÁRIO E DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO

Eminentemente burocráticos, êsses órgãos resumiram suas atividades em remessas e recebimentos de expedientes, expedição de portarias, certidões de tempo de serviço e boletins de concessão de férias, informações diversas e outros afazeres administrativos, cujo resumo está inserto no RELATÓRIO apenso ao presente.

....II — ÓRGÃOS INTEGRANTES DA SVOP

a) Departamento de Obras Públicas (DOP)
b) Serviço de Transporte Coletivo (TRANSPORTAMAZON)
c) Olaria do Estado (OE).

Dêstes órgãos, destaca-se o Departamento de Obras, cuja atividade, no exercício próximo passado, foi bastante produtiva.

III — ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS SOB A JURISDIÇÃO DA SVOP

a) Departamento de Estradas de Rodagem do Amazonas (DER-Am)
b) Departamento de Águas e Esgotos (DAE)

IV — SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA VINCULADAS À SVOP

a) Centrais Elétricas do Amazonas (CELETRAMAZON)
b) Companhia de Habitação do Amazonas (COHAB-AM).
c) Companhia Amazonense de Telecomunicações (CAMTEL)

Apenas vinculadas a esta Secretaria estas Companhias realizaram um trabalho profícuo.

Outrossim, em tempo, ressaltamos a eficiente colaboração prestada pela Direção Geral do Departamento de Obras e suas Divisões, bem como a de todos os servidores desta Secretaria que sem medirem quaisquer sacrifícios, trabalharam diuturnamente buscando a concretização do importante programa de obras que foi executado em 1967.

Transporte Coletivo em Manaus

ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS :

No exercicio passado esta Direção, conseguiu com bastantes dificuldades, à base de extrema compressão de gastos, manter o equilíbrio alcançado no ano de 1966, evitando deficit.

ALIENAÇÃO DE SUCATA: —

Outro fator de destaque, e que está repercutindo com excelente perspectiva, é as vendas de material inservivel (sucata), tendo êste Serviço auferido no corrente ano, a quantia de NCr$ 1.905,00 produzida por vendas de peças dos ônibus antigos que se acham depositados na oficina do bairro de Flôres

COLETIVOS EM TRÁFEGO: —

Acham-se trafegando regularmente os seguintes ônibus: — 01 —02 — 04 — em reparo nas oficinas com trabalhos em andamento o de n. 05 — cujos reparos esperamos concluir no mês de janeiro vindouro.

RECEITAS E DESPESAS : —

No exercício passado a Receita, isto é, no ano de 1966 orçou em ..... NCr$ 125.000,00, enquanto êste exercício apenas NCr$ 114.504.00, foram arrecadados pelos coletivos

DESPESAS

Nas despesas tivemos os seguintes movimentos, pela prestação de serviços, efetuamos aos operário e pessoal em geral a quantia de NCr$ 63.037,21, pela rubrica 3.1.2.0 — Material de Consumo, dispendemos com a importância de NCr$ 31.949,13, na de Encargos Diversos — orçou em NCr$ 14 412.10 o montante aplicado.

Departamento
de
Obras
Públicas

Apresentamos o relatório das atividades do Departamento de Obras Públicas no exercício de 1967 o qual retrata, em resumo, os diversos encargos do órgão no decorrer do ano findo.

A — EXECUÇÃO DE OBRAS DE REPAROS E RECUUPERAÇÃO

Colégio Estadual do Amazonas — Sede da CODEAMA — Ginásio Estelita Tapajós — Hospital Getúlio Vargas — Grupo Escolar Antônio Bittencourt — Tribunal de Contas — Loteria do Estado — Sede da Imprensa Oficial — Grupo Escolar Padre Agostinho Martin — Grupo Escolar Senador Cunha Melo — Instituto Maria Madalena — Grupo Escolar Vicente Telles de Souza — Secretaria de Fazenda — Instituto Benjamin Constant — Penitenciária Central do Estado — Instituto de Educação — Maternidade Ana Nery — Palácio Rio Negro — Hospital Infantil Dr. Fajardo — Sede do Departamento de Estatística — Centro de Saúde do IPASEA — Sede da Secretaria de Assistência e Saúde.

Além das obras mencionadas acima, a SVOP realizou ainda reparos pequenos em outros próprios públicos, tais como: Grupo Escolar Olavo Bilac, Departamento de Águas e Esgotos, Biblioteca Pública, Colônia Agro-Escolar Melo Matos, Sede da Polícia Civil, DASPA, ESPEA. Ginásio Agrícola do Paredão. etc. Providenciou a recuperação dos entulhos resultantes do desabamento do prédio do Frigorífico F-2. Cooperou na recuperação do Quartel e na construção da Granja da Plícia Militar, fornecendo alguns materiais, que existiam estocados no seu Almoxarifado.

A SVOP prestou seu auxílio na resolução do problema d'água no Município de Carauarí

B— EXECUÇÃO DE CONSTRUÇÕES NOVAS

Pôsto de Puericultura da Legião Brasileira de Assistência (Careiro) — Grupo Escolar Leopoldo Neves (Manacapuru) — Residência para Promotores de Justiça (Parintins) — Forum de Justiça e Residências para Juiz (Parintins) — Grupo Escolar Ministro Waldemar Pedrosa (Parintins) — Em Manaus : Grupo Escolar Hermenegildo de Campos — Sede da Secretaria de Produção — Grupo Escolar Princesa Isabel — Ginásio Marquês de Santa Cruz.

Chegando ao fim dêste relatório, temos por obrigação destacar a boa vontade e capacidde de todos os funcionários dos vários órgãos internos desta Secretaria, sem o auxílio dos quais não seria possível levar avante o espinhosa missão que coube a êste órgão do Estado

Olaria
do
Estado

—— FORNOS

A Olaria do Estado possui 7 fornos, sendo que 1 (um) pequeno para queima de manilhas foi construído em nossa gestão.

— EQUIPAMENTO INDUSTRIAL

O equipamento industrial da Olaria do Estado conta 8 anos de funcionamento. Acreditamos que por falta de assistência técnica: reposição de peças, manutenção e lubrificação, ocasionou uma queda na produção — atualmente — de 75% de sua capacidade nominal. Portanto se faz urgente a reposição de peças desgastadas o mais breve possível. Vale ressaltar que a Olaria do Estado está em pleno funcionamento, penas com uma baixa produtividade.

—— SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Quando assumimos a direção geral da Olaria, contava a mesma com um débito de aproximadamente NCr$ 44.000,00, compreendendo dívida do comércio, indústria, férias, 13.º salário, luz. lenha. previdência social. etc. Dentro de nossas possibilidades pagamos cêrca de NCr$ 27.000,00, restando apenas algumas contas do comércio, SVOP e INPS — tôdas da gestão passada.

Esclarecemos que as compras realizadas no exercício de 1967, pela Olaria do Estado, foram pagas à vista, não contraindo assim nenhuma dívida no comércio e/ ou indústria de nossa praça.

Com a ajuda do Contador Wilson Lopes, da CODEAMA, conseguimos escriturar o livro Caixa. o qual demonstrou durante o exercício passado, um equilíbrio entre Receita e Despesa, isto com o auxílio do Govêrno através de Subvenção Econômica nos meses de novembro e dezembro, com o valor de NCr$ 14.000,00 (total).

Departamento
de
Águas
e
Esgôtos

RELATÓRIO

Durante o ano de 1967 as atividades do DAE foram, principalmente, de planejamento e organização, afora suas atividades normais de fornecimento dágua. De fato, muitos setores da Autarquia reclamavam imediatas e radicais reformas, que continuam sendo implantadas.

CONSELHO ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

Sendo o órgão de superior deliberação coletiva do DAE tem, como os demais órgãos do DAE, suas atividades regulamentadas pelo Regimento Interno da repartição, que baixou com o Decreto n. 613 de 20 de julho de 1966. sendo sua principal tarefa a de nortear as diretrizes do DAE, bem como a sua politica.

O CEAE, em 1967 efetuou 50 sessões ordinárias e 8 sessões extraordinárias, sem ônus para o DAE. Baixou trinta e três (33) Resoluções.

DELEGAÇÃO DE CONTRÔLE

É o orgão fiscal do Poder Executivo no DAE, examina todos osprocessos de contratos e de pagamento, aprovando-os e reajustando-os quando regularizados Teve também êste órgão destacada atuação, colaborando com a Direção do DAE, quando se faziam necessários esclarecimentos e correções, de natureza contábil e financeira, nos processos submetidos àquele órgão fiscal.

ABASTECIMENTO DÁGUA

Visitou-nos o Engenheiro Saturnino de Brito, contratado que foi para dar um parecer sôbre os projetos existentes para abastecimento dágua de Manaus —

O referido parecer foi-nos entregue no início de dezembro, tendo satisfeito plenamente esta Dirção.

Foi formalizada no Rio de Janeiro a solicitação de empréstimo e assinado um têrmo aditivo com a firma construtora cujo mérito principal foi o de reduzir a estimativa de custo da obra de NCr$ 2.100.000,00 para ... ... NCr$ 1.500.000,00 (hum milhão e quinhentos mil cruzeiros novos).

Como a citada firma teria direito a um prêmio de 50%, sôbre a economia da obra, comparando-se o seu custo real com o estimado, acreditamos ter conseguido uma economia de NCr$ 300.000,00 no mínimo, para os cofres do DAE — Assinamos convênio com a SUDAM, no valor de NCr$1.600.000,00 para aplicação nas obras de abastecimento dágua de Manus.

Após a entrega do projeto da tomada dágua, feito pela PLANENGE, e do atendimento aos trâmites burocráticos e legais foram liberados ... . NCr$ 650.000,00, devennd o restnte ser entregue até junho de 1968.

Neste peroído também foi minutada, pelo Sr. Secretário do Planejamento, a Lei n. 652, que fixou a participação financeira do Estado na cons-

trução das obras a que nos referimos, e que será de NCr$ 3.000.000,00 dos quais NCr$ 600.000,00 já foram investidos na aquisição das bombas de baixo recalque e de material para construção.

O DAE dispõe, no momento, em caixa. da importância de NCr$830.000 00 para serem aplicados na construção da nova tomada dágua.

AMPLIAÇÃO DA RÊDE

Ruas Major Gabriel, Ipixuna, Sete de Setembro, Presidente Dutra, Travessa Comendador Clementino. Santa Isabel, General Glicério, Rio Branco. Coronel Conrado. Vivaldo Lima, Nicolau da Silva e Ramos Ferreira.

Como atividades extra-rotineiras, tivemos a extensão de uma linha do reservatório do Mocó para o Conjunto Residencial de Flôres, bem como ao assentamento para abastecer o citado conjunto de 306 casas.

O DAE investiu. nesta obra, NCr$ 170.000,00.

Durante o corrente ano recebeu o DAE o estudo de viabilidade econômica que foi encomendado e que custou NCr$ 60.000,00.

Em colaboração com a COHAB-Am elaboramos o ante-projeto para o conjunto residencial do Parque Dez (1.360 casas) através do qual aquela companhia conseguiu financiamento de NCr$ 455.030,24.

Em que pese não dispormos de aparelhagem de medição para aágua aduzida do bombeamento, estimamos em dez bilhões e quatrocentos milhões de litros dágua distribuídas à população em 1967.

Êste cálculo foi feito em função da capacidade do bombeamento, levando-se em conta perdas e paradas.

Considerando-se o índice da CODEAMA, de 6,1 habitantes por residência. confrontado com os 23.000 usuários cadastrados do DAE, teremos 140.300 habitantes servidos o que daria 203 litros, por habitante. por dia.

Êste é um índice baixo que, na realidade, deve ser menor ainda se levarmos em conta o número de ligações clandestinas existente, que estimamos em 6.000 (37.000 habitantes servidos clandestinamente). Aí então o referido índice será de 160 1/habitante, assaz baixo. Isto demonstra a incapacidade de atendimento do bombeamento, a atual demanda pois o mesmo trabalha 24 horas/dia com tôdas as bombas em ação.

DIVISÃO FINANCEIRA

A receita proveniente das taxas era de NCr$1.200.000.00, uma previsão irreal e artificial. —— A mencionada receita verificada foi de NCr$ 857.067,82.

A despesa foi de NCr$899.768,93

Donde se conclui que houve um deficit de NCr$ 42.701,11, cuja causa foi a de terem sido cobradas durante todo o ano de 1967, taxas paternalistas, aquém do custo do produto fornecido.

Em números redondos nossas despesas mensais assim são discriminadas:

a) — Energia Elétrica: NCr$ 40.000,00;

b) — Pessoal: NCr$ 40.000,00;

c) — Manutenção do Sistema: NCr$ 20.000,00.

Com o recente Decreto que taxou o consumo em função do salário mínimo esperamos ter sido resolvido o problema.

Para 1968 planejamos efetuar um cadastramento geral pois somos de opinião de que o atual deixa a desejar.

A outra medida a que nos propomos é entabolar negociações com os bancos que servem Manaus, com o intento de transferir o pagamento das taxas, que são feitos. na sua maior parte, no DAE, para as agências bancárias.

PLANOS E SUGESTÕES PARA 1968

No corrente ano iniciaremos a construção do nôvo sistema, começando pela TOMADA D'ÁGUA.

As fundações e infra-estrutura da NOVA TOMADA DÁGUA deverão ficar prontas em cento e oitenta (180) dias.

A seguir será executada a super-estrutura. Êste projeto estrutural foi elaborado pela firma PORTUÁRIA, mediante uma remuneração de NCr$56.000,00.

O PARECER do Dr. Saturnino de Brito sôbre os projetos existentes, de abastecimento dágua para Manaus, demonstrou a necessidade da elaboração de um nôvo projeto, cuja feitura demandará um prazo de sete (7) meses.

Assim sendo, após a execução da estrutura da TOMADA DÁGUA serão feitas as montagens das elevatórias de baixo e alto recalque, bem como a montagem da adutora de água bruta.

Só após estas obras é que se farão sentir os benefícios, do nôvo bombeamento, junto à população já abastecida mas que carece de água em quantidade sufiicente. Os prazos para conclusão das citadas obras serão determinados em função dos recursos financeiros liberados e da entrega, parcelada, do projeto.

Concluída a etapa acima descrita ou de posse de elementos do projeto e de recursos financeiros, é que poderão ser atacadas as outras etapas (estação de tratamento, reservatórios, rêdes de distribuição, adutoras e hidrômetros) que possibilitarão a ampliação do fornecmeinto dágua à população.

Acreditamos firmemente que até o final do atual Govêrna estas obras estarão concluídas.

Departamento
de
Turismo
e
Promoção

Somos o Estado, por excelência, de maior potencial turístico do Brasil.

O trabalho que o DEPRO realizou em 1967, foi o de esclarecimento nacional e internacional da pontencialidade turística do Estado.

Levamos pelo Brasil e por alguns países estrangeiros exposições de coisas do Amazonas, para serem olhados, pessoalmente. os nossos recantos.

O Amazonas tem um problema básico de grande envergadura com relação à infraestrutura de urismo da região. Não possuímos condições mínimas para podermos receber a grande demanda de uristas que porcuram conhecer o Amazonas.

Manaus possui 550 apartamentos de 1.ª classe os quais, nos dias atuais, vivem constantemente lotados e a maior parte das vêzes com duas ou três pessoas em cdaa apartamento.

Não poderemos programar turismo em grande escala. quando não possuímos condições para receber os visitantes.

Em 1965 à época da criação do DEPRO o número de turistas que visitaram Manaus era mínimo e se restringia a grupos que aqui chegavam enviados pelas Agências de turismo.

Em 1966 só a Agência Selvatur recebeu em Manaus o número, à época bem elevado, de 972 turistas, número êsse que atestava o interêsse progressivo. devido à divulgação equacionada, realizada pelo DEPRO.

Os dados apresentados em 1967, pela Selvatur, ascende agora a 1 589 pessoas atendidas pela referida agência, não se computando o número imenso de pessoas que o DEPRO atendeu, e com as quais realizamos programações.

O número de atendimentos feitos pelo DEPRO em 1967 atingiu um total aproximado de 3.000 pessoas incluindo-se nesse número os quase 1.000 participantes do VII Congresso Brasileiro de Municípios; o qual foi uma das mais efetivas propagandas da nossa região.

Apesar da recente inauguração da Cia. Tropical Amazônia de Hotéis que construirá dentro de 15 meses, um hotel turístico na Ponta Negra, não vemos para êste ano. nada que possa solucionar a falta de alojamento para os visitantes desta área. devido ao aumento progressivo que se espera.

O Presidente dos EUA, em recente discurso. disse que iria restringir a quase 70% a saída de turistas americanos para o hemisfério oriental, dando maior ênfase à visita dos mesmos para o hemisfério ocidental.

Ora, sabemos, que o grande número de turistas "dollar" se deslocava anualmente para a Europa, principalmente, Itália. França. Espanha e Portugal.

Êsses turistas virão agora para a América do Sul.

Precisamos levar avante, no mais rápido tempo possível todo o Plano Estadual de Turismo.

O orçamento Estadual não oferece condições à realização de uma plannificação turística nos têrmos a que nos propusemos dentro do Plano que o Estado exige.

Esperamos estar, ainda no primeiro semestre d e1968, com um nôvo órgão de funcionamento .o qual poderá dar ao Govêrno de Vossa Excelencia a projeção turística que o Amazonas pede.

Pretendemos inaugurar até Março o serviço de recepção no Aeroporto com fiscalização direta ao serviço de táxis em conjunto com o DET.

Tão logo seja aprovado pelo BNH o financiamento do Palácio Lôbo D'Almada, pretendemos iniciar as demarches para a construção, de imediato. do referido prédio o qual. com o Museu do índio, Numismática e outros locais de visitação será auto-financiável em menos de 5 anos.

Em 1967, não só tivemos um dos anos mais movimentados em têrmos de atendimento ao turista como. também as inúmeras companhias de turismo de todo o mundo publicaram folhetos sôbre o Amazonas com excursões programadas para Manaus. Principalmente as Agências estrangeiras deram ênfase especial à cidade de Manaus como recanto turístico dos mais promissores.

Secretaria
de
Produção

As atividades desta Secretaria no período de fevereiro a dezembro de 1967, apresentaram um saldo positivo de realizações, apesar da exiguidade dos recursos financeiros, da ausência de um quadro de pessoal técnico para proceder o dimensionamento e a fixação das metas de produção e implantar a reforma administrativa porque passou êste órgão da pública administração estadual, o qual continua ainda dependendo de uma infraestrutura que o coloque em sua verdadeira posição de responsável pelo desenvolvimento da produção agropecuária regional.

Mesmo assim, com o esfôrço e a dedicação do reduzido número de técnicos que prestam sua colaboração a esta Secretaria e, principalmente, com a ajuda e o apôio de Vossa Excelência, foi possível executar várias tarefas de interêsse da agricultura e da pecuária, entre elas a reforma do Campo Experimental "Angelino Beviláqua", a assistência técnica e medicamentosa prestada aos rebanhos bovinos do interior, com o deslocamento de vacinadores e do próprio Diretor da Divisão de Produção Animal a vários municípios amazonenses, a dinamização dos Postos de Revenda de Material Agropecuário espalhados pelo Estado, a assistência e a orientação prestada às cooperativas pela Divisão de Colonização, Extensão Rural e Cooperativismo, a continuação das obras da nova sede da Secretaria, no quilômetro 2. da Estrada do Aleixo, além de outras providências de amplitude, as quais visaram, sobretudo, melhorar as condições de vida do homem rural, influindo, desta maneira, no aumento da produção agrícola.

Em resumo, foram estas as atividades da Secretaria de Produção no exercício de 1967:

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO

Superintendeu os assuntos concernentes a pessoal, comunicações, orçamento, material, documentação e outros serviços administrativos.

ASSESSORIA TÉCNICA

Estudou, em colaboração com os demais órgãos desta Secretaria, assuntos técnicos, propondo o seu solucionamento; inspecionou em nome da Secretário, os serviços de recuperação do Campo Experimental "Angelino Beviláqua"; de construção dos conjuntos que constituirão a nova sede desta Secretaria, no quilômetro 2 da Estrada do Aleixo; de demarcação da área do

"Catuoca"; de aproveiamento do maquinário do Frigorífico F—2; de assistência às colônias supervisionadas por êste órgão, além de orientar outros setores, como o Departamento de Alienação de Terras no loteamento de áreas destinadas aos habitantes do "Catuoca", os quais estão sendo localizados em terras do patrimônio do Estado, situadas nas proximidades do Aeroporto e no Japiim.

DIVISÃO DE PRODUÇÃO VEGETAL

Seu objetivo é promover a produção de sementes, mudas e outros materiais, trabalhos de levantamento fitossanitário, identificação e verificação de doenças e pragas dos vegetais, além da realização de pesquisas sôbre pedologia e fertilidade do solo, experimentação de melhoramentos de plantas e métodos aplicáveis à agricultura.

A fim de cumprir tais finalidades, mantém a Divisão de Produção Vegetal um setor de experimentação que é o Campo Experimental "Angelino Beviláqua".

Na atual administração, grandes melhoramentos têm sido introduzidos no referido campo, citando-se entre êles a recuperação da instalação hidráulica que possibilitou a irrigação de área dos viveiros e demais áreas cultivadas.

DIVISÃO DE COLONIZAÇÃO, EXTENSÃO RURAL E COOPERATIVISMO

Tem como finalidade precípua coordenar, dirigir e promover as atividades referentes à colonização, extensão rural, cooperativismo, transporte e outros serviços análogos.

DIVISÃO DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL

Seu objetivo é promover o aumento da produção industrial, seja no campo artezanal, florestal ou na produção de alimentos e utilidades, além da transformação de matérias primas, adubos e rações.

No período de janeiro a dezembro de 1967 executou vários serviços, adotando providências de real alcance para a solução dos problemas ligados ao campo da conservação de produtos pereciveis, da pesquisa visando a implantação de indústrias de cimento e consequente aproveitamento de calcáreo para calagem de solos; procedeu estudos destinados à implantação de uma uzina de pasteurização de leite, fábrica de gêlo e frigorífico para peixes, mediante o aproveitamento do maquinário do Frigorífico F-2, estando em vias de decisão pelas autoridades competentes, a celebração de um convênio através do qual o Armazém n.º 20 da atual Administração do Pôrto de Manaus será utilizado como Entreposto de Pesca.

Em consequência de falhas na construção do prédio, o Frigorífico F-2

ruiu em junho de 1967, tendo esta Secretaria providenciado a desmontagem de todo o seu equipamento para utilização de acôrdo com o convênio que está sendo estudado pelo Departamento de Portos e Vias Navegáveis, cuja providência virá beneficiar grandemente o abastecimento de peixes a esta capital, além de estimular a indústria pesqueira.

SÍNTESE DAS ATIVIDADES QUE A SECRETARIA DE PRODUÇÃO PRETENDE REALIZAR NO EXERCÍCIO DE 1968, COM BASE NO PROGRAMA SETORIAL DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DO AMAZONAS — PRODAPAM

Em 1968, esta Secretaria, esperando contar com o auxílio da SUDAM, dos órgãos de financiamento da produção agrícola, e do próprio Estado, pretende realizar as seguintes tarefas:

1 - Montagem e organização de duas (2) colônias agrícolas, nos municípios de Itacoatiara e Lábrea;
2 - Início da montagem de duas (2) zonas agropecuárias nos municípios de Manaus e Parintins;
3 — Instalação de uma Granja de Demonstração na Rodovia Manaus-Itacoatiara — quilômetro 14 (Campo Experimental "Angelino Beviláqua");
4 — Demonstração de Estocagem de Gado em Pé, a ser montada e executada na área da sede desta Secretaria — quilômetro 2 da Estrada do Aleixo (Catuoca);
5 - Incentivo à Suinocultura e à Avicultura;
6 — Instalação de um Entreposto de Peixes, a cargo da Divisão de Produção Industrial;
7 — Incentivo à cultura da juta, através de financiamento, ajuda técnica e orientação aos juticultores regionais;
8 — Financiamento aos pipericultores, visando o aumento da produção de primenta-do-reino, mediante a prestação de assistência técnica especializada, conjugada à assistência creditícia;
9 — Auxílio à cultura de guaraná, através da ampliação das áreas cultivadas e da assistência técnica e creditícia aos guaranaicultores;
10 — Integração com o Projeto de Heveicultura (PROHEVEA), visando a implantação de seringais cultivados em proporção com a área dos seringais nativos;
11 — Política de amparo ao produtor da Castanha do Brasil, compreendendo o financiamento ao produtor, ao intermediário e ao exportador;
12 — Exploração das jazidas calcáreas de Maués, de natureza calcítica, a cargo da Divisão de Produção Industrial;
13 — Instalação de uma Uzina de Beneficiamento de Cereais e do Mercado do Produtor de Manaus;
14 — Incentivo à Industrialização, mediante estudos de viabilidade industrial, em conjugação com a CODEAMA;
15 — Conclusão de quatro (4) blocos administrativos da nova sede da Secretaria de Produção, no quilômetro 2, da Estrada do Aleixo.

Departamento de Administração e Serviço Público do Amazonas

Preliminarmente, como se faz necessário, cumpre-nos declarar que encontramos êste Departamento já com um número bem reduzido de funcionários que, a rigor, na sua grande parte. não são dotados de certa capacitação para acionr efetivamente a máquina administrativa dêste Departamento, nas funções de assessoramento direto de Vossa Excelência, em matéria de administração geral.

Causou-nos espécie a inexistência de tombamento dos bens móveis dêste Departamento, razão por que, de imediato. determinamos fôsse realizado. através da Secção de Patrimônio, o registro e numeração de todos os bens móveis dêste DASPA, inclusivamente o levantamento dos livros didáticos e jurídicos pertencentes à Assessoria Administrativa e à Biblioteca do DASPA.

Assim, convém dizer que o DASPA possui certo equipamento, em têrmos de mobiliários e máquinas, contudo o desenvolvimento compelto de seus órgãos é; em certa medida, obstado pela deficiência profissional de determinada parcela de servidores, como já foi ressaltado, e; notadamente. pela impropriedade do prédio ao funcionamento de uma reprtição pública, haja vista seus compartimentos bastante exíguos, do ponto de vista de espaços, o que ocasiona a promiscuidade da instalação de diferentes órgãos em um só compartimento.

Nada obstante, o DASPA, órgão centralizador dos sistemas de pessoal, material e de organização do serviço público estadual, desenvolveu apreciável volume de trabalho, no cumprimento de suas atribuições, embora, é msiter que se assinale, com efetiva carência de pessoal em seus órgãos. A fim de que se tenha exata idéia do problema que se nos apresenta, basta dizer que 12 (doze) funcionários foram exonerados, a pediod, 4 (quatro) funcionários encontram-se em gôzo de licença para tratamento de interêsses particulares, 2 (dois) funcionários foram readaptados e lotados na Secretaria de Educação e na Secretaria do Interior e Justiça e, finalmente, 1 (hum) funcionário, revisor, foi lotado, em definitivo, no Departamento de Imprensa Oficial.

"In casu", a verdade verdadeira é que dos funcionários que restam, alguns dêles estão em perspectiva de deixar o Departamento, vistos que foram aprovados em concursos públicos e esperam ser nomeados. Desta sorte, se as perspectivas se efetivarem no concernente ao funcionalismo do DASPA, far-se-á necessário contratar pessoal ou fazer concurso para dactilógrafos e escriturários, desde que sejam majorados os vencimentos pertinentes, a fim de serem preenchidos os claros existentes no quadro dêste Dpartamento.

Sem embargo da situação ora esboçada, o DASPA tem realizado tra-

balho de certa relevância, elaborou, cumprindo o mandamento do art. 187, da Constituição Estadual vigente, o Anteprojeto do Estatuto dos Funcionários Civis do Estado do Amazonas, o qual foi convertido, ao cabo de sua passagem pelo Legislativo, na Lei n. 701, de 30 de dezembro de 1967, que estabeleceu nôvo regime jurídico para os servidores estaduais, calcado, quanto possível, nos mais recentes progressos da ciência administrativa.

Seguidamente, cumpre-nos citar a Comissão de Reforma Administrativa do Estado, instituída pelo Decreto n. 917, de 10 de junho de 1967, que funciona, sob a direção e supervisão dêste Departamento, estabelecendo esquemas básicos de reformulação dos processos do serviço público estadual, em consonância com a modernização e permanente aperfeiçoamento da administração brasileira da função pública.

De fato, no momento em que o Estado do Amazonas empreende uma arrancada decisiva para o desenvolvimento de sua economia e suas riquezas, faz-se imprescindível uma reformulação, em bases técnicas, modernas e, sobretudo, humanas, da Administraoãç estadual, a fim de se conseguir o progresso verdadeiramente planificado, em proveito de tôda a coletividade amazonense.

O DASPA despendeu, no ano de 1967, com aquisição de material de consumo, permanente e pagamento de serviços prestados por terceiros, inclusive publicação de editais, programas de concursos, a importância de ... . NCr$ 80.551,34, sendo NCr$ 50.171;64 por adiantamentos e NCr$ 30.379;70; pagos diretamente pela Secretaria de Fazenda aos respectivos fornecedores.

ESCOLA DE SERVIÇO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS

No que respeita à ESPEA, da estrutura administrativa dêste Departamento, criada pela Lei n. 354, de 18/dezembro/1965, "com a finalidade de promover o treinamento, especialização e aperfeiçoamento dos funcionários públicos e ministrar o ensino de grau médio, no campo da administração". A aludida Lei foi regulamentada através do Decreto n. 472, de 3/fevereiro/1967, quando a Escola foi legalmente reconhecida junto ao Ministério da Educação, através do Conselho Estadual de Educação.

Em março, no dia 28, tivemos o comêço do Curso de Assistente Técnico de Administração, equivalente ao 2.º ciclo do Curso Secundário, o qual será ministrado em três séries, com a precípua finalidade de preparar prática e tècnicamente pessoal para o serviço público.

No ano em foco, 90 candidatos se inscreveram na 1.ª série do Corpo de Assistente Técnico de Administração, mas sòmente 34 concluiram-no, em

face de haverem desistido 51 estudantes, contudo houve 7 reprovados e 4 não obtiveram a frequência necessária à prestação dos exames finais.

O DASPA realizou em 1967, os seguintes cursos:

Curso de Preparação de Oficial de Fazenda — Curso de Redação Oficial — Curso Intensivo de Treinamento Para Escriturário — Curso Intensivo de Preparação ao Concurso de Oficial de Exatoria.

Isto posto, a ESPEA vem se esforçando para que os seus altos objetivos, no campo do ensino da ciência administrativa e no treinamento de pessoal, sejam satisfatoriamente alcançados. Assim é que em 1966 está programado a realização do Curso de Oficial Administrativo de Chefia e Assessoramento.

A ESPEA tem conseguido um apreciável acêrvo d elivros para sua biblioteca, através de doações da Secretaria de Educação eCultura, Centro de Produtividade Industrial do Amazonas, do Govêrno americano, através da USIS e da Missão Norte-Americana de Cooperação Econômica e Técnica do Brasil.

Procuradoria
Geral
da
Justiça

Constituído do Procurador Geral, dos Promotores de Justiça e Curadores e dos demais funcionários que a lei determinar, o Ministério Público tem ainda a auxilia-lo no cumprimento de suas obrigações os Promotores Substitutos e o sPromotores Adjuntos, nas Comarcas e Têrmos, cuja situação perante o serviço público ainda não se definiu, embora garantias constitucionais oferecidas aos que a data da Promulgação da Carta Maior tivessem mais de cinco anos de serviço público.

No ano de 1967 tivemos na direção da Procuradoria o doutor José Catanhede de Mattos Filho, nomeaod a 14 de dezembro de 1965 e substituído pelo professor doutor David Alves de Mello, em 1.º de fevereiro de 1967, que exerceu essas altas funções até 23 de agôsto do mesmo ano quando se deu a nomeação do atual titular, doutor Mário Jorge do Couto Lopes.

Com a promulgação da Constituição Estadual de 15 de maio de 1967, foi extinto o cargo de Sub-Procurador da Justiça, exercido até essa data pelo doutor Carlos Alberto Bandeira de Araújo, para serem criados os de Procurador de Justiça, junto às Câmaras do Egrégio Tribunal, cargos que não foram preenchidos em virtude de haver êsse Executivo representado perante a Mais Alta Côrte Judiciária do País impugnando a constitucionalidade do art. 75 e seu parágrafo único da citada Constituição.

Em consequência dessa situação esta Procuradoria Geral para evitar que o trabalho judiciário sofresse delongas, pelo acúmulo de todos os processos no exame e pronunciamento do titular, resolveu designar membros do Ministério Público para servirem perante as Câmaras ficando-lhe o permanente procedimento junto ao Venerando Tribunal Pleno, Câmaras Reunidas e o Conselho da Magistratura. Para êsse fim designou-se os drs. Sebastião Norões, para as 1.ª e 2.ª Câmaras e Nayde Vasconcellos, junto a 3.a Câmara, atualmente substituída pelo doutor Geraldo de Macêdo Pinheiro, em virtude da mesma se encontrar em gôzo de férias regulamentares .

A criação da terceira entrância no Ministério Público, pelo art. 16 do Código de 17 de janeiro do ano passado, sem que se mantivesse igual condição na magistratura estadual, revogada que foi a Lei n. 629, de 18 de junho de 1967, criou uma situação de dificuldade para o preenchimento das vagas do Ministério Público, sòmente agora solucionada com a Lei n. 702, de 30 de dezembro de 1967, com que o Executivo acolheu a ssugestões do Ministério Público, enviando ao Legislativo como apresentada.

Essa situação, agravada com as exigências constitucionais sôbre o provimento de cargos públicos, extinguindo as interinidades, os cargos do Ministério Público que se encontravam vagos sòmente mediante concurso poderão ser providos, não mais se facultando do titular da Procuradoria de Justiça a faculdade de seu preenchimento pela forma extinta até realização das provas de seleção.

Êsse em resumo o que se realizou no ano de referência e estamos certos poder no que se inicia realizar os atos indispensáveis ao provimento dos cargos vagos no Ministério Público para que se realize em tôda plenitude sua augusta missão.

Secretaria
de
Imprensa
e
Divulgação

Esta Pasta teve como primeiro titular, na gestão de Vossa Excelência o doutor Mário Jorge Couto Lopes, que assumiu as funções a primeiro de fevereiro, permanecendo até 18 de setembro, quando então fomos nomeados. Além da importância do setor, recebíamos também a incumbência de dar continuidade a um trabalho até então confiado à capacidade e inteligência de um homem da estatura intelectual do meu antecessor, além de uma vasta experiência adquirida em várias funções públicas já exercidas, sempre com realce.

Tendo em mente esta dupla responsabilidade, procuramos dar prosseguimento às atividades desta Secretaria, envidando todos os esforços para colocá-la dentro de sua verdadeira função.

Subordinada diretamente ao Gabinete do Governador, a Secretaria de Imprensa e Divulgação tem, dentre outras finalidades, a de assessorar o Governador do Estado em suas relações com a Imprensa e outros meios de divulgação, competindo-lhe, de modo especial, coordenar todos os assuntos do Govêrno do Estado no que se relaciona com a Imprensa; realizar um programa de relações públicas governamentais; organizar e divulgar nos dias úteis da semana o noticiário radiofônico "A Voz do Amazonas".

Êste programa, que foi levado ao ar com regularidade, irá sofrer sensíveis alterações; com vistas a conferir-lhe maior dinamização, sem perder a sua característica de um programa oficial. Nesse sentido já iniciamos os estudos necessários e a elaboração das introduções a serem feitas.

ATUAÇÃO BÁSICA

Imprimimos na direção da Secretaria de Imprensa e Divulgação, como linha básica, a de manter o povo sempre bem informado das atividades do Govêrno através de uma íntima relação com os veículos de difusão.

Num regime democrático, o povo tem o direito de saber a quanto andam as coisas nos diversos setores da administração pública. Êste aliás, é o ponto de vista de Vossa Excelência, que em várias oportunidades afirmou que governaria, — como o vem dando provas as mais sobejas — de portas abertas, sem segredos, com o mais amplo acesso para a imprensa e para quantos desejem obter informações.

.....

Assim, seguiu esta Secretaria, esta sábia, correta e profundamente democrática orientação de Vossa Excelência, daí não ter tido nenhuma dificuldade nas relações com a Imprensa, que tem proclamado e aplaudido esta linha de comportamento da atual administração estadual.

CAMPANHAS PÚBLICAS

Além das tarefas diárias no preparo de boletins informativos distribuídos pelos jornais e emissoras de rádio e do programa "A Voz do Amazonas", esta Secretaria participou ativamente de campanhas públicas levadas a efeito pela Secretaria de Saúde e pelo Departamento Estadual de Maternidade e Infância.

Assim que, estivemos presentes à Campanha de Vacinçaão Anti-Variólica, Campanha Contra a Desidratação e Campnha Anti-Diftérica, funcionándo na coordenação geral do setor de divulgação educativa da população.

Outrossim, esta SID participou igualmente da "Semana da Criança", incluisve ofertando brindes em nome do Govêrno do Estado.

PUBLICAÇÕES

Foram editadas pela Secretaria de Imprensa, as seguintes publicações: "Estado do Amazonas — Sua Capital e o GEF" (plaqueta), "Mensagem de Fim de Ano — 1967" (dirigida ao povo amazonense, onde foi feita uma ligeira prestação de contas das atividades da administração estadual no decorrer dêsse exercício), "Cinquentenário do 27.º BC', e finalmente uma coletânea de discursos das homenagens prestadas pela classe empresarial e de trabalhadores a Vossa Excelência.

A par da edição dessas publicações, ainda participou financeiramente da edição da Revista do Funcionário Público, de responsabilidde do Deprtamento de Administração e Serviço Público do Amazonas e de dois números da revista "ASSIMP", da Associação Amazonense de Imprensa.

Vale salientar que, de acôrdo com o Decreto n. 990, de abril de1967, o acêrvo das "Edições Govêrno do Estado", foi transferido para a Secretaria da Educação e Cultura, que doravante está incumbida de prosseguir na edição dêstes livros.

DIVULGAÇÃO

Em decorrência do enorme interêsse nacional pela região amazônica e sobretudo pelo Amazonas, recebemos a visita de inúmeros jornalistas dos mais diferentes pontos do território nacional, e também do estrangeiro. Todos foram encaminhados ao Gabinete de Vossa Excelência e fornecemos-lhes material solicitado para seus trabalhos jornalísticos.

Fruto de entendimentos mantidos pelo meu antecessor, foram divulgados trabalhos de interêsse do Amazonas, focalizando os mais diferentes aspectos sociais e econômicos, objetivando fazê-lo melhor compreendido e conhecido pelo País, na "Fôlha de São Paulo', em sua edição de 16 de abril, com

um caderno especial dedicado à Amazônia; posteriormente saiu publicado um outro caderno, desta feita, no jornal "Última Hora', enfocando apenas o Estado do Amazonas. Na revista-álbum "Amazônia é Brasil", também compareceu o nosso Estado. Com a ASAPRESS, foi assinado contrato, possibilitando assim a divulgação do Estado e Govèrno em todo País.

É incontestável a necessidade dests publicações em veículos de ampla circulação em todo o País' mormente quando com a série de legislação sôbre incentivos fiscais, procuram os Estados carrear recursos financeiros para investimentos em suas áreas.

E a concretização de tais objetivos, sòmente é possível mediante uma divulgação orientada acêrca das possibilidades oferecidas aos investidores. Há necessidade, por isso, de uma permanente divulgação; principalmente quando sabemos que o nosso Estado ainda é mal conhecido pelo resto do País. Assim, dentro dos recursos financeiros disponíveis, prosseguiremos nessa tarefa de difundir o nome do Amazonas, mostrando-o de corpo inteiro, desfazendo assim aquelas desinformações que têm muito prejudicado o nosso deesnvolvimento e a obtenção de pleitos, sendo exemplo frisante e de nossos dias, a Zona Franca de Manaus, cuja implantação definitiva tem sido obstaculizada por incompreensões de setores que não conhecem na realidade a nossa região e dela têm noções falsas que não permitem um conhecimento mais profundo e verdadeiro da área geográfic em que se situa o nosso Estado apresentando epculiaridades não encontrados em outras regiões do País.

Mas, acreditamos que à medida que aumentam as comunicações entre os homens diminuem as resistências baseadas em preconceitos.

INFORMAÇÃO & DESENVOLVIMENTO

Ressaltando-se, dessa maneira, a importância da informação no aceleramento do desenvolvimento social e econômico, mormente quando se tenta, através de programas, a mudança de hábitos, costumes e mentalidade de uma comunidade. Para tanto, necessário se faz a mobilização dos meios de comunicação com as massas, sendo também a única maneira de manter um diálogo entre os dirigentes e o povo, e a difundir as decisões que irão influir na alteração de fatores políticos e administrativos.

A implantaçãe do novas técnicas de trabalho, sòmente serão aprendidas se ensinadas, e isto se processa por meio de divulgação.

Segundo Wilbur Schramm, em seu livro "Mass Comunication and National Development (Comunicação de Massas e Desenvolvimento Nacional), um grande número de países em desenvolvimento descobriu por experiência própria, como é importante a informação ou divulgação para os programas de desenvolvimento daí ser consideradas como investimento as despesas de comunicação com as massas, sendo a notícia o produto básico desta comunicação.

É difícil, acentua Wilbur, imaginar-se o rítmo acelerado do progresso nacional sem os atuais meios de comunicação com as massas os grandes movimentos de libertação das últimas décadas jamais teria encontrado éco.

E por outro lado, como já alguém afirmou: desenvolvimento é um estado de espírito, e, acrescentaríamos ,criado, forjado e fomentado por meio dos poderosos veículos de comunicação, sem cuja presença não se pode pensar na existência de uma sociedade civilizada e progressista.

FESTIVAL FOLCLÓRICO

Mais uma vez, o Govêrno do Estado, pela Secretaria de Imprensa e Divulgação, fêz-se presente à realização da promoção anualmente levada a efeito pela Emprêsa Archer Pinto Ltda., ajudando substancialmente o XI Festival Folclórico do Amazonas empreendimento já tradicional durante a quadra junina. Considerando-se o seu caráter popular, e já fazendo parte do calendário festivo da cidade, justifica-se plenamente a colaboração e o incentivo do Poder Público.

RELAÇÕES COM AS REPRESENTAÇÕES

Ainda no que diz respeito à divulgação, esta Secretaria, mantém com as Representações do Govêrno (na Guanabara, Brasília e São Paulo) a remessa semanal dos jornais que se editam nesta Capital, bem assim do "Diário Oficial". A par dessas remessas, procede ainda às de livros diversos das "Edições do Govêrno do Estado", ou revistas que publiquem assuntos relacionados com o Estado.

COBERTURA FOTOGRÁFICA

Também esta SID tem estado presente nas atividades desenvolvidas pela administração, com farta cobertura fotográfica, não sòmente em acontecimentos verificados na Capital, mas, também, no interior do Estado, inclusive acompanhando Vossa Excelência nas viagens que tem realizado ao interior do Estado. Êsse trabalho fotográfico tem sido facilitado, em face da colaboração presatda a êste órgão, pelo senhor Diretor Geral do DER-Am, colocando a nossa disposição, o fotógrafo daquele Departamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O delineado nestas linhas foi o que realizamos em 1967, com um Orçamento global de NCr$ 150.287,94 (excluindo-se a verba destinada ao Pessoal), e assim discriminado:

MATERIAL DE CONSUMO	NCr$	4.970,94
SERVICOS DE TERCEIROS		118.372,00
ENCARGOS DIVERSOS		26.250,00
MATERIAL PERMANENTE		695,00

Nesse Orçamento, entretanto, foram efetuadas algumas anulações de verbas, a fim de que melhor atendessem às necessidades da SID, conforme pode-se verificar em linhas abaixo:

Com a anulação na consignação 3.1.3.0 — Serviços de Terceiro :

a) Sub-Consignação 03.00 — Serviço de Impressão e Encadernação, foram destinados NCr$ 1.000,00 para Artigos de Expediente, pelo Decreto n.º 950; de 13.7.67;

b) Ainda com a mesma 03.00 — foram destinados NCr$ 1.000,00 para Combustíveis e Lubrificantes (Decreto n.º 955, de 13.7.67);

c) NCr$ 3.000,00 para Certames, Homenagens, Hospedagens, etc., pelo Decreto n.º 950, de 13.7.67; NCr$ 30.000,00 ainda para Certames, Homenagens, Hospedagens, etc. pelo Decreto n.º 915, de 5.6.67;

d) na Sub-Consignação 06.002, sendo destinados NCr$ 55.000,00 para Divulgação de Atos e Documentos Oficiais (Decreto n.º 950, de 13.7.67); e ainda NCr$ 30.000,00 para Viaturas e Transportes de Pessoal;

e) Com a anulação de NCr 12.000,00 da verba Despesas de Custeio, Consignação 3.1.4.0 — Encargos Diversos e sub-consignação 03.02 — Serviços em Defesa do Estado, de NCr$ 8.000,00 da Consignação 3.1.3.0 — Serviços de Terceiros, sub-consignação 03.00 — Serviços de Impressão e Encadernação, acrescido de NCr$ 30.000,00 da Tabela Orçamentária 3.02.02 — Gabinete do Secretário — Encargos Gerais da Secretaria de Fazenda, foi suplementada a verba de que trata o Decreto n. 1053, de 30.11.67, para cobertura da verba Divulgação de Atos e Documentos Oficiais.

Isto exposto, podemos resumir o movimento financeiro desta Secretaria, no seguinte : .....

Pagamentos efetuados	NCr$ 118.614,45
Adiantamentos recebidos	34.518,63
Saldos recolhidos	29.874,60
Sub-consignações não utilizadas	149,00

Os saldos dos adiantamentos recebidos, foram recolhidos à Secretaria de Fazenda, por intermédio do Banco do Estado do Amazonas S.A., no prazo estabelecido em lei e mediante competentes guias.

Isto expôsto, aproveito do ensejo que se me oferece, para reafirmar a Vossa Excelência os meus melhores protestos de distinguida consideração e respeito.

Representação
do
Govêrno
do
Estado
do
Amazonas
Guanabara

Cumpre-me ao término dos onze meses de minha gestão à frente dos destinos da Representação do Govêrno do Estado do Amazonas na Guanabara, função para a qual, com subida honra, fui nomeado por Vossa Excelência, prestar-lhe completas informações e esclarecimentos sôbre o comportamento da REGEAM em função à estrita e absolutamente necessária colaboração com o Govêrno do Estado, meta que foi alcançada e que imperou e presidiu quando da criação desta Representação.

É mister, para que Vossa Excelência possa entrar em mais firme contato com o resultado obtido por esta Chefia, que me alongue em detalhes informativos sôbre a reformulação e melhoria do quadro de funcionários desta REGEAM, inclusive os contratados, dando-lhes melhores condições de sobrevivência financeira, restauração da Sede, aquisição de material permanente, movimento dos diversos Setores, assistência cultural e social, estreita cobertura e acompanhamento nos assuntos que, de Manaus, nos foram encaminhados e que demandaram os nossos serviços, assim como, de igual modo, completa assistência a todos os Secretários de Estado, Diretores de Departamentos, Presidentes de Autarquias, Diretores de Hospitais, Prefeitura Municipal, Reitoria da Universidade do Amazonas, Ministros do Tribunal de Contas, Deputados Estaduais e Federais, Senadores, Polícia Militar, Juizes e Desembargadores, Professores, intelectuais e estudantes dos diversos níveis que, por diversas vêzes, compareceram a esta Representação do Estado.

SETOR DE ADMINISTRAÇÃO

Num registro especial, quero declarar que, dêste setor, recebeu a REGEAM a mais assídua, permanente e eficiente colaboração. Num serviço diário ininterrupto de, muitas vêzes, mais de nove horas de trabalho, sem uma falha, o seu chefe, funcionário MOACIR MARQUES DA SILVA, deu o melhor de seu esfôrço intelectual e de sua extraordinária capacidade de trabalho a prol do completo desenvolvimento dos serviços da Representação, valendo ressaltar que, em dia algum, se processou qualquer atrazo no despacho do expediente ou no encaminhamento de assunto que, de Manaus, nos foram enviados. A êste Setor vital, deve a REGEAM o pleno êxito, em grande parcela, na solução e no desenrolar cotidiano de seus problemas e serviços. Neste registro, de plena justiça, estão incluidos os funcionários desta REGEAM que, com exato descortinio, souberam cumprir amplamente os seus deveres.

SETOR JURÍDICO E DE IMPRENSA

No decorrer do exercício de 1967 foi diàriamente enviada para o Palácio Rio Negro, após criteriosa triagem, uma síntese telegráfica referente aos assuntos políticos de maior relevância momentânea, e uma súmula dos atos administrativos de âmbito do Govêrno Federal. Estas remessas foram endereçadas diretamente a Vossa Excelência.

Além disso, a Assessoria de Imprensa, em boa hora entregue ao dinamismo e alta competência do advogado e jurista FRANCISCO GALVÃO JUCÁ, efetua remessas tri-semestrais de recortes dos jornais diários da Guanabara, contendo material noticioso de elevado interêsse para o Estado do Amazonas. Estas remessas são endereçadas a Vossa Excelência, ao Senhor Vice-Governador e ao senhor deputado Anfremon Monteiro, líder da ARENA.

De modo semelhante, são enviadas coleções de recortes noticiosos, específicos a tôdas as Secretarias de Estado, Departamentos, Tribunal de Contas, Tribunal de Justiça, Juizado de Menores, Prefeitura Municipal de Manaus e Companhia de Eletricidade de Manaus, além de uma resenha especializada, também endereçada a Vossa Excelência, contendo assuntos gerais ligados ao Govêrno do Estado do Amazonas, assim como, cópia do noticiário distribuído pela Agência Nacional aos diários do país, versando sôbre assuntos políticos, administrativos, de caráter geral e de completa circulação nacional e internacional.

A êste Setor, também ficou afeto, e dêle se desincumbiu a pleno contento, o serviço de atendimento a centenas de pessoas, amazonenses ou não, que, por falta de recursos financeiros, desejavam e precisavam retornar a Manaus, no que foram atendidas, viajando em aviões do CAN. Por êsse mesmo CAN, que tão útil colaboração prestou a esta REGEAM, foram enviados a Manaus diversos volumes de material e equipamento endereçados a diversas Secretarias, notadamente ao Departamento de Águas e Esgotos, Secretaria de Produção, Hospital Getúlio Vargas e Polícia Militar.

SETOR DE MATERIAL E EMBARQUE

A êste Setor, sob a chefia do funcionário José Carlos Nobre da Silva, coube a importante incumbência do atendimento a tôdas as solicitações de compras ou tomadas de preços oriundas das diversas Secretarias ou Departamentos do Govêrno do Estado do Amazonas.

SETOR DE PESSOAL

O quadro funcional da REGEAM é composto de servidores estaduais colocados à disposição desta Representação e, de pessoal sob Contrato para prestação de serviços, regidos pela C. L. T.

Com o elevado espírito de justiça de que e dotado Vossa Excelência e seguindo o princípio de que a remuneração é um dos fatores predominantes à construção e manutenção do elevado moral do servidor, foi possível a melhoria da remuneração dos funcionários desta REGEAM ,desde maio do corrente ano, conforme quadro explicativo anexo.

SETOR DE TELECOMUNICAÇÕES

Não desconhecem, todos os órgãos govenramentais do Estado do Amazonas, a valia inestimável prestada por êste importantíssimo Setor que, por muitas vêzes, como um real cordão umbelical, uniu o Govêrno, o Amazonas e a Amazônia à União, na solução imediata de problemas urgentes e inadiáveis e, em tantas outras, onde o tratamento seria decorrente do uso de tradicional malote, onde a perda de tempo é inevitável.

No interêsse dêste serviço e para sua maior eficiência, mantém o REGEAM dois horários de tráfego telegráfico com o Palácio Rio Negro, compreendidos entre 9:30 às 12 horas, 15:30 às 18 horas.

A importância dêste serviço é extraordinária, não só no aspecto político-administrativo mas, também, no sócio-econômico, considerando ser o Rio de Janeiro a capital cultural e o centro de maior intensidade e incidência política da vida brasileira.

Para exemplificar e fortalecer o critério do valór que atribuimos a êste Setor, basta que se diga que, no exercício de 1967, foram expedidas e recebidas 5.992 mensagens, com um total superior a 283.265 palavras, excluídas as resenhas telegráficas diárias, de assunto político, especialmente endereçadas a Vossa Excelência.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E CULTURAL

Coube à Assessoria de Imprensa, sob a chefia do Doutor Francisco Galvão Jucá, o relevante serviço de Assistência Social desenvoldo por esta Representação. Centenas de pessoas necessitadas, tiveram garantido o seu retôrno a Manaus, em função das relações pessoais de amizade mantidas pelo referido Chefe do Setor. Igualmente, foram encaminhadas inúmeras pessoas, gratuitamente, às Policlínicas, Hospitais Especializados, Cruz Vermelha, Santa Casa de Misericórdia e Clínicas Particulares, pessoas essas, na sua grande maioria, amazonenses ou pessoas com raízes fincadas no nosso Estado. Embora não possua, esta REGEAM, meios financeiros necessários a êste humanitário serviço, foi êle executado com o máximo de eficiência e boa vontade, não tendo nós, em momento algum, deixado de atender aos reclamos e pedidos angustiosos que nos eram apresentados.

BANCO DO ESTADO DO AMAZONAS S/A

Autorizado pelo Ofício n. GE-N. 1863/67, do dia 20 de novembro último, recebido de Vossa Excelência, cedi em caráter provisório, uma sala e o mobiliário que se fêz necessário ao funcionamento da Agência do Banco do Estado do Amazonas, na Guanabara.

Posso assegurar a Vossa Excelência que tôda a assistência foi prestada, no sentido de que não fôsse ultrapassada a vigência da Carta Patente que autorizava o seu funcionamento.

De modo semelhante, continuamos a propiciar aos funcionários do referido Banco, tôda a elaboração que nos é solicitada.

CONCLUSÃO

Entretanto, entre os diversos campos de sua atividade, posso e desejo enumerar os seguintes: Gabinete da Presidência da República, Ministérios em geral, Serviço Nacional de Informações, Conselho de Segurança Nacional, Embaixadas, Universidade - Departamentos e Secretarias do Estado da Guanabara, SUDAM e SUFRAMA, Govêrno, da Guanabara, Representações dos diversos Estados, Sociedades de Economia Mista do Govêrno Federal, Autarquias, Entidades Técnicas e Agência Nacional.

Vale ressaltar a atuação da REGEAM junto ao DNER, onde foram recebidas, e imediatamente remetidas a Manaus, para o DERAM, dotações financeiras do Fundo Rodoviário Nacional atribuídas a êste Departamento.

A REGEAM também participou, colaborando com seus esclarecimentos e providências, em tôdas as visitas de altas autoridades civis, militares e diplomáticas a Manaus, inclusive, nos conclaves ou congressos que aí se realizaram, notadamente no Congresso dos Municípios e na efetivação do 1.º EMPLA.

Vários projetos econômicos mereceram a acurada atenção desta Representação e foram oferecidos, aos interessados, as informações detalhadas que se fizeram necessárias.

A REGEAM dedicou, ainda, um especial interêsse ao trabalho de divulgação do Estado, suas obras e seus homens, tanto pela imprensa, como pelo rádio e televisão. Sem dispender qualquer recurso financeiro oriundo de seus cofres, o Amazonas, sempre e cotidianamente, estêve presente e em relêvo no noticiário nacional, dentro de um ângulo favorável à sua Administração, sua História e sua Cultura e, ainda, em defesa de suas prementes necessidades, de solução urgente e inadiável.

Igual carinho e preciosa atenção, foram atribuídos ao importantíssimo fator de divulgação das obras editadas pelo Govêrno do Estado que literárias ou técnicas, após uma criteriosa triagem, foram destinadas às altas autoridades federais e estaduais, às instituições científicas e culturais, Embaixadas estrangeiras, professôres e alunos universitários, críticos literários e homens de cultura e negócios.

É de salientar o grande interêsse na procura de tais obras, tendo a REGEAM recebido, até, pedidos do Exterior.

JOSÉ FRANCISCO DA GAMA E SILVA — Representante

Secretaria
de
Saúde

A Lei n.º 645, de 30 de dezembro de 1967, que aprovou a nova Estrutura Administrativa da Secretaria de Saúde corrige Sumária e normativamente as anomalias crônicas oriundas da antiga estrutura, já debilitada com o avanço da moderna administração pública. Partimos, após a aprovação da Lei acima referida, para a implantação de uma nova infra-estrutura, regimentando, após pesquisarmos "in loco" tôdas as unidades desde as Secções aos Departamentos competentes para fazer medicina no Estado. Desdobramos as responsabilidades abrindo três frentes de t r a b a l h o, uma cuidando exclusivamente da organização e supervisionamento das Unidades Hospitalares, que é o Departamento Médico Hospitalar; outra, fazendo Medicina Preventiva na Capital do Estado, tão necessária a preparação de uma base sanitária que permita alcançar um maior índice de higiene, e de condições sanitárias. Feito isso, eliminaremos as causas, extirpando o mal pela raiz, e cessando os efeitos negativos, qual seja, o número sempre crescente de indigentes em nossos hospitais. Trata-se do Departamento de Medicina Preventiva. A terceira frente representa para todos nós, e para a linha de Govêrno adotada por Vossa Excelência, um passo avançado na conquista de um plano técnico e demoradamente estudado que possa dedicar os seus efeitos, "IN TOTUN", ao Interior do Estado. Para tanto foi criada na mesma Lei supracitada a Superintendência dos Serviços Médicos do Interior do Estado do Amazonas (SUSEMI-Am), amoldada e adaptada ao "Plano Quinquenal" do Govêrno segundo as escolhas dos "pontos" de desenvolvimento, sendo considerado a Saúde Pública em nosso plano com uma complementação imperativa para conquista de um Capital Social Básico em nosso hinterland, e portanto à aceleração desenvolvida da Amazônia Ocidental.

Estamos cônscios da responsabilidade de nosso plano integrado, mesmo porque, o desenvolvimento da Amazônia-Interior, pressupõe um preparo de bases, que possibilite o Estado atingir um crescimento harmônico, sendo impossível executá-lo se não voltarmos as nossas vistas, em caráter prioritário, às áreas da saúde pública no seu mais largo conceito.

A exequibilidade de nosso plano reside na justa distribuição de recursos técnicos palpáveis, pois, encaramos o problema como uma questão que se resume em alcançar, no mais breve prazo possível, um índice de progresso pela preservação da vida humana possibilitando assim uma taxa de desenvolvimento que permita considerar-se superada a fase de atrazo e de miséria em que ainda se encontra grande parcela de nossa população urbana e interiorana.

Na parte da Medicina Preventiva, independentemente da soma de trabalho dedicada a organização técnica e administrativa da Sec. de Saúde, foi dado maior ênfase. A infância mereceu cuidados especiais preocupando-se a Secretaria de Saúde através de seu órgão competente empreendendo duas Campanhas de Vacinação contra a Paralisia Infantil onde foram vacinadas no período de abril a dezembro de 1967, 42.939 crianças. Obteve também, pleno êxito, por igual, no decorrer de 1967, a Campanha de prevenção da varíola, sendo vacinadas 180.000 pessoas no espaço de tempo de 28 de outubro a 5 de novembro. Esta campanha antivariólica, foi por nós pessoalmente aberta, no dia dedicado ao Funcionário Público e como homenagem do Govêrno aos honrados e laboriosos servidores do Estado.

O atendimento nas unidades hospitalares elevou-se surpreendentemente, depois que nos foi possível implantar o novo regime de trabalho e com o reparelhamento de seus materiais. Convém salientar que o Hospital "Getúlio Vargas" restabeleceu a confiança e o prestígio junto a opinião pública.

Restauração completa do hospital com obras em andamento na cozinha, no Centro Cirúrgico, concluida a obra de restauração do berçário, prevendo-se o aumento do número de leitos em melhores condições para admissões de particulares do I.P.A.S.E.A. e do I.N.P.S. mediante convênio já em funcionamento com o primeiro dêstes Institutos de Previdência citados. Para completar as necessárias condições, de limpeza e conservação dêste Hospital foi efetuado um trabalho de higienização em tôdas as suas dependências.

HOSPITAL INFANTIL "DR. FAJARDO"

MOVIMENTO DO SETOR ADMINISTRATIVO

Quanto ao Hospital Infantil "DR. FAJARDO" já projetamos um trabalho de total recuperação do prédio, em decorrência a recém criada infra-estrutura que haveremos de implantar naquele hospital durante o ano de 1968. No ano recém-findo o movimento não foi dos menores.

HOSPITAL "COLÔNIA EDUARDO RIBEIRO"

O Hospital Colônia "Eduardo Ribeiro" é uma unidade assistencial subordinada à esta Secretaria de Saúde, destinada a internação e tratamento de pacientes psiquiátricos.

É oficialmente dotado de 112 leitos, distribuídos entre homens (50), mulheres (50) e crianças (12). De fato, entretanto, hospeda esta unidade, em média, 300 pacientes, conforme se constata no anexo (2).

Sua manutenção se realiza através de dotações do Estado e do Govêrno Federal.

Os diferentes setôres funcionam precàriamente, quer estritamente médicos, quer administrativo, em virtude não só da escassez de pessoal, como

das péssimas e pouco funcionais instalações pavilhonares.

Presentemente, num hospital, com o mencionado número de pacientes, dispomos tão sòmente de cinco atendentes, oito serventes, dois cozinheiros, hum carpinteiro, auxiliado por um paciente, e duas funcionárias na Secretaria, acumulando uma delas a função de administradora. Na realidade, necessitávamos, a fim de tornar possíveis inovações administrativas e melhor o padrão de assistência ao paciente, de medidas que nos conduziriam à humanização daquele estabelecimento no seu aspecto funcional, com um mínimo de: um enfermeiro e uma enfermeira diplomados, dois auxiliares de enfermagem, dez atendentes, dezesseis serventes, hum datilógrafo, uma secretária, dois auxiliares, de secretaria, hum administrador com curso secundário, hum almoxarife, dois jardineiros que auxiliassem na Laborterapia e uma funcionária com o mínimo de cultura que correspondesse ao curso secundário completo, que pretenderíamos orientar no sentido de transformá-la num dos elementos mais importantes em Hospitais dêste gênero, a Praxiterapista, ou orientadora ocupacional. Vale lembrar, nesta oportunidade, que não menos graves problemas sofre o setor médico: para 300 pacientes são dois médicos.

No que respeita ao sério problema representado pelo excedente de 180 pacientes, só uma solução se vislumbra, qual seja a de o Estado assumir o inadiável compromisso de construir 3 novos pavilhões que venham a abrigar humanamente êste excedente. O Diretor daquele hospital na qualidade de representante do Serviço Nacional de Doenças Mentais, vem insistindo, com esta última entidade, a fim de que enfoque sèriamente o vergonhoso e desumano estado em que permanecem nossos pacientes, à noite, na hora de recolher, obrigados a partilharem do mesmo leito, dois ou mais enfermos, leitos êstes que distribuídos da melhor forma possível ocupam inteiramente tôda a área coberta dos pavilhões. Essa promiscuidade, nestas condições, deixa de ser problema sanitário meramente de âmbito estadual, para se tornar um desafio à assistência psiquiátrica no País.

O Convênio celebrado entre o Govêrno dêsse Estado e o Ministério da Saúde, através do Serviço Nacional de Doenças Mentais, certamente permitirá que proporcionemos consideráveis melhorias em diversas dependências daquele Hospital, assim como, possivelmente, o início da construção de nossos pavilhões, à medida que forem sendo liberadas as verbas nêle mencionadas. Ocorre, entretanto, que o valor das verbas referentes aos exercicios de 1966 e 1967, não somam siquer NCr$ 60.000,00 (SESSENTA MIL CRUZEIROS NOVOS), quando necessitaríamos de pelo menos NCr$ 300.000,00 (TREZENTOS MIL CRUZEIROS NOVOS), para a consecução de um projeto de ampliação pavilhonar, que abrigaria 100 pacientes, já encaminhado por esta Secretaria ao Ministério da Saúde, elaborado por arquiteto e engenheiro da Secretaria de Viação e Obras Públicas dêste Estado. Disto se conclui que com a aplicação da verba de NCr$ ... 33.000,00 (TRINTA E TRÊS MIL CRUZEIROS NOVOS), mencionada no anexo 1, conseguiríamos trazer aos velhos pavilhões condições funcionais e estéticas

bem melhores, mas continuaremos com o grave problema da promiscuidade já mencionada: paciente amontoados, abrigados por belos pavilhões.

Segundo êste projeto, construído de três blocos pavilhonares, originàriamente destinados apenas aos pacientes masculinos, podemos com a sua realização solucionar, em parte, êste grave problema, tentando com pequenas adaptações, que não venham a ferir o projeto Global, que vimos tentando elaborar com técnicos da Secretaria de Viação e Obras Públicas, acomodar pacientes de ambos os sexos.

É certo que, seguindo a orientação que se constata nos maiores centros dêste País, pretendemos, à semelhança do que esta Secretaria fará em outras unidades hospitalares, estabelecer um valor mínimo do nosso leito-dia a ser cobrado a qualquer internado, ressalvando-se os casos de evidente e absoluta indigência. Nesta mesma orientação, proporemos, logo que concluamos as reformas pavilhonares, estabelecer convênio com o INPS, porquanto é inadmissível que, encaminhando frequentemente pacientes previdenciários àquele hospital, jamais tenham feito uma contribuição. As reformas permitirão, ainda, provàvelmente, adaptações de pequenas enfermarias com três leitos e dependências sanitárias próprias para pacientes particulares; propomos ainda convênios com os territórios e Estados circunvizinhos.

Permitindo o Govêrno de Vossa Excelência àquele hospital a utilização integral de suas rendas próprias, destinando o Estado verbas compatíveis com estas necessidades expostas e fazendo gestões junto ao Serviço Nacional de Doenças Mentais ou ao Ministério da Saúde, acreditamos firmemente que num triênio ou dentro do prazo estabelecido no programa Quinquenal de Saúde, dêsse Govêrno, o tipo de assistência psiquiátrica conquistada nessa Colônia poderá ser considerada padrão.

Cumpre-nos acrescentar neste ensêjo a importância de que se revestiria para nosso Estado a criação de um Pronto Socorro Psiquiátrico, à semelhança do que existe nos grandes centros dêste País e do mundo, porquanto o atendimento imediato, urgente, aos pacientes psiquiátricos em crise, ainda, recolhidos em domicílio é feito pela patrulha policial, que, apesar da boa vontade, em determinados ocasiões nem sempre compreendem, como atêrros, os socorridos. Em face disto, é propósito desta administração organizar um Pronto Socorro Psiquiátrico, anexo ao Hospital Colônia "Eduardo Ribeiro", estando para isso o Diretor daquele nosocômii administrando instruções especializadas a estudantes e funcionários niteressados, a fim de que disponham de pessoal no necessário momento.

Outra importante, criança, ainda em projeto e, a Secção Criminal, que albergerá os pacientes que praticam delito e manterá sob observação os delinquentes suspeitos de irresponsabilidade penal.

A qualidade da alimentação em nosso hospital não poderia ser, como em parte alguma não o é, excelente, entretanto fácil seria torná-la quanto à apresentação e sabor bem melhor, dependendo isto tão sòmente da aquisição

de um fogão. Nêste ano, quase o conseguiríamos, mas, em consequência da recusa do fornecedor (Benchimol Irmãos & Cia) em entregá-lo, apesar das determinações do DASPA, declarando que só faria mediante pagamento à vista, ficamos obrigados até ao presente à utilização de nosso velho e quase imprestável fogão à lenha. Diante das reformas previstas, não poderíamos permanecer a usá-lo, pois danificaria a pintura e nos conduziria a situação de mau aspecto e pouco higiênico ambiente da cozinha e refeitório anexo.

HOSPITAL ISOLAMENTO "CHAPÔT PREVOST"

Essa Unidade Hospitalar vem sofrendo sensíveis melhoras no seu funcionamento interno, mesmo porque as condições do prédio precisavam simplesmente de uma complementação acessoria e maior dedicação aos doentes internados. Na atualidade o Hospital vem correspondendo plenamente nossas espectativas.

SERVIÇO DE LEPRA

O problema da lepra em nosso Estado é um dos mais graves, localizamo-lo na sua origem, pela falta de uma infra-estrutura que possibilite o melhor aproveitamento de recurso destinados ao Colônias. Absorve a assistência médica dada aos leprocômios, uma soma considerável de recursos no Estado e de outras fontes. Daí têrmos ouvido sugestões viáveis na transformação dessas Colônias em Fundação.

Apesar da pouca liberação de recursos para os leprocômios, em face da contenção de despesas no ano de 1967, foram feitas algumas realizações e melhoria que abaixo relacionamos:

1 — Pintura do Dispensário "Alfredo da Matta".
2 — Obras executadas com auxílios externos — Pavilhões cirúrgicos e de laboraterapia, conjuntos residenciais e quadra de esportes da Colônia "Antônio Aleixo".
3 — Nova usina de luz com motor cedido pela Secretaria de Produção e rêde elétrica instalada pela Celetramazon, na Colônia "Antônio Aleixo".
4 — Melhoria da Estrada do Aleixo e das ruas da Colônia feíto pelo D.E.R.Am.
5 — Aquisição de nova viatura para transporte da Colônia "Antônio Aleixo" e recuperação de outras.
6 — Aquisição de outros equipamentos como serviço de auto-falante de solda oxiacetilênica, de uma cosinha a óleo na Colônia "Antônio Aleixo".
7 — Instalação de Laboratório e do Raio-X que se encontra em plena fase de conclusão e que serão entregues aos doentes da Colônia Antônio Aleixo.
8 — Continuaram neste ano as transferências de doentes, da Colônia "Belisário Pena", para a do Aleixo, não sendo executadas quaisquer melhorias naquela Colônia cêrca de 190 doentes já foram transferidos.

O recente levantamento efetuado pelo Serviço de Lepra da Secreta-

ria de Saúde, hoje dinamizado na tarefa de fiscalização de Contrôle da Lepra em nosso Estado constatou-se o seguinte:

Existem 7.008 doentes fichados em nosso Estado, número que julgamos 50% inferior à realidade, pois estamos empreendendo um trabalho de localização de fichamento de doentes espalhados nos diversos pontos do Amazonas. Contudo observamos mesmo com êsses dados, a prevalência de doenças sobe a 7,78%.

Pràticamente todos municípios são atingidos em alta escala.

DISPENSÁRIO "CARDOSO FONTES"

O Dispensário "Cardoso Fontes" carece de uma reforma em seu prédio urgentemente. Faz-se necessário melhor entrosamento com a Secretaria de Viação e Obras no sentido de que se projete uma recuperação do prédio. O Dispensário "Cardoso Fontes" atende um número sempre crescente da população de Manaus, quando se precisa constatar a saúde pulmonar dos pleiteantes ao exercício de qualquer trabalho.

LABORATÓRIO CENTRAL

O Laboratório Central antigo do Serviço de Laboratório, hoje com a Lei n.º 645, de 30 de dezembro de 1967, (Reforma Administrativa) elevou-se a um nível de Divisão, sub-dividido em Laboratório Bromatológico e Biotério, adquiriu autonomia indireta ao Departamento de Medicina Preventiva, tendo em vista a procura sempre maior para os exames exigidos pelas diversas unidades hospitalares da Secretaria de Saúde e outras organizações. Êste órgão receberá do Fundo de Assistência Médico-Hospitalar, uma participação da renda para ser aplicada na aquisição de equipamento e, sobretudo na recuperação do prédio. Teremos que partir para uma solução prática e viável que fôsse destinada a consecução de nossos planos à reabilitação do Laboratório Central de Saúde Pública. Independentemente dos planos que visam, pràticamente, por o Laboratório em pleno funcionamento, o movimento anual de 1967 com o apôio constante da recém criada Comissão de Tomada de Prêços da Secretaria de Saúde, desenvolveu um trabalho relativamente positivo. Ressaltando aqui a participação efetiva do bom senso administrativo de nossa equipe de trabalho. Começada a arrecadação do Fundo de Assistência Médico-Hospitalar superaremos o bom senso pura e simplesmenet, para fixarmos o custo financeiro de nossos planos ao Laboratório Central. Para tanto abaixo relacionamos o quadro de exames do Ano passado.

CENTROS DE SAÚDE

Os Centros de Saúde foram descentralizados, mudando assim aquela rotina de aglomeração na sede da Secretaria de Saúde, passando então a serem

executados os serviços nos Postos de Saúde, localizados nos bairros de Adrianópolis, Boulevard Amazonas, Glória, São Raimundo e Santa Luzia. Em cada um dêsses postos foram realizados os serviços nos horários da manhã e da tarde com atendimentos médicos e dentários. Os Centros de Saúde tiveram efetiva participação nas Campanhas de Vacinação.

DIVISÃO DE CONTRÔLE SANITÁRIO

O antigo Serviço de Polícia Sanitária que encontramos na Secretaria de Saúde exercia função quase que meramente simbólica. Constatamos a inexistência relativa de memorandos de intimação e um corpo de guardas sanitários com pouca atuação. Como poderia um órgão dessa natureza, responsável pela fiscalização sanitária e de higiene do trabalho manter-se sem uma infra-estrutura adequada as suas reais finalidades? A Divisão de Contrôle Sanitário, hoje desempenha um trabalho dinâmico de fiscalização e orientação nos diversos postos de vendas que careciam de uma apresentação higiênica. Podemos observar nos diversos centros comerciais sujeitos a fiscalização do referido órgão, as melhirias na apresentação física dos estabelecimentos comerciais.

INTERIOR DO ESTADO

Como já citamos no início do nosso relatório o Serviço Médico do Interior do Estado do Amazonas (SUSEMI-Am) que constituir-se-á no órgão da administração indireta com rendas proprias, e recursos originário de convênio diversos. Enquanto trabalhávamos na restruturação de um órgão da importância de uma Superintendôncia dos Serviços Médicos do Interior do Estado do Amazonas (SUSEMI-Am), efetuamos diversas caravanas ao Interior do Estado no sentido de que num contato direto e pessoal com os diversos sub-postos médicos, pudéssemos ter a idéia real de nossas perspectivas de trabalho para o ano de 1968.

SERVIÇO DE CÂNCER

O Serviço de Câncer pela sua caracterização cientifica, permaneceu nas mesmas condições, isto é, atendendo os casos de sua natureza específica com presteza e eficiência. Vale ressaltar a Campanha encetada pela Primeira Dama do Estado Senhora VIOLETA DE MATTOS AREOSA, que obteve pleno êxito na coletagem de recursos para aquisição de aparelhamento científico àquele serviço.

Secretaria
da
Educação
e
Cultura

Educação e Cultura são as duas colunas em que fatalmente tem de apoiar-se qualquer programa desenvolvimentista. E desenvolvimentista é a palavra de ordem do Govêrno de Vossa Excelência, desde cujo início nos encontramos à frente desta Secretaria de Estado.

Assim consciente dessa dupla responsabilidade em que nos investíamos, procuramos, imediatamente a nossa posse, tomar esta Secretaria da Educação e Cultura de modo a concorrer efetivamente para a consecução daqueles objetivos.

Ao primeiro contacto com a realidade, constatamos a existência de uma estrutura que, por dissonante com as necessidades administrativas, por ineficiente no trato dos negócios da Educação e Cultura — constituia uma verdadeira barreira para os fins a que visava a nova ordem.

A atitude a tomar seria exatamente a execução do elenco de providências que mencionamos em nosso primeiro relatório a Vossa Excelência.

E a experiência mostrou, no decurso de 1967, que agíramos de acôrdo com que aquêle quadro indicava.

Agora, quando o Govêrno de Vossa Excelência completa os primeiros doze meses, as crianças e os adolescentes de Manaus e do interior do Estado encontram mais facilidade para educar-se e melhor preparar-se tendo em vista o futuro; as entidades oficiais de cultura caminham por trilhas que em breve as levarão às finalidades ideais; a Secretaria da Educação e Cultura, enfim, procura promover realmente o homem amazonense.

GABINETE :

Os contatos frequentes que o titular desta Secretaria da Educação e Cultura estabeleceu, em 1967, com os organismos e autoridades federais, encontraram a receptividade que se objetiva, conseguindo-se um melhor tratamento para os interêsses educacionais amazonenses.

Com o primeiro dêsses resultados, obteve-se a liberação de cêrca de NCr$1.400.000,00 (Hum milhão e quatrocentos mil cruzeiros novos), correspondentes a dotações orçamentárias de exercícios anteriores, que se encontravam congeladas nos órgãos do Ministério da Educação e Cultura. Essa importância, mediante discriminação juntada a êste, foi empregada na continuação da construção do Ginásio Estadual Presidente Castelo Branco, no bairro de São Jorge, do Grupo Escolar Princesa Isabel, na Avenida Epaminondas (centro), do Grupo Escolar Hermenegildo de Campos, no bairro Presidente Vargas, do Grupo Es-

colar Leopoldo Neves, em Manacapuru, e do Grupo Escolar Ministro Waldemar Pedrosa, em Parintins, bem como na recuperação de unidades escolares e ainda na aquisição de material e contratação de pessoal.

Levando a presença da Secretaria da Educação e Cultura do Amazonas ao Congresso Nacional de Educação verificado em São Salvador, no Estado da Bahia, ali conseguimos sensibilizar as autoridades do Ministério da Educação e Cultura (MEC) no sentido de realizar em Manaus o 1 Encontro Nacional de Planejamento, que se realizou em junho, trazendo a esta capital o Senhor Ministro da Educação e Cultura e outras expressivas personalidades, que aqui, conosco, sentiram melhor nossas necessidades. Essa ocorrência fortaleceu as relações entre aquela Pasta do Govêrno Federal e o Amazonas, concorrendo para a melhoria de tratamento que buscávamos desde os primeiros dias de nossa gestão.

Por outro lado, vendo a necessidade de dotar o sistema educacional amazonense de um recurso que nos mais adiantados sistemas já é empregado como rotina, iniciamos com as autoridades federais os contactos necessários cessão de um canal de Televisão Educativa, no que fomos ajudados pela disposição do Conselho Nacional de Telecomunicações em disseminar emissoras aquele gênero em todo o País. Registres e que o empenho amazonense — robustecido pelo mais amplo e decidido apoio de Vossa Excelência — foi de tal ordem que o processo referente ao nosso pleito teve uma tramitação recorde de quatro meses no CONTEL. A isso precedeu a aprovação do Anteprojeto de Lei que Vossa Excelência enviou à Assembléia Legislativa com o objetivo de instituir a TV-Educativa do Amazonas, o que foi seguido pela decretação competente, de sorte que, quando nos dirigimos àquele organismo federal, as providências iniciais já estavam executadas e completas.

Presentemente, com a pedra fundamental de sua futura sede já lançada — o que Vossa Excelência fêz por ocasião das comemorações do primeiro aniversário desta administração —, a TV-Educativa do Amazonas vive os momentos imediatamente anteriores ao inicio das obras civis.

Atentando para as necessidades do interior do Estado e em observância às diretrizes do Govêrno de Vossa Excelência, que se baseiam na valorização do homem hinterlandino, estivemos, durante o ano de 1967, nos municípios de Itacoatiara, Manacapuru, Coari, Manicoré e Parintins, e, por intermédio dos diretores dos Departamentos de Ensino Médio e Primário, e da Divisão de Coordenação Regional, em Benjamin Constant, São Paulo de Olivença, Tefé, Barcelos, Maués, Canutama, Eirunepé e Santo Antônio do Içá. Aí vimos a realidade, e, com o propósito de prestar melhor assistência ao "hinterland" amazonense, submetemos à aprovação de Vossa Excelência um Anteprojeto de Decreto criando a Divisão de Coordenação Regional. O que foi aceito. Assim, pelo Decreto n. 991, de 4 de setembro último, institucionalizou-se a referida DCR, da qual se encontram instaladas e funcionando devidamente os Inspetorias das Zonas do Rio Negro (Barcelos e São Gabriel da Cachoeira), do Rio Madeira (Manicoré), do Médio Amazonas (Maués e Itacoatiara), do Solimões-

-Tefé (Manacapuru e Tefé), do Rio Juruá (Eirunepé), do Rio Purus (Canutama) e do Solimões-Javari (Santo Antônio do Içá). No decurso do corrente ano outras Inspetorias deverão ser instaladas, para tornar mais intenso o cumprimento das finalidades da DCR, que assiste pedagògicamente as unidades interioranas e ainda informa a Secretaria da Educação e Cultura sôbre as necessidades de caráter administrativo. ....

Cabe ainda mencionar, com respeito às conquistas verificadas em 1967, a celebração de convênio com o Ministério da Educação e Cultura, para o funcionamento do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Manaus, que começou a atuar em dezembro último e em breve fará do Amazonas o maior núcleo de aperfeiçoamento do magistério na Amazônia.

ENSINO PRIMÁRIO :

Encontramos, em 1967, a rêde escolar de ensino primário constituída de 40 grupos escolares na capital e 38 no interior do Estado, onde ainda funcionavam 54 escolas reunidas e 2.324 escolas isoladas. Nesses estabelecimentos foram matriculadas 98.851 crianças, das quais nada menos de 42.310 nas unidades instaladas na capital. No atual Govêrno, a rêde foi aumentada com as inaugurações dos Grupos Hermenegildo de Campos, nesta cidade, Ministro Waldemar Pedrosa, em Parintins e Leopoldo Neves, em Manacapuru, todos construídos inteiramente na administração de Vossa Excelência. E nos próximos dois meses teremos concluído o nôvo Grupo 'Princesa Isabel", para melhor atender ao crescimento da população escolarizável, que em 1968 estará 10% maior que em 1967.

Juntamente com as construções referidas, cuidamos de recuperar as já existentes. Assim, presentemente, nada menos de 20 grupos escolares de Manaus sofrem reformas que estarão concluídas ao início do próximo ano letivo.

Relativamente ao interior do Estado, celebramos convênios com as Prefeituras de Barreirinha e Lábrea, para construção, e com a de Manicoré para a restauração de suas respectivas unidades escolares, estendendo dessa forma a ação da Secretaria da Educação e Cultura, no que respeita à conservação de imóveis, também ao "hinterland". ....

E ainda dentro do programa de ampliar o número de vagas no ensino primário, estamos assinando contrato com o Colégio de Aparecida (instituição pertencente aos Missionários Redentoristas) e com o Ginásio Normal Pio XII, para utilização dêsses estabelecimentos como anexos da rêde oficial.

Paralelamente com as providências acima mencionadas, realizamos, por intermédio do Plano de Aperfeiçoamento do Magistério Primário, cursos de férias para os professôres não titulados, os quais foram ministrados antes do ano letivo de 1967 e nas férias de julho. Na primeira dessas oportunidades, reunimos, em Tabatinga, professôres oriundos de Atalaia do Norte, Benjamin Constant, São Paulo de Olivença e Santo Antônio do Içá, funcionando o curso, que apresentou o aproveitamento de 98 professôres, no 7.º Pelotão de Frontei-

ra. Logo em seguida, promovemos outro em Parintins, onde se reuniram 183 professôres dêsse município e ainda de Nhamundá e Barreirinha. Nas férias do meio do ano, repetimos a experiência em Coari, onde foram aprovados 45 professôres, e em Manaus, com a presença de 310 cursistas, que estão atuando nesta capital e no Careiro. Êsses cursos se repetirão êste ano, quando também realizaremos Semanas Pedagógicas, com que pretendemos obter um conhecimento mais fiel da realidade educacional interiorana, suas falhas, necessidades, aspirações, possibilidades e potencialidades.

Outra preocupação constante da Secretaria da Educação e Cultura a iniciação profissional das crianças — visando a despertar e movimentar as tendências da infância no ramo das artes industriais, se faz por intermédio de quatro oficinas instaladas na capital (J. G. Araújo, D. Irineu Joffily, Pe. Stélio D'Alison) e duas no interior do Estado (Itacoatiara e Parintnis). Em 1967, frequentaram-nas nada menos de 1.529 pequenos amazonenses, que ao fim de novembro expuseram seus trabalhos nos salões da Pinacoteca do Estado, onde as autoridades e público tiveram oportunidade de ver de perto a significação de seu funcionamento.

ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS :

Consequência da reestruturação que sofreu quando assumimos os destinos da Secretaria da Educação e Cultura, a Campanha Estadual de Alfabetização de Adultos — CESALFA — funcionou em 16 núcleos durante o ano de 1967, alfabetizando 282 pessoas que frequentaram as aulas ministradas nos bairros e Manaus. Os núcleos funcionaram nos Grupos Escolares Cunha Melo (21 alunos alfabetizados), Pe. Agostinho Martin (10), Melo e Póvoas 17), Arthur Araújo (8), Cônego Azevedo (21), Euclides da Cunha (17), Fueth Paulo Mourão (21), Barão do Rio Branco 10), Diana Pinheiro (19), e ainda no Centro Filantrópico Lar da Bênção (18), no Educandário Darcy Vargas (15), na Creche Circulista Menino Jesus (22), no Club de Mães Naíde Santos (20), no Club Libermorro (23), no bairro Vitória-Régia (19) e no Cais do Pôrto, onde foram alfabetizados 21 portuários.

Ampliando sua ação, a CESALFA aumentará para 75 o número de núcleos. Para atender a êsse crescimento, realizou-se, em dezembro último, um curso de treinamento de professôres de adultos, que preparou 53 mestres. Enquanto isso, programa-se para os próximos dias a realização do I Simpósio de Educação Supletiva, que constará de debates a respeito do problema da educação de adultos, com a participação de professôres, técnicos, acadêmicos e representantes de orgãos de classe.

ENSINO MÉDIO: —

Fazendo uma análise retrospectiva sôbre o Tema Educação no Amazonas, constatamos com o pensamento voltado integralmente para a juventude

estudantil, a necessidade de ampliar os estbelecimentos de ensino da Capital e do Interior do Estado, de sorte que nenhum aluno, a não ser por opção própria, ficará sem estudar, no decorrer de 1968.

Assim é que, Senhor Governador, passaremos à exposição dos trabalhos executados no setor do ensino médio, no ono de 1967, para solucionar os diversos problemas da educação, na imensa área amazônica.

ESTABELECIMENTOS DE ENSINO — 1967

1 — Capital

1.1 — Instituto de Educação do Amazonas	—	4.661	alunos
1.2 — Colégio Estadual do Amazonas	—	3.765	"
1.3 — Colégio Comercial Solon de Lucena	—	1.751	"
1.4 — Ginásio Estadual Estelita Tapajós	—	934	"
1.5 — Ginásio Estadual Márcio Nery	—	808	"
1.6 — Ginásio Estadual Marquês de Santa Cruz	—	419	"
1.7 — Escola Normal Benjamin Constant	—	251	"
Total		12.589	

2 — Interior

2.1 — Ginásio Comercial "Deputado Vital de Mendonça — em Itacoatiara	—	462	alunos
2.2 — Escola Normal de Manacapucu	—	44	".
Total		506	

Total Geral — 13.095 alunos

EXAME DE ADMISSÃO — 1967/68

Alunos aprovados

I.E.A.	720
C.E.A.	120
C.C.S.L.	330
C.E.E.T.	320
G.E.M.N.	310
G.E.M.S.C.	93
I.B.C.	25
Total	1.918

Salas de aula — CAPITAL — 139

Classes em funcionamento	—	297 — 3turnos
Salas de aula — INTERIOR	—	11
Classes em funcionamento	—	14 — 2 turnos

Vale ressaltar o crescimento da rêde escolar secundária, na capital, com a criaãço do Ginásio Estadual Presidente Castelo Branco — Bairro de São Jorge, com prédio próprio possuindo 12 salas de aulas, cuja finalidade é aliviar o grosso contingente humano, agregado ao Ginásio Estadual' Márcio Nery", localizado no bairro da Cachoeirinha, bem como a instalação de duas outras unidades em Aparecida e São Raimundo.

Ainda em 1967, no ensino médio no interior do Estado, esta administração, que encontrou apenas 1 (um) estabelecimento oficial — Ginásio Comercial "Deputado Vital de Mendonça" em Itacoatiara, criou o Colégio Normal de Manacapuru, o Ginásio Estadual de Parintins, ao mesmo tempo em que procedia estudos em outras unidades interlandinas.

Dessa forma, encontram-se presentemente em elaboração, convênios com instituições sediadas em 10 municípios, de modo que suas dependências sejam utilizadas, ainda em 1968, para o funcionamento de curso de ensino médio.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇAO

O Conselho Estadual de Educação, órgão da Secretaria da Educação e Culutra, é constituído de 9 membros além de seu Presidente e está no momento formado por professôres escolhidos entre as mais representativas expressões da educação dêste Estado.

No ano de 1967, reuniu as seguintes vêzes:			
Ordinàriamente	—	18	....
Extraordinàriamente	—	7	

Foram aprovadas pelo Plenário 79 Resoluções dispondo sôbre assuntos de relevante importância para a história da educação amazonense.

Entre os assuntos deliberados se destacam os seguintes:

AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMETO:

Ensino Médio

Ginásio Normal "Júlio Mattioli" — Município de Bôca do Acre
Ginásio Normal Rural do Município de Eirunepé
Ginásio 'Santo Agostinho' — Município de Lábrea

Ensino Primário

Escola 'Adélia César'
Escola "André Luiz'
Escola 'Domingos Sávio'
Escola 'Abílio Nery"

Escolas Profissionais

Escola de Datilografia "Sagrado Coração de Jesus"
Escola de Corte e Costura 'Monteiro Lobato"

ESPECIALIZAÇÃO TÉCNICA E ADMINISTRATIVA

Escola de Serviço Público (ESPEA)

Cursos:

Curso de Desenho na Pinacoteca do Estado
Curso de Treinamento para Professôres de Alfabetização de Adultos

CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA:

O Conselho Estadual de Cultura foi criado pela Lei n. 6/16, de 8 de julho de 1967 e regulamentado pelo Decreto n. 992, de 4/67.

É um órgão consultivo e orientador da Secretaria da Educação e Cultura, em assuntos culturais com atribuições de fomentar a política cultural do Estado.

REFORMA DOS CURRÍCULOS:

O Seminário de Reforma dos Currículos de Ensino Médio e Primário -- SEMEP — constitui, pelo alcance, um capítulo à parte neste relatório. Idealizado e projetado como o veículo ideal de consulta coletiva ao magistério dos dois graus, atinge plenamente, nos dias correntes, as finalidades a que visa; quais sejam reestruturar os currículos e atualizá-los, adequando-os à realidade regional Sua motivação é indiscutível. Há anos, gerações e gerações se sucedem nas escolas primárias e de ensino médio sem que os programas sofram qualquer modificação, obstante ser a educação um fato dinâmico. Sentindo o problema, convocamos o professorado amazonense para o grande tarefa, da qual todos se vêm desincumbindo com entusiasmo que supera em muito as estimativas mais otimistas.

Secretaria
do
Interior
e
Justiça

Neste setor da pública administração estadual, repousam as altas responsabilidades do Govêrno no que diz respeito à aplicação da lei e às relações de mútua harmonia e deferência para com o Judiciário. Procurou-se melhorar as condições de trabalho do pessoal incumbido das mais diversas tarefas neste setor da pública administração.

Na parte administrativa, a Secretaria do Interior e Justiça está em precárias condições para o cumprimento de suas tarefas. Contudo, deve-se fazer justiça à imensa boa vontade de seus servidores. Principalmente, os que servem no Gabinete e na Divisão de Administração.

A grande parte dos funcionários procura suprir pela dedicação, amor ao trabalho e espírito público, as condições adversas de seu recrutamento. Pois, há vários anos, o quadro de seu pessoal não recebe funcionarios selecionados através de concursos.

O edifício-sede, desta Secretaria, encontra-se em condições deploráveis. Mas, é certo, tem havido esfôrço e boa vontade de Vossa Excelência para recuperá-lo. No entanto, a situação financeira do Estado, até então, não havia permitido, a Vossa Excelência o ensejo de fazê-lo .

É de se esperar, pois, melhores dias, que não estão longe, para que o tradicional Palácio 'Rio Branco', patrimônio de rara beleza e arquitetura, volte ao seu antigo esplendor.

No Regimento Interno desta Pasta, ainda em vigor, constam dois setores novos, de grande importância ao funcionamento e assistência aos municípios interioranos. São êles: o Serviço de Documentação e a Divisão das Municipalidades. O primeiro, calcado na experiência legislativa federal permitirá acesso imediato no trato de inúmeros problemas de interêsse geral. O segundo, dentro dêsse critério, dará assistência efetiva aos Municípios e garantirá ao Govêrno informações precisas do que neles ocorre, e, ainda, exercerá ação orientadora e fiscalizadora em proveito de suas populações e dirigentes.

Dentro dessa filosofia, que é também de Vossa Excelência, aguardo a melhoria da situação financeira do Estado, a fim de serem, êsses órgãos, devidamente instalados e entregues a pessoas capacitadas para tanto.

Além disso, Executou-se a politica do Govêrno, visando assegurar garantias públicas e individuais. Nesse particular, fixou-se o Govêrno no critério rigoroso de igualdade na distribuição da justiça e de equidade, na garantia do direito de cada um.

Deu-se combate acirrado ao jôgo do bicho, ao elnocínio, assaltos e roubos. Expediu-se instruções no sentido, sobretudo no interior, para o poder de

polícia ter a sua ação apegada à lei, objetivando garantir a tranquilidade do povo. Os poucos casos, de que esta Secretaria teve conhecimento, contrários a essas instruções, foram devidamente apurados para a correção legal. Dentro do possível, assim, cuidou-se de escolher os melhores elementos aos quais foram entregues as Delegacias de Polícias, nos Municípios.

No entanto, aproveito a oportunidade para sugerir a Vossa Excelência uma reforma séria do aparelhamento policial, principalmente no que diz respeito ao material humano .O ideal seria instalar-se, no setor de Segurança Pública, um sistema de comunicações com o interior para transmissões de ordem e recebimento de informações.

Sem dúvida, isto redundaria num contrôle perfeito do policiamento fora da Capital. Obesrvam-se, também, inúmeros claros no quadro de pessoal da Plícia Civil. Seria oportuno, pois, tão logo melhore a situação do Estado seja selecionado pessoal mais à altura da tarefa.

Quanto a transportes, o setor policial está mais ou menos servido. Há viaturas, embora precàriamente, em número possível a atender àquele órgão desta Secretaria.

A Delegacia de Roubos e Falsificações vem dentro de suas atribuições, embora contando com reduzido número de pessoal, procurando reprimir a onda de assaltos que ùltimamente inquieta a população.

A Delegacia de Ordem Política e Social e a Delegacia de Segurança Pessoal, também, têm procurado obter melhores resultados na proteção à integridade e segurança da pessoa humana.

A Delegacia Especializada de Trânsito tem atuado, com muita eficiência, na árdua tarefa de fiscalizar o tráfego de veículos motorizados: corrigindo-o, disciplinando-o.

Mas, passando à Penitenciária Central do Estado, as dificuldades não são menores. No período de janeiro de 1967 até a presente data, sucessivamente, dirigiram-na quatro Diretores. De janeiro a maio: Dr. Antônio Alexandre Pereira Trindade; de 27 de maio até 13 de julho, o Dr. Mancel Braga dos Santos; de 13 de julho até 29 de setembro, o Coronel José Silva, data em que assumiu o Dr. Mário Ferreira de Barros onde se encontra até a presente data.

O Estado mantém, aproximadamente, 71 delinquentes incluindo reclusos e detentos. Em média, as despesas com alimentação, naquele Presídio, sobem à casa de NCr$ 5.000,00.

A Penitenciária está com o seu edifício-sede em situação bem melhor que a dos anos anteriores. Entretanto, estão por concluir várias obras, conforme se pode verificar no próprio relatório, em anexo, do Diretor daquele Estabelecimento Penal.

Quando, em 29 de setembro de 1967, assumiu a direção daquela Casa o Dr. Mário Ferreira de Barros em exposição de motivos, dirigida a esta Secretaria, dentre as providências solicitadas, pediu a recuperação de dois veículos (Jeeps) parados no pátio daquele Estabelecimento. No mínimo, para fazer face às necessidades dos serviços mais urgentes, a recuperação de um dêles.

Imediatamente, determinei as providências burocráticas para a transferência do crédito solicitado. As obros de recuperação do Jee pn. 6202 estão quase concluídas. Dentro de mais alguns dias, estará o mesmo prestando serviços àquele Departamento.

No quadro de pessoal, da Penitenciária, há algumas vagas. O Diretor acha urgente o seu preenchimento. Porém, no momento, face a dispositivos constitucionais, só poderão ser preenchidas mediante concurso.

A sua Escola funcionou, normalmente, sob a responsabilidade de quatro professôres, com aproveitamento satisfatório pelos alunos adultos que frequentaram as aulas. Também funcionaram nas mesmas condições, os Serviços de Assistência e Recuperação Social num trabalho altamente humanitário e reeducativo, atendendo, inclusive, famílias dos detentos e reclusos.

O maior problema, de fato, está em monter-se em ordem, com grande número de ociosos, aquêle Estabelecimento Penal. Pois, dos 71 reeducandos, apenas 12 empregam atividades, como operários, numa pequena Oficina de Marcenaria e Vassouraria ali montada por iniciativa do detento Tufic Mourão.

Em face disso, seria oportuno concretizar-se a idéia da construção, em área a ser escolhida, da Penitenciária Agro-Industrial. Aliás o Dr. João Bosco Bezerra de Araújo, Psicólogo daquele Presídio, tem excelente plano que bem poderia ser aproveitado. Nessa realização, os detentos teriam trabalho, a despesa do Estado seria diminuída com os mesmos, pois reeducar-se-iam num trabalho dirigido e compensador: tanto material quanto espiritual.

A Polícia Militar do Estado, desde o início do Govêrno de Vossa Excelência até 30 de outubro do ano passado, estêve entregue a um Oficial do Exército, Capitão Hernani Guimarães Teixeira, comissionado no pôsto de Coronel — Comandante.

Sob o comando dêsse brioso oficial do Exército brasileiro, foi aumentado o grau de disciplina e treinamento da tsopa. Com isto, a segurança do Estado aumentou de muito. Foi providenciado o reaparelhamento material. Melhorou-se o edifício-sede da Corporação. Também por sua iniciativa, foram aproveitados, como 2.ºs Tenentes, Oficiais da Reserva, oriundos do N.P.O.R. de Manaus.

Promoveu-se, assim, maior aproximação entre militares de nossas Fôrças Armadas. Deu-se nova e excelente contribuição à Polícia Militar.

Diante disso, aquela milícia equipou-se de vasto material de alojamento e móveis em todos os seus setores. Adquiriu-se, grande parte dêsse aparelhamento, de acôrdo com as suas especificações técnicas. Comprou-se fardamento e calçados para os policiais.

Em convênio com as Polícias Militares, doutras Unidades da Federação, foram enviadas, dezenas de Oficiais, para especialização em vários cursos dando-se-lhes passagens de ida e volta com as respectivas famílias e ainda ajuda de custo, à altura, para que pudessem estudar, honrando, assim, o nome da briosa Polícia Militar do Amazonas.

Com policiais militares, buscou-se preencher, por todos os meios. os destacamentos previstos para os 43 Municípios do Estado Mas, o que, nêles, foi feito, ate aqui, ainda não corresponde às necessidades de segurança policial, em virtude do efetivo da Polícia Militar ser ainda reduzido para seu perfeito atendimento.

Apesar dessas dificuldades, muita coisa foi realizada Graças aos esforços de seus componentes que as superam a fim de que uma parcela razoável, da missão policial, seja cumprida.

Os setecentos e trinta e cinco (735) homens, que existem naquela Corporação, são insuficientes para as missões de policiamento ostensivo, dado o movimento crescente da cidade pela implantação da Zona Franca.

Todavia, tudo quanto foi realizado, na Polícia Militar, deve-se, sobretudo, à boa vontade e alto espírito público de Vossa Excelência.

A Imprensa Oficial do Estado, ainda agora, enfrenta dois sérios problemas: reduzido número de pessoal e deficiência das máquinas. No entanto, as publicações do Estado, embora com ligeiro atraso, são atendidas dentro do possível. ....

Foi acalentadora, no entanto, a sua renda industrial. No período de 1.º de fevereiro de 1967 a novembro do mesmo ano, somou a importância de ..... NCr$ 38.279,10. Já para êste ano, está prevista uma arrecadação de ... .NCr$ 100.000,00 (Cem mil ruzeiros novos).

A Divisão do Arquivo Público está confioda ao Senhor André de Menezes Jobim. Dentro do que lhe é possível dispor, vem trabahlando para guardar devidamente a documentação preciosa, útil, e sem a qual o passado de nossa terra ficaria ignorado, bem como a vida dos servidores públicos.

Aaprentemente, os documentos estão bem resguardados. No entanto, há pouco espaço, estantes e material para acomoda-los em seus devidos lugares. Bom seria, pois, que o Arquivo fôsse localizado em edifício mais amplo, capaz de abrigar-lhe o valiosíssimo acêrvo documental.

Também, o que tem preocupado esta Secretaria são os constantes apelos do Diretor daquela Repartição, em face das últimas chuvas, que lhe alagaram a parte térrea. Receia-se que essas alagações prejudiquem os alicerces do prédio onde se acha localizada referida Divisão.

Vale, outrossim, considerar-se a umidade que vem, lentamente, em face disso, prejudicando os documentos em questão. É certo, que atualmente, as diversas Repartições Estaduais não mais estão remetendo àquela Divisão os documentos públicos, conforme determinação de Vossa Excelência.

Nesta oportunidade, Senhor Governador, agradeço a Vossa Excelência todo o apôio que me foi proporcionado. Sem êle, é claro, nada me seria possível realizar neste Setor de tão alta responsabilidade.

Reitero a Vossa Excelência as minhas expressões do mais alto aprêço e particular estima.

Secretaria
de
Fazenda

Senhor Governador:

A Secretaria de Fazenda, com a finalidade precípua de arrecadar e fiscalizar, além de orientar e supervisionar a politica fiscal do Estado, através dos seus diversos órgãos, executou, durante o exercício de 1967, todos os serviços de sua responsabilidade, os quais tomaram feição acentuadamente diversa dos anos anteriores, face à árdua e delicada tarefa de aplicar no Amazonas, a Reforma Tributária Nacional, cujos efeitos são demonstrados no presente relato.

Todos os esforços e recursos técnicos foram empregados não só na aplicação da nova sistemática fiscal, mas, principalmente, na orientação aos contribuintes dos tributos estaduais, que, inteiramente atônitos, não tinham a quem recorrer, senão ao próprio fisco, onde encontraram integral assistência na solução dos incontáveis problemas que surgiam, diàriamente, em face da constante mutação da legislação tributária.

Durante os primeiros meses de 1967, foram realizados programas radiofônicos de orientação fiscal, e, paralelamente, inúmeras reuniões com os contribuintes, a fim de ser encontrado um denominador comum entre o fisco e as classes empresariais, para uma perfeita e harmônica aplicação da Reforma Tributária. ....

A maior inovação da Reforma Tributária, foi a substituição do Impôsto sôbre Vendas e Consignações (IVC), pelo de Circulação de Mercadorias (ICM), o que motivou as atenções gerais, mormente pela situação que foi criada de desnivelamento entre as diversas Unidades da Federação.

Sendo o referido Impôsto não cumulativo, abatendo-se, portanto, em cada operação o montante cobrado nas anteriores, pelo mesmo ou outro Estado, a arrecadação dos Estados consumidores foi grandemente prejudicada, porquanto o citado Impôsto só alcança valores agregados. Nos Estados produtores a situação se apresenta de maneira inversa: os contribuintes foram prejudicados e a arrecadação beneficiada.

Contudo, ainda acreditamos que o sistema introduzido, do ponto de vista técnica e social, suplanta, consideràvelmente a todos os anteriores.

O Amazonas, como Estado consumidor, estêve na iminência de uma crise financeira durante o ano de 1967, que só não se efetivou ,graças à salutar orientação emanada do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, que, a par de uma estreita e dedicada cooperação dos seus euxiliares e do funcionalismo em geral, manteve, com muito sacrifício, o equilíbrio das finanças do Estado.

No Amazonas, a Reforma Tributária tomou um aspecto bem distinto dos demais Estados.

O Impôsto de Vendas e Consignações (IVC), que representava a viga mestra das finanças dos Estados, aqui era cobrado por ocasião das entradas das mercadorias e no ato da venda, neste segundo estágio, de forma cumulaitva, sendo, portanto, arrecadado em processo de "cascata". A alíquota era de 10%, a maior do Brasil. Dividida em: 5% na entrada e 5% nas vendas, quantas vêzes fôsse a mercadoria transacionada. Constituía tal sistemática, flagrante anomalia, relativamente ao fato gerador do referido tributo.

É sabido que, uma das maiores fontes de renda do Estado do Amazonas, era, precisamente, a exportação para o Exterior, cuja tributação, atingia uma soma de alíquotas de, aproximadamente, 25% "ad valorem" — constituida de 10% de Vendas e Consignações; 5% de Exploração Agrícola; 5% de Impôsto de Exportação e o restante de taxas.

A política nacional de incentivos à Exportação, decorrente da Reforma Tributária, isentou a saída de produtos industrializados para o Exterior, ocasionando considerável prejuízo ao nosso Estado, de vez que a legislação específica passou a classificar como tal, a maioria dos "in natura", haja vista o caso da madeira em toros.

Com a revogação de taxas; a transferência do Impôsto de Exportação para a esfera Federal; a isenção nas vendas para o Exterior e a substituição do Impôsto cobrado em "cascata" por um não cumulativo, era de se esperar uma verdadeira catástrofe nas finanças do Estado, o que não ocorreu devido às inúmeras providências tomadas pela Secretaria de Fazenda, à orientação técnica e ao incondicional apoio dispensado pelo Chefe do Poder Executivo e a comprovada eficiência dos funcionários fazendários.

Por outro lado, faz-se necessário acentuar que a Secretaria de Fazenda tomou parte ativa em todo evolver dos estudos, demarches e aplicação da Reforma Tributária Nacional, o que evidentemente concorreu para a preservação de alguns interêsses específicos do Estado e para a adoção de medidas visando diminuir os efeitos negativos previstos em tal sistemática máxima em se tratando de Estado consumidor.

Assim, levando em conta as atividades que mereceram destaque na sua função própria, a Secretaria de Fazenda, apresenta os seguintes fatos:

Em meado de 1966, participou a Secretaria de Fazenda do Amazonas da primeira reunião de Secretários para estudar a aplicação da Reforma Tributária, o que motivou as primeiras providências em tôrno do assunto.

Outras reuniões foram realizadas no curso do segundo semestre de 1966, das quais esta Secretaria sempre tomou parte ativa.

Um grupo de trabalho composto dos mais abalizados funcionários da Secretaria de Fazenda, foi organizado em novembro de 1966, a fim de estudar e deliberar a respeito da aplicação da Reforma Tributária no Estado do Amazonas, que já se encontrava com vigência marcada para 1.º de janeiro de 1967. A principal tarefa do referido Grupo foi a da elaboração do anteprojeto da Lei n.º

550/66, que dispõe sôbre o Impôsto de Circulação de Mercadorias, cujo Diploma entrou em vigor no dia 1.º de janeiro de 1967.

Durante os primeiros meses de vigência da nova legislação, tôdas as dúvidas e problemas suscitados em tôrno da moderna sistemática fiscal eram estudados, invariàvelmente, pelo fisco e contribuintes, que de forma solidária dirimiam dúvidas e traçavam planos para a melhor execução da legislação específica.

Em obediência às disposições do Ato Complementar n.º 34, esta Secretaria participou do encontro dos Estados do Norte, cuja reunião se realizou em Belém, na primeira quinzena de fevereiro de 1967, com a presença dos Secretários de Fazenda dos Estados do Para e Acre e Territórios Federais de Rondônia, Roraima, e Amapá, do que resultou a lavratura do Convênio sôbre isenções de que trata êste Diploma. Dispõe o seu Art. 1.º: Os Estados e Territórios situados em uma mesma região geo-econômica, dentro de 30 dias da data da publicação dêste Ato, celebrarão convênios estabelecendo uma política comum em matéria de isenções, reduções ou outros favores fiscais, relativamente ao Impôsto sôbre Circulação de Mercadorias.

O Convênio em tela, foi publicado no Diário Oficial do Estado do dia 28 de fevereiro do citado ano, entrando em vigor na data da sua publicação.

Durante todo o primeiro semestre do ano em pauta, inúmeras instruções, notas oficiais, portarias e circulares, em tôrno da Reforma Tributária, foram expedidos pela Secretaria de Fazenda, sempre em consequência de observações e estudos realizados pelos mais categorizados funcionários fazendários e sob a assessoria permanente e sobremaneira valiosa da Consultoria Jurídica do Departamento de Rendas.

A nota de maior realce e significado para o Estado do Amazonas, na esfera econômico-financeira, durante todo o exercício de 1967, foi a reformulação da legislação sôbre a Zona Franca de Manaus, cujo instrumento legal foi o Decreto-Lei n.º 288, de 28 de fevereiro de 1967, que atribuiu a uma área de 10.000kms. quadrados, a condição de Zona de livre comércio de importação e exportação e de incentivos fiscais, estabelecida com a finalidade de criar no interior da Amazônia, um Centro industrial, comercial e agropecuário, dotado de condições econômicas que permitam o seu desenvolvimento em face dos fatôres locais e da grande distância, a que se encontram, os centros consumidores de seus produtos.

A Secretaria de Fazenda, adotando a orientação do Govêrno do Estado, atuou na linha de frente de todos os trabalhos para a implantação efetiva da Zona Franca de Manaus, liderando, especialmente, a fiscalização da legislação em aprêço, reunindo para tal, todos os seus recursos técnicos e materiais, culminando com o eficiente trabalho de arrecadação do ICM devido aos Estados de origem das mercadorias, nacionais, quando da saída das mesmas da área da Zona Franca, preservando, desta forma, os justos interêsses de tôdas as Unidades da Federação. É mister destacar que o produto desta arrecadação tem sido remetido, pontualmente, aos Estados interessados. Êste procedimento te-

ve a melhor repercussão em todo o território nacional porquanto, a legislação em tela é inteiramente omissa quanto a êste procedimento da Secretaria de Fazenda do Amazonas, cuja iniciativa foi tomada com base na boa lógica da própria mecânica tributária da Zona Franca, o que constituiu uma demonstração de lisura e bom senso no trato dos problemas tributários.

Não é demais destacar, que a Secretaria de Fazenda do Estado tem-se dedicado intensamente à fiscalização das entradas e saídas de mercadorias nacionais e estrangeiras na referida área, além de promover o contrôle estatístico e fiscal de tôdas as atividades de mercância, enquadradas pela citada legislação.

Os benefícios fiscais em questão, entraram em vigor a partir de 7 de abril de 1967, graças ao Decreto n.º 569/67, baixado pelo Govêrno do Estado, com a assessoria da Secretaria de Fazenda, com o que foi concedido o crédito fiscal de que trata o Art. 49, inciso 1.º, do Decreto-Lei n.º 288, de 28 de fevereiro de 1967.

Além da orientação em tôrno da Reforma Tributária, a Secretaria de Fazenda do Estado, tem-se dedicado, amplamente, ao melhor encaminhamento e solução dos problemas tributários relativos à Zona Franca de Manaus, instruindo não só os empresários locais, mas, a quantos a ela têm recorrido.

Por iniciativa do Govêrno do Estado foi criado um Grupo de Trabalho, com a finalidade de estudar todos os problemas relacionados com a implantação da Zona Franca de Manaus, cuja liderança e comando coube à Secretaria de Fazenda. Os resultados foram os mais satisfatórios destacando-se, em primeiro plano, as inúmeras e bem fundamentadas sugestões apresentadas às autoridades estaduais e federais, objetivando a real consolidação da referida entidade.

Por outro lado, em que pêsem os esforços envidados pela Administração Financeira, não se consolidou ainda, definitivamente, a implantação do nôvo sistema tributário, daí, não ter sido dado, até hoje, nenhuma solução de continuidade às demarches promovidas pelo Ministério da Fazenda e órgãos estaduais, em tôrno das diversas nuances do nôvo sistema tributário nacional. Tanto assim que, recentemente, ou seja, no início de novembro de 1967, realizou-se no Rio de Janeiro mais uma reunião de Secretários de Fazenda, por iniciativa ,do Poder Central, a fim de serem debatidos problemas tributários de real importância, que têm provocado acentuadas divergências, nos três níveis dos órgãos de Direito Público.

Motivado,especialmente, pela sensível diversificação existente entre as regiões geo-econômicas do território nacional, diversas gestões foram apresentadas pelas autoridades que participaram do citado encontro, merecendo destaque as resoluções pertinentes à participação dos Municípios no ICM, do que resultou a Lei n.º 347/67.

As propostas sôbre outros assuntos de caráter fiscal, foram inseridas em pauta especial para estudos minuciosos no Ministério da Fazenda.

Ainda no âmbito nacional, o acontecimento que mais surpreendeu e

preocupou a Secretaria de Fazenda do Amazonas, foi a atitude tomada pelos Estados da Região Centro-Sul que, nos últimos dias de 1967 promoveram um encontro, sem qualquer divulgação, a fim de majorarem a alíquota do ICM, de 15 para 18%.

Idêntica alteração na alíquota do ICM, já haviam feito os Estados do Nordeste, no primeiro semestre de 1967.

Ante o exposto, torna-se inevitável aos Estados do Norte, tomarem providências urgentes, no sentido de ser lavrado um convênio, a exemplo do que fizeram as demais unidades da Federação, evitando desta forma, ficar em inferioridade de condições na arrecadação do Impôsto sôbre Circulação de Mercadorias.

Após focalizarmos tôda a problemática da arrecadação do Impôsto sôbre Circulação de Mercadorias, achamos de bom alvitre dar um destaque especial a dois fatôres de suma importância na determinação da receita do referido tributo. O primeiro, é o Fundo de Participçaão dos Estados, que foi criado com a finalidade precípua de compensar a queda de receita que já era prevista em face da substituição do IVC pelo ICM, e o segundo, a participação dos Municípios no produto da arrecadação do ICM, efetuada pelos Estados.

Necessário se torna informar, que o Fundo de Participação dos Estados, particularizando ao Amazonas, ficou muito aquém da diferença dueda de receita prognosticada.

Recebeu o Estado do Amazonas, durante o ano de 1967, as seguintes cotas do Fundo de Participação:

ABRIL	NCr$	787.151,00	
MAIO	NCr$	950.145,00	
JUNHO	NCr$	655.837,00	
JULHO	NCr$	529.939,00	
AGÔSTO	NCr$	783.318,00	
SETEMBRO	NCr$	807.551,00	
OUTUBRO	NCr$	876.267,00	
NOVEMBRO	NCr$	987.340,00	
DEZEMBRO	NCr$	865.064,00	NCr$ 7.342.612,00

Analizando ainda, em têrmos de compensação, oportuno se torna demonstrar que o valor acima, adicionado à receita tributária, perfaz o total de NCr$ 24.080.839,00 sendo portanto, inferior a arrecadação de 1966, que foi de NCr$ 29.030.141,00, apresentando, portanto, uma diferença de NCr$ ..... 3.943.302,00.

Com referência a participação dos Municípios, no produto da arrecadação do ICM, coube aos mesmos, tomando por base as operações efetuadas nas respectivas áreas, durante o ano de 1967, o montante de NCr$ 3.705.269,00 (TRÊS MILHÕES, SETECENTOS E CINCO MIL E DUZENTOS E SESSENTA E NOVE CRUZEIROS NOVOS), conforme discriminação em peças anexas.

Estabelecendo uma relação entre tôda a legislação tributária em vigor durante o ano de 1966, com a que passou a viger a partir de 1.º de janeiro de 1967, obsenvando, paralelamente, os resultados em números, chegaremos a uma conclusão que, para o Estado do Amazonas, os efeitos da Reforma Tributária foram incontestàvelmente negativos, conforme demonstração abaixo:

janeiro	NCr$	1.013.127,00	NCr$	1.049.246,00	+	NCr$	36.119,00
fevereiro ...	NCr$	810.620,00	NCr$	1.147.162,00	+	NCr$	336.542,00
março	NCr$	1.397.359,00	NCr$	1.088.793,00	—	NCr$	308.566,00
abril	NCr$	1.446.654,00	NCr$	1.224.421,00	—	NCr$	222.233,00
maio	NCr$	1.978.553,00	NCr$	1.357.765,00	—	NCr$	620.788,00
junho	NCr$	1.707.902,00	NCr$	1.819.195,00	+	NCr$	111.293,00
julho	NCr$	1.484.856,00	NCr$	1.496.226,00	+	NCr$	11.370,00
agôsto	NCr$	2.056.411,00	NCr$	1.214.157,00	—	NCr$	842.254,00
setembro ...	NCr$	1.511.442,00	NCr$	1.170.270,00	—	NCr$	741.172,00
outubro	NCr$	1.596.870,00	NCr$	1.114.847,00	—	NCr$	482.023,00
novembro ..	NCr$	1.221.690,00	NCr$	1.106.761,00	—	NCr$	114.929,00
dezembro ..	NCr$	1.585.023,00	NCr$	1.233.010,00	—	NCr$	352.013,00
Somas	NCr$	17.810.507,00	NCr$	15.021.853,00		NCr$	2.788.654,00

COMPARATIVO DA ARRECADAÇÃO GERAL DO ESTADO

Arrecadação de Impostos e Taxas em 1967	NCr$ 28.030.142,00
Arrecadação de Impostos e Taxas em 1967	NCr$ 16.738.727,00
DIFERENÇA	NCr$ 11.291.915,00

Pelo demonstrativo supra, verifica-se que, a queda de receita, foi da ordem de 40,28%.

Dentre os fatôres determinantes do que foi demonstrado acima, figura, em primeiro plano, a revogação da maioria das taxas que constavam da legislação tributária do Estado do Amazonas, anterior à Reforma, as quais ofereceram em 1966, uma receita de NCr$ 10.219.635,00, enquanto que, em 1967, as poucas taxas existentes, atingiram o somatório de apenas NCr$ 767.418,00, donde se conclui que, a revogação das taxas, ocasionou uma queda de receita de NCr$ 9.452.217,00 (NOVE MILHÕES QUATROCENTOS E CINQUENTA E DOIS MIL E DUZENTOS E DEZESSETE CRUZEIROS NOVOS).

Por outro lado, o índice inflacionário à época, que foi da ordem de 25% (vinte e cinco por cento), teria que motivar a elevação da receita na proporção dêste percentual,não fôssem os fatôres já analizados.

DEMONSTRAÇÃO

Redução na Arrecadação Efetiva	NCr$ 3.959.302,00	
Índice Inflacionário	NCr$ 6.020.000,00	NCr$ 9.979.302,00

Com as vistas voltadas para as peculiaridades regionais e com o intuito primordial de beneficiar os produtores, cujas condições econômicas e sociais são das mais precárias, o Govêrno do Estado, devidamente assessorado pela Secretaria de Fazenda e pela CODEAMA, elaborou o anteprojeto de lei relativo à circulação de produtos "in natura", dentro do Estado, do que resultou a Lei n.º 691, de 28 de novembro de 1967.

O referido Diploma, beneficiou, consideràvelmente não só os produtores como todos os homens de negócios do Interior do Estado, transferindo a respnsabilidade do pagamento do ICM, ao adquirente do produto estabelecido nas prasças exportadoras, ou seja, Manaus, Itacoatiara e Parintins, ficando, portanto, os primeiros, desobrigados de uma série de exigências legais.

Outra medida tão racional quanto saneadora, foi o convênio firmado entre a Secretaria de Fazenda e o Banco do Estado do Amazonas, cujos resultados excederam a tôdas as expectativas, principalmente no tocante à descentralização e simplifiação da cobrança dos tributos estaduais.

Com vistas ao exercício entrante, a Secretaria de Fazenda, desejando aprimorar os seus serviços para melhor cumprir a sua missão, concluiu não mais poder continuar com a sua máquina arrecadadora desatualizada, mormente quando o Govêrno se propõe a adotar uma política econômica com objetivos claros, definidos e orientada no sentido de reconhecer a responsabilidade total do Estado, na produção de bens e serviços e na satisfação das necessidades econômicas em geral, condições essas, hoje expostas no Plano Quinquenal do Govêrno.

Diante de tais circunstâncias, o setor da Administração Financeira apresenta como parte integrante do seu programa para 1968, consubstanciado no contexto daquele documento, os seguintes investimentos indispensáveis à consecução de um maior volume de recursos:

a) — estudo e projeto da futura sede da Secretaria de Fazenda .... NCr$ 20.000,00
b) — construção da Exatoria de Benjamim Constant .. NCr$ 66.000,00
c) — construção da Exatoria de Maués .... NCr$ 42.900,00
d) — construção do ancoradouro das lanchas da Secretaria de Fazenda .... NCr$ 50.000,00
e) — recuperação das Exatorias de Parintins, Manacapuru, Coari, Tefé e Humaitá .... NCr$ 75.000,00
f) — aquisição de equipamentos e instalações de radiofonia, máquinas e motores diversoos, automóveis e outros veículos de tração mecânica, aeronaves e embarcações, destinados à Sede da Administração Financeira e às Exatorias do Interior, segundo as prioridades .... NCr$ 762.000,00
g) — aquisição de material permanente (carteiras, cadeiras, arquivos, etc.) .... NCr$ 167.000,00

Êsses investimentos, **que se constituem condições mínimas necessárias para o exercício de 1968**, atingem o montante de NCr$ 1.182.900,00, com os quais a Secretaria de Fazenda se propõe realizar uma fiscalização intensiva, ao longo de cada exercício, a par de uma organização racional, que deverá ser proporcionada, aos diversos institutos que compreendem a sua estrutura administrativa e consequentemente responsáveis pela previsão, exação, recolhimento e contabilização das rendas públicas.

Não obstante os efeitos negativos da Reforma Tributária, durante o exercício de 1967, bem como, os imprevisíveis resultados da arrecadação em .. 1968, o Govêrno do Estado tem envidado os maiores esforços no sentido de saldar os compromissos em atrazo, conseguindo, assim, o equilíbrio entre Receita e Despesa. Esta tem sido a tarefa mais árdua do Govêrno.

Não fôra os esforços do Govêrno do Estado e a compreensão de todos os órgãos da Administração, restringindo os seus gastos ao mínimo das necessidades, as finanças estaduais teriam, inevitàvelmente, entrado em colapso.

Para o exercício de 1968, o Orçamento foi elaborado levando-se em conta a carga tributária que o setor da economia privada estaria em condições de suportar, no decorrer da sua vigência.

Acreditamos, portanto, que a previsão orçamentária será alcançada permitindo, assim, ao Govêrno, realizar a primeira etapa do seu Plano Quinquenal.

A receita prevista para 1968, está assim classificada:

RECEITAS TRIBUTÁRIAS

Impostos sôbre Transmissão de Bens Imóveis sôbre Circulação de Mercadorias e sôbre Combustíveis e Lubrificantes	NCr$	33.400.000,00
Taxas diversas	NCr$	3.065.000,00

PARTICIPAÇÃO DE DIVIDENDOS

Dividendos da Cia. Siderúrgica Nacional, Petróleo Brasileiro S.A. e Banco do Estado do Amazonas S.A.	NCr$	292.870,22

RECEITAS DOS SERVIÇOS INDUSTRIAIS

Imprensa Oficial e Frigorífico do Estado	NCr$	76.000,00

RECEITAS DIVERSAS

Multas, Indenizações e Restituições, Cobrança da Dívida Ativa, Receitas Eventuais e Arrecadação da Correção Monetária	NCr$	2.400.000,00

PARTICIPAÇÃO EM TRIBUTOS FEDERAIS

Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados	NCr$	15.000.000,00
Combustíveis e Lubrificantes	NCr$	20.400.000,00
Impôsto Único sôbre Energia Elétrica	NCr$	600.000,00
Impôsto Único sôbre Minerais do País	NCr$	1.419.000,00
Contribuição da União pelo Plano Nacional de Educação	NCr$	1.355.481,00
	NCr$	78.008.351,22

Com os recursos acima serão cobertas as despesas do exercício que se inicia, classificadas na forma seguinte:

Govêrno e Administração Geral	NCr$	7.072.787,77
Administração Financeira	NCr$	4.547.373,90
Encargos Gerais do Govêrno	NCr$	6.948.750,00
Defesa e Segurança	NCr$	5.222.633,73
Recursos Naturais e Agropecuários	NCr$	3.210.463,00
Viação, Transportes e Comunicações	NCr$	21.786.516,40
Indústria e Comércio	NCr$	3.793.270,80
Educação e Cultura	NCr$	12.839.074,56
Saúde	NCr$	6.269.312,06
Bem-Estar Social	NCr$	6.318.169,00
	NCr$	78.008.351,22

O exercício de 1967, conforme Balanço Financeiro, Orçamentário e Patrimonial, apresentado pela Contadoria Geral do Estado, em 9/05/67, foi iniciado com o deficit real de NCr$ 4.657.529,37 (QUATRO MILHÕES, SEICENTOS E CINQUENTA E SETE MIL, QUINHENTOS E VINTE E NOVE CRUZEIROS NOVOS E TRINTA E SETE CENTAVOS).

A êste deficit devem ser acrescidas as despesas de exercícios anteriores não processadas até o término de 1966, mas reconhecidas pela Administração no decorrer de 1967, cujos encargos, apresentaram a quantia de ..... NCr$ 800.000,00 (OITOCENTOS MIL CRUZEIROS NOVOS) forçando a inclusão no Orçamento, de uma dotação de NCr$ 300.000,00 (TREZENTOS MIL CRUZEIROS NOVOS) e a abertura de créditos adicionais, no montante de ..... NCr$ 500.000,00 (QUINHENTOS MIL CRUZEIROS NOVOS) sob o título DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.

Além dêsses compromissos, torna-se necessário considerar os encargos relativos a vencimentos e vantagens, na ordem de NCr$ 156.743,76 (CENTO

E CINQUENTA E SEIS MIL, SETECENTOS E QUARENTA E TRÊS CRUZEIROS NOVOS E SETENTA E SEIS CENTAVOS) apresentados em fins do exercício de 1967, para o respectivo pagamento, que adicionados às duas parcelas acima (NCr$ 4.657.529,37 + NCr$ 800.000,00), atinge o montante de NCr$ 5.614.273,13 (CINCO MILHÕES, SEISCENTOS E QUATORZE MIL, DUZENTOS E SETENTA E TRÊS CRUZEIROS NOVOS E TREZE CENTAVOS).

De 1967, para 1968, passaram as seguintes responsabilidades (inclusive parte do saldo de 1966, reduzido a NCr$ 573.410,68) :

1) — Processos referentes a investimentos devidamente empenhados para pagamento :			
Banco do Estado do Amazonas S.A.		NCr$	100.000,00
Companhia Amazonense de Telecomunicações		NCr$	447.060,00
Companhia de Eletricidade de Manaus		NCr$	200.000,00
Centrais Elétricas do Amazonas S.A.		NCr$	240.000,00
Departamento de Águas e Esgotos		NCr$	505.821,00
Idem Idem		NCr$	1.674.521,00
Serviço de Lepra		NCr$	30.741,00
Televisão Educativa		NCr$	25.000,00
SUB-TOTAL		NCr$	3.223.143,00
2) — Fornecedores e outros credores		NCr$	1.913.689,00
3) — Débitos para com os seguintes Municípios, referentes a cotas do ICM :			
Manaus	NCr$ 1.232.989,18		
Itacoatiara	NCr$ 60.653,35		
Coari	NCr$ 7.050,50		
Eirunepé	NCr$ 5.379,78		
Parintins	NCr$ 34.221,61		
Tapauá	NCr$ 8.293,86		
Boca do Acre	NCr$ 8.096,23		
Lábrea	NCr$ 4.277,88		
Muaés	NCr$ 4.441,37		
Nova Olinda do Norte	NCr$ 3.890,37		1.369.294,13
TOTAL DOS COMPROMISSOS TRANSFERIDOS PARA 1968		NCr$	6.506.126,13

Para melhor examinar as ocorrências do setor financeiro do Estado, relativas à arrecadação no exercício de 1967, expõe-se o seguinte quadro :

IMPOSTO	PREVISÃO NCr$	ARRECADAÇÃO NCr$
Impôsto s/Transmissão de Bens Móveis e Imóveis e Direitos a êles Relativos	130.000,00	133.038,90
Impôsto s/Circulação de Mercadorias	27.200.000,00	15.021.858,10
TAXAS		
Taxa Judiciária Estadual	5.000,00	3.006,40
Taxa de Segurança Pública	30.000,00	—
Taxa de Expediente	100.000,00	66.004,85
Custas Judiciais	5.000,00	17,10
OUTRAS TAXAS		
Taxas de Estatística	1.900.000,00	546.941,21
Taxas de Serviços de Trânsito	700.000,00	86.460,50
Taxa de Emolumentos	2.000,00	19.072,13
Taxas s/Bebidas Alcoólicas e Fumo	700.000,00	45.377,09
RECEITAS DIVERSAS		
Multas Diversas	200.000,00	129.151,27
OUTRAS RECEITAS DIVERSAS		
Rendas Eventuais	50.000,00	686.202,31
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		
Participação no Fundo Instituído pelo Art. 21, da Emenda Constitucional n.º 18	12.000.000,00	7.342.617,10
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		
Indenizações e Restituições Diversas	50.000,00	541,61
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS		
Venda de Bens Móveis e Imóveis	7.000,00	556,20
SOMAS	30.879.000,00	16.738.227,67

Conquanto tenha havido superestimação da receita, não é demais frizar que os principais fatores que contribuiram para a baixa arrecadação foram os seguintes :

a) — crise no Mercado de juta, em consequência da retração dos compradores da fibra e de manufaturado;
b) — decréscimo da produção extrativista, motivado pela enchente anormal dos rios, principalmente as da juta e da castanha, na ordem de 40 e 65%, respectivamente;
c) — a substituição do Impôsto de Vendas e Consignações, pelo Impôsto sôbre Circulação de Mercadorias;
d) — revogação da maioria das taxas;
e) — isenção na exportação de produtos industrializados;
f) — transferência do Impôsto de Exportação para a esfera Federal.

A Receita Tributária do Estado, em 1967, foi de NCr$ 16.738.227,67 (DEZESSEIS MILHÕES, SETECENTOS E TRINTA E OITO MIL, DUZENTOS E VINTE E SETE CRUZEIROS NOVOS E SESSENTA E SETE CENTAVOS) que, acrescida do Fundo de Participação, elevou-se a NCr$ 24.080.844,77 (VINTE E QUATRO MILHÕES, OITENTA MIL, OITOCENTOS E QUARENTA E QUATRO CRUZEIROS NOVOS E SETENTA E SETE CENTAVOS).

Do total arrecadado, ou seja, NCr$ 20.117.606,74 (VINTE MILHÕES, CENTO E DEZESSETE MIL, SEISCENTOS E SEIS CRUZEIROS NOVOS E SETENTA E QUATRO CENTAVOS) foram gastos com o Pessoal dos três Poderes, os montantes abaixo discriminados:

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	NCr$	1.306.611,68
TRIBUNAL DE CONTAS	NCr$	356.304,06
PODER JUDICIÁRIO	NCr$	924.835,33
CASA CIVIL E CASA MILITAR	NCr$	298.261,25
SECRETARIA DE IMPRENSA E DIVULGAÇÃO	NCr$	26.004,68
CODEAMA	NCr$	9.003,74
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA	NCr$	46.910,82
DEPARTAMENTO DE TURISMO E PROMOÇÃO	NCr$	89.137,94
REPRESENTAÇÕES DO GOVÊRNO NOS ESTADOS	NCr$	61.054,04
D A S P A	NCr$	154.487,77
SECRETARIA DE FAZENDA	NCr$	2.517.189,80
SECRETARIA DO INTERIOR E JUSTIÇA	NCr$	3.009.634,20
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	NCr$	4.558.920,92
SECRETARIA DE SAÚDE	NCr$	972.691,02
SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS	NCr$	128.839,89
SECRETARIA DE PRODUÇÃO	NCr$	317.961,81
SECRETARIA SEM PASTA P/ COORDENAÇÃO E O PLANEJAMENTO	NCr$	31.752,78
PESSOAL INATIVO CIVIL	NCr$	4.068.469,80
PESSOAL INATIVO MILITAR	NCr$	1.044.245,58
PESSOAL EM DISPONIBILIDADE	NCr$	134.660,10
PENSIONISTAS	NCr$	60.429,53
	NCr$	20.117.606,74

O numerário dispendido com Pessoal, representou 120,2% sôbre a Receita Tributária e 83,5% de tôda a Receita Corrente.

Torna-se, portanto necessário adotar uma política de contenção de despesas, especialmente no tocante a Pessoal, cujo número não deve ser aumentado, ficando, destarte, o Govêrno, atento para os impressionantes argumentos que sistemàticamente são apresentados a fim de justificar a contratação de novos funcionários e a criação de órgãos, bem como, ao pagamento de extraordinários, além de exercer o maior contrôle na concessão de licenças e nas atividades dos atuais servidores, o que concorrerá para o desejado equilíbrio financeiro, permitindo o aprimoramento dos serviços a cargo dos diversos setôres da pública administração Estadual.

Cumpre-nos, entretanto, lembrar que é imperioso o reajustamento do funcionalismo estadual, notadamente daqueles que percebem menos do que o salário-mínimo, a partir de março do corrente ano.

Êste reajustamento, embora representando um aumento de despesas da ordem de NCr$ 250.000,00 (DUZENTOS E CINQUENTA MIL CRUZEIROS NOVOS) mensais, ou seja, NCr$ 2.500.000,00, do mês de março a dezembro, acreditamos que a receita dêste exercício comportará o ônus.

Contudo, em março do corrente ano, estará a Secretaria de Fazenda, em condições de informar ao Govêrno, a possibilidade do atendimento dêste encargo, que consideramos uma obrigação social e constitucional.

Como se verifica dos demonstrativos acima, a despesa com Pessoal atingiu um índice tão elevado que apenas a quantia de NCr$ 3.963.238,00 (TRÊS MILHÕES, NOVECENTOS E SESSENTA E TRÊS MIL, DUZENTOS E TRINTA E OITO CRUZEIROS NOVOS), foi aplicada em investimentos e inversões financeiras, com recursos próprios do Estado.

Concluindo, agradecemos o decidido apoio e a eficiente orientação que temos recebido do Govêrno do Estado, sem o que não teríamos executado as tarefas de nossa atribuição.

Respeitosas Saudações

FRANCISCO MONTEIRO DE PAULA
Secretário de Estado de Fazenda

Secretaria de Estado
de Cultura e
Economia Criativa

AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO
TRABALHO QUE TRANSFORMA

Comunicado

As imagens, textos e obras disponibilizadas pelo Centro de Documentação e Memória da Amazônia estão na maioria em domínio público ou possuem termo de cessão para publicação da versão digitais produzida pela Secretaria de Cultura.

Se porventura, você identificar alguma obra que não esteja de acordo com a Lei de Direitos Autorais (lei 9.610/98), entre em contato conosco para que possamos identificar e proceder com regularização.

O objetivo da Biblioteca da Amazônia na disponibilização das versões digitais é a preservação da memória e difusão da cultura do Amazonas e região norte do Brasil, sem prejudicar os direitos patrimoniais do autor, herdeiros ou quem possuir o direito de uso.

O uso destes documentos digitais, digitalizados ou nascidos digitais são apenas para fins pessoais (privado), sendo vetada a sua venda, edição ou cópia não autorizada.

Lembramos, que esses materiais podem ser encontrados nos acervos do Sistema de Bibliotecas Públicas da Secretaria de Cultura e Economia Criativa e seus parceiros.

ACERVOS DIGITAIS
https://beacons.ai/cdmam_sec

FALE CONOSCO

(92) 3090-6804
cdmam@cultura.am.gov.br
acervodigitalsec@gmail.com

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA AMAZÔNIA - CDMAM